

desenvolvimento

ipea

Exemplar do Assinante

Rumo ao Futuro

The logo is an oval shape with a light blue and white background. It features the word 'ipea' in a bold, blue, lowercase sans-serif font. To the right of 'ipea' is the number '45' in a large, blue, sans-serif font, with the word 'anos' in a smaller, blue, sans-serif font directly below it. A thick, curved line in shades of yellow and green arches over the text.

ipea

45
anos

Por um Brasil desenvolvido

Ao completar 45 anos, o Ipea se vê frente a um novo desafio, o de promover um grande debate nacional em busca de um projeto de desenvolvimento para o Brasil, com menos desigualdade e distribuição das riquezas nacionais. Ideais referendados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que participou da comemoração

ENTREVISTA

Roberto Cavalcanti - É preciso pensar de forma inovadora o Brasil, que tem grande potencial em recursos naturais. Assim, o país poderá crescer a taxas mais altas

PORTOS

Necessidade de investimento é de R\$ 42,8 bilhões. Mas governo não conseguiu ainda investir os R\$ 3,1 bilhões previstos no Programa de Aceleração do Crescimento

ALIMENTOS

Desperdício causa prejuízo bilionário ao país, enquanto parte da população passa necessidade. A conta recai nas costas dos consumidores e produtores rurais

Governo Federal
Secretaria de Assuntos Estratégicos
da Presidência da República
MINISTRO Daniel Barcelos Vargas (interino)

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

PRESIDENTE Marcio Pochmann

<http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

desafios do desenvolvimento

www.desafios.ipea.gov.br

DIRETOR-GERAL Daniel Castro

CONSELHO EDITORIAL Jorge Abrahão de Castro, José Aparecido Carlos Ribeiro, Maria da Piedade Moraes, Pérsio Marco Antônio Davison, Douglas Portari, Carlos Sávio G. Teixeira, Júnia Cristina Perez Conceição, Márcio Bruno Ribeiro, Marcello Cavalcanti Barra, Pedro Libânio, Adelina Lapa Nava Rodrigues, Marina Nery e João Cláudio Garcia

Redação

EDITOR-CHEFE Gilson Luiz Euzébio

EDITORA DE ARTE Tatiane Barbosa e Gislaíne Soares

BRASÍLIA Suelen Menezes, Andrea Vieira, Taísa Ferreira, Maurício Cardoso, Mário Vinícius Costa, Débora Carvalho e Pedro Barreto

RIO DE JANEIRO Annie Nielsen

JORNALISTA RESPONSÁVEL Gilson Luiz Euzébio

Colaboradores

FOTOGRAFIA César Duarte, Dalmo Vieira Filho, Josemar Gonçalves, Jorge Nunes, Raphael Ribeiro e Sidney Murrieta

FOTO DA CAPA Sidney Murrieta

CAPA Chiara Fernandes de Camargos/Ipea

Cartas para a redação

SBS Quadra 01, Bloco J, Edifício BNDES, sala 1514
CEP 70076-900 - Brasília, DF
desafios@ipea.gov.br

Impressão

Gráfica Art Printer

AS OPINIÕES EMITIDAS NESTA PUBLICAÇÃO SÃO DE EXCLUSIVA E DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES, NÃO EXPRESSANDO, NECESSARIAMENTE, O PONTO DE VISTA DO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea).

É PERMITIDA A REPRODUÇÃO DO CONTEÚDO DA REVISTA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

DESAFIOS (ISSN 1806-9363) É UMA PUBLICAÇÃO MENSAL DO Ipea, PRODUZIDA PELA VIRTUAL PUBLICIDADE LTDA.

virtualPublicidade

virtual publicidade Ltda

Rua Desembargador Westphalen, 868, Curitiba-Pr

Cep. 80230-100 – Fone:(41) 3018-9695

e-mail: virtualpublicidade@virtualp.com.br

Carta ao leitor

Ao completar 45 anos, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) se prepara para pensar o futuro, que bate às portas do presente. E pensar o futuro exige planejamento e metas.

Para este desafio, o Ipea se reestruturou e, brevemente, deve iniciar uma expansão pelo país e também internacional.

Essa data histórica de aniversário é registrada nas páginas desta edição especial, que traz detalhes deste debate e mostra o que os pensadores deste país esperam do Ipea, a começar pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva – primeiro presidente brasileiro a visitar o instituto.

Além deste debate, esta edição inicia uma série sobre infraestrutura, começando pela situação dos portos. E traz uma entrevista com Roberto Cavalcante, do Conselho de Orientação do Ipea.

Outro destaque é o setor de pesca, pouco falado no país, mas de uma importância econômica e social vital para várias regiões e países.

E mais: a revista mostra o desperdício de alimentos, como anda a preservação do patrimônio cultural e as seções já conhecidas.

Boa leitura!

Daniel Castro, diretor-geral da
revista **Desafios do Desenvolvimento**



“Espelho d’água da sede do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), no Setor Bancário Sul, em Brasília”

desafios do desenvolvimento

Sumário

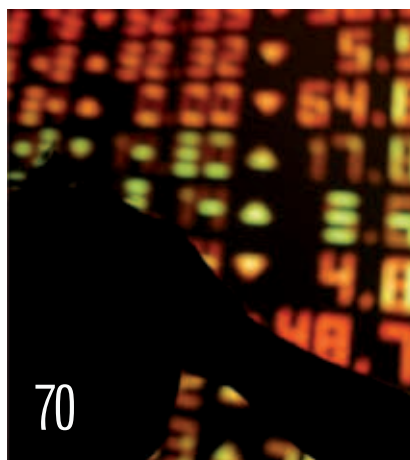
- 10 Entrevista – Roberto Cavalcanti**
Crescimento de 6% ao ano levará o Brasil ao pleno emprego
- 18 Planejamento – Dedicção ao desenvolvimento brasileiro**
No aniversário de 45 anos do Ipea, Lula reforçou importância de pensar o futuro
- 38 Portos – Obras demoradas**
Pequena parcela do orçamento de investimento é executada
- 48 Desperdício – Custo para todos**
Alimentos apodrecem enquanto milhões de pessoas passam fome
- 56 Peixes – Aumento de produção**
Governo quer transformar o Brasil em grande produtor de pescado
- 64 Políticas sociais – Muitos avanços em 20 anos**
A Constituição de 1988 foi um marco para a área social no Brasil
- 70 Crise mundial – Grandes prejuízos**
Mas a sensação é que o pior já passou

Seções

- 6 Giro Ipea
- 8 Giro
- 36 Controvérsia
- 78 Questões do desenvolvimento
- 80 Por dentro do Ipea
- 84 Perfil
- 86 Retratos
- 90 Ciência&Inovação Circuito
- 92 Melhores práticas
- 96 História
- 100 Observatório Latino-americano
- 102 Estante
- 104 Indicadores
- 106 Agenda
- 107 Cartas
- 110 Humanizando o Desenvolvimento

Artigos

- 33 O Ipea e seu significado histórico**
João Paulo de Almeida Magalhães
- 44 A Copa de 2014 e o desafio aeroportuário**
Leonardo Vasconcelos
- 45 Logística, transporte e meio ambiente**
Josef Barat
- 46 Venda de ações da Petrobras foi mau negócio**
Carlos Alvares da Silva Campos Neto



Produtividade

Avanço maior no setor público

A produtividade no setor público brasileiro evoluiu mais do que a produtividade no setor privado entre 1995 e 2006. A conclusão está no *Comunicado da Presidência* nº 27, sobre *Produtividade na Administração Pública Brasileira: Trajetória Recente*. De acordo com o documento, a produtividade na administração pública aumentou 14,7%, enquanto no setor privado a evolução foi de 13,5% no período. O estudo baseia-se em dados sobre valor agregado definido pelas contas nacionais e da força de trabalho ocupada, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), produzida pelo IBGE.

No período recente de estabilidade monetária no Brasil, “a produtividade da administração pública manteve-se superior à do setor privado”, conclui o estudo. Em 2006, por exemplo, a produtividade no setor público foi 46,6% superior à do setor privado. Do ponto de vista regional, o Nordeste e o Centro-Oeste tiveram crescimento positivo e substancial da produtividade na administração pública entre 1995 e 2006. As demais regiões não apresentaram melhoria nesse indicador.

IPTU

Sem impacto na distribuição de renda

“O IPTU, no Brasil, além de representar uma presença modesta em relação à tributação e à renda, não consegue exercer a sua função primária (...) promover a distribuição de renda. Isso sem falar na sua importância para democratizar a propriedade, preservar o espaço urbano e evitar a especulação imobiliária”. A constatação é do estudo *Política Fiscal e Justiça Social no Brasil: o Caso do IPTU*, publicado no Comunicado da Presidência nº28, e apresentado no último dia 27, pelo presidente do

Ipea, Marcio Pochmann,, em audiência conjunta das comissões de Finanças e Tributação e de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados. O estudo ressalta a falta de progressividade do tributo, o que poderia aumentar a arrecadação para fazer frente a políticas públicas. Como o IPTU incide sobre o patrimônio, de acordo com o estudo, ele poderia ser usado pelos municípios como instrumento para reduzir as desigualdades sociais, e não só para arrecadar.

Petrobras

Uma avaliação do impacto das parcerias da estatal

A Diretoria de Estudos Setoriais (Diset) do Ipea está desenvolvendo o projeto *Impactos Tecnológicos das Parcerias da Petrobras com as Universidades e Centros de Pesquisa nas Empresas Brasileiras*. O objetivo é identificar e avaliar os efeitos das parcerias que a Petrobras realiza com universidades e

institutos de pesquisa na formação de redes de conhecimentos entre esses centros e as firmas brasileiras. A pesquisa será feita com líderes de equipes que realizam estudos para desenvolvimento de novas tecnologias em parceria com a Petrobras. Eles precisam responder um questionário pela internet.

IPTU 2

Receita abaixo da média

Argentina, Bolívia, África do Sul, Líbano, Israel, Espanha, França, Bélgica, Holanda, Austrália, Nova Zelândia, Canadá e Estados Unidos arrecadaram mais de 2% do Produto Interno Bruto (PIB) com impostos sobre a propriedade, entre 2002 e 2005. No Brasil, os tributos sobre propriedade representaram apenas 0,46% do PIB, de acordo com estudo em elaboração no Ipea. Os municípios brasileiros poderiam aumentar a arrecadação em R\$ 25,5 bilhões.



Agência Petrobras de Notícias

Explicações para a queda

Nota técnica do **Ipea** mostra que os tributos ligados ao lucro das empresas e à produção industrial são os que mais contribuíram para a queda na arrecadação federal desde o começo do ano. Entre os setores que mais tiveram influência na queda da receita tributária federal estão o financeiro, o automotivo e o mineral-metalúrgico. Sob o título *O que explica a queda recente da receita tributária federal?*, o estudo usou dados

da Receita Federal do Brasil, que mantém parceria com o instituto. “Concluimos que as causas da queda da arrecadação estão exclusivamente relacionadas ao desempenho da economia e às compensações e desonerações”, afirma o diretor de Estudos Macroeconômicos (Dimac) do **Ipea**, João Sicsú.

De acordo com o estudo, a arrecadação de tributos e contribuições administrados pela Receita Federal caiu R\$ 26,5 bilhões, em termos reais, no

primeiro semestre de 2009 em comparação com o mesmo período do ano passado. Desses R\$ 26,5 bilhões, R\$ 15,6 bilhões dizem respeito a desonerações, compensações da Petrobras e medidas pontuais de aumento da carga tributária. Os R\$ 10,9 bilhões restantes representam uma queda efetiva de 4,4% na comparação com o primeiro semestre de 2008, enquanto a projeção de queda do PIB no mesmo período se situa entre 1,4% e 1,7%.

Arrecadação 2

Desempenho compatível com situação da economia

Para Sergio Gobetti, técnico de planejamento e pesquisa do **Ipea**, não há incompatibilidade entre o comportamento da arrecadação e a situação real da economia, que apresenta sinais de recuperação. Isto porque a participação de cada segmento na composição do PIB é diferente da participação na arrecadação. Por exemplo, a agricultura responde por 6,7% do PIB e por

apenas 0,3% da receita administrada. A indústria extrativa e de transformação e o setor financeiro, por sua vez, representam 26,3% do PIB, mas são responsáveis por 61,2% da receita.

Portanto, é de se esperar que um crescimento da economia puxado pela indústria e pelo setor financeiro faça a carga tributária aumentar, assim como uma desaceleração da indústria

e do setor financeiro, como a atual, implique queda na arrecadação superior à do PIB, explica o técnico. Segundo o estudo, 95,2% da queda de arrecadação ocorreu na indústria extrativa, de transformação, e no setor financeiro. Além disso, as bases de cálculo dos impostos são diferenciadas (sobre faturamento, lucro, salários, operações de crédito).

Espaço Acadêmico

Um ano divulgando conhecimento técnico

O Espaço Acadêmico completou, no dia 1º de agosto, um ano de existência, mostrando que é um importante instrumento de divulgação do conhecimento técnico já desenvolvido no país na área de Ouvidoria do **Ipea**. Iniciativa

do ex-ouvidor do **Ipea**, Luiz Cezar Loureiro de Azeredo, o Espaço surgiu com o objetivo de divulgar artigos, monografias de conclusão de cursos de graduação, dissertações e teses aprovadas em cursos de mestridos e doutorado. Os textos

visam focar o trabalho desenvolvido pelas ouvidorias no Brasil e os principais temas relacionados com as atividades realizadas pelo setor.

O Espaço Acadêmico faz parte do processo de construção do portal da Ouvidoria

Bolsas

Programa de bolsas garantido

O **Ipea** foi contemplado na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2010, assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 12 de agosto, com a mesma prerrogativa de execução de gastos com bolsas concedida ao CNPq e à Capes. Isso significa que os recursos destinados a bolsas de pesquisa do **Ipea** estarão garantidos mesmo se o Projeto de Lei Orçamentária 2010 não for aprovado tempestivamente.

É a primeira vez que a LDO dá ao **Ipea** essa prerrogativa, que garante ao instituto mais segurança contra eventuais contingenciamentos de recursos orçamentários. Mário Lisboa Theodoro, diretor de Cooperação e Desenvolvimento do **Ipea**, ressaltou a importância do trabalho complementar ao realizado pela Capes e pelo CNPq.

ria, cujo objetivo vai além da divulgação das informações pertinentes aos trabalhos do órgão, mas visa também levar ao público conteúdo atualizado sobre o que ocorre no espaço da ouvidoria pública no Brasil.

Alerta

Instituições públicas estão ganhando mercado

Para o ministro da Fazenda, Guido Mantega, o resultado do Banco do Brasil no primeiro semestre é resultado da estratégia adotada pelos bancos públicos de aumentar a oferta de crédito e reduzir as taxas de juros, como forma de ajudar a recuperação da economia brasileira. “Os bancos públicos foram mais agressivos na liberação do crédito, foram em busca de clientes e reduziram as taxas de juros”, diz. O volume de crédito dos bancos oficiais cresceu 25% no período, contra 2% a 2,5% dos bancos privados. Mantega criticou os bancos privados, que aumentaram o spread e reduziram a oferta de crédito por causa da crise econômica. “É bom que os bancos privados se acautelem, porque senão podem perder mais mercado, porque os bancos públicos estão atuando com mais eficácia”, adverte.



Agência Brasil

BB

De volta à liderança

O Banco do Brasil registrou lucro líquido de R\$ 4 bilhões no primeiro semestre de 2009, crescimento de 0,6% em relação ao mesmo período de 2008. O resultado foi impulsionado pela expansão do crédito. As receitas financeiras totalizaram R\$ 31,3 bilhões no semestre, 41,7%

superior às do mesmo período do ano anterior. Desse total, as receitas provenientes das operações de crédito somaram R\$ 19,1 bilhões, 32,5% maior do que as registradas no primeiro semestre de 2008. De acordo com o balanço, o Banco do Brasil ampliou a oferta de crédito

e voltou a ocupar o primeiro lugar em ativos. A carteira total soma R\$ 265 bilhões, expansão superior a 32% em 12 meses. O número equivale a 18,7% de participação no mercado. A instituição aumentou, no período, em R\$ 13 bilhões as operações de crédito com pessoas físicas.

BB 2

Financiando a agricultura e as exportações

O Banco do Brasil foi responsável por 62,7% de todo o crédito ao agronegócio no País. Para a safra 2009/2010, o governo destinará R\$ 107,5 bilhões, sendo que apenas o Banco do Brasil será responsável por cerca de R\$ 39,5

bilhões. O BB é líder também no mercado de câmbio exportação e importação, com participação de 31,4% e 24,5%, respectivamente. A carteira de crédito à exportação e importação encerrou o semestre com saldo de R\$ 23,5 bilhões,

crescimento de 44,6% em 12 meses. Os negócios com financiamento ao comércio exterior atingiram, no semestre, volume contratado de US\$ 5,5 bilhões, o que permitiu ao BB alcançar participação de mercado de 44,1% em junho.

CEF

Mais empréstimos

Com lucro líquido de R\$ 1,2 bilhão, a Caixa Econômica Federal registrou retorno de 17,9% sobre o patrimônio líquido no primeiro semestre de 2009. No mesmo período do ano passado, a instituição teve lucro de R\$ 2,5 bilhões. A oferta de crédito total da Caixa cresceu 56,1%, entre junho de 2008 e junho de 2009, maior taxa de crescimento observado dos últimos 15 anos. Isso também resulta da decisão estratégica de ampliar a oferta de crédito e suprir o mercado

na escassez de crédito privado, como aconteceu nos momentos mais agudos da crise.

Segundo a Caixa, o lucro do primeiro semestre alinha-se à decisão estratégica de atuar com as menores taxas de juros do mercado e expandir de forma sustentável suas operações de crédito.

“Os números do balanço mostram que a instituição tem conseguido tornar viável a união entre o social e o comercial, desempenhando bem o seu papel de banco público, principalmente nas atividades



Agência Brasil

de transferência de benefícios e bancarização da população de baixa renda, sem deixar de lado a eficiência e a concorrência do mercado”, comenta Maria Fernanda Ramos Coelho, presidente da instituição.

Alimentação como direito constitucional

A Câmara dos Deputados instalou comissão especial para analisar proposta de emenda constitucional (PEC) que inclui no artigo 6º da

Constituição a alimentação entre os direitos sociais de todos os brasileiros. A proposta já foi aprovada no Senado Federal. Foram eleitos como pre-

sidente e relator da comissão, respectivamente, os deputados Armando Abílio (PTB-PB) e Lelo Coimbra (PMDB-ES). Para o coordenador da Frente

Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional, deputado Nazareno Fonteles (PT-PI), o direito à alimentação é um direito básico.

Cidadania

Certidão de nascimento

O governo lançou, no mês passado, a campanha Certidão de Nascimento: um Direito que dá Direitos, um Dever de Todo o Brasil, com o objetivo de incentivar o registro civil de milhares de crianças. O ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, estima que cerca de 1 milhão a 2 milhões de brasileiros não possuem a certidão de nascimento. A situação é mais grave no Norte e no Nordeste. No Piauí, por exemplo, 33,7% das crianças com mais de 15 meses de vida não têm certidão de nascimento. Em Roraima, 22,55%. A meta do governo é reduzir a taxa a 5%.

Vannuchi vai articular com municípios, estados e as Forças Armadas a realização de muti-



ções de registro de nascimentos. O Ministério da Saúde vai orientar hospitais, maternidades e casas de saúde, para que as mães não deixem de registrar os filhos. A ação envolve também o repasse de informações às parteiras.

Emprego

Resultado positivo

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho, revelou que foram criados 242 mil empregos formais em agosto, um crescimento de quase 100% em relação a julho. É o melhor resultado desde setembro do ano passado, quando a crise nos Estados Unidos

se agravou e contaminou a economia mundial. Com os dados de agosto, o ministério acredita a geração de empregos pode ultrapassar um milhão neste ano. De janeiro a agosto, foram criados 680 mil novos postos de trabalho, deixando para trás a fase ruim provocada pela crise.

Distribuição de renda

Benefícios para os mais pobres

A Previdência Social promove a redistribuição de renda dos municípios mais ricos para os mais pobres. Nas cidades menores - com até 100 mil habitantes -, o pagamento dos benefícios previdenciários é superior à arrecadação obtida com contribuições ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). De acordo com Informe de Previdência Social, a instituição promove uma expressiva redistribuição de renda interregional e intermunicipal. O estudo é da Coordenadoria de Es-

tudos Previdenciários da Secretaria de Políticas da Previdência.

De acordo com o estudo, nos 556 municípios mais pobres, a Previdência arrecada R\$ 261 milhões e paga R\$ 3,8 bilhões em benefícios. Ou seja, uma transferência líquida de R\$ 3,6 bilhões, correspondente a 17,1% do Produto Interno Bruto (PIB) desses municípios. Já nos 556 municípios mais ricos, a arrecadação da Previdência - de R\$ 82 bilhões - é maior que as despesas - de R\$ 67 bilhões.

Previdência

Superávit na área urbana

A Previdência Social registrou superávit de R\$ 13 milhões no setor urbano no mês de julho. O resultado positivo decorreu do aumento da arrecadação líquida, que alcançou R\$ 13,925 bilhões, e da queda da despesa com o pagamento de benefícios previdenciários, que somou R\$ 13,912 bilhões. O equilíbrio nas contas da área urbana foi registrado pela terceira vez neste ano depois de fevereiro - R\$

268 milhões - e maio - R\$ 214,3 milhões.

No setor rural, a arrecadação líquida teve queda em julho de 2009, no comparativo com o mesmo mês de 2008. A receita caiu de R\$ 445 milhões para R\$ 361 milhões, um percentual de 18,7%. Já as despesas de julho de 2009 - que somaram R\$ 3,4 bilhões - tiveram crescimento de 8,2%, se comparadas com o mesmo período de 2008.

Roberto Cavalcanti

Crescimento de 6% ao ano levará o Brasil ao pleno emprego

O Brasil pode resolver em poucos anos o problema do desemprego, se mantiver taxa de crescimento entre 6% e 7%. “Isso já aconteceu na década de 1970”, afirma o advogado e economista Roberto Cavalcanti de Albuquerque, diretor técnico do Instituto Nacional de Altos Estudos (Inae) e integrante do Conselho de Orientação do Ipea. Mas o Brasil precisa de planejamento para melhor aproveitar seus recursos naturais e manter o crescimento: “As estratégias precisam ser amplamente debatidas e conhecidas por todos (...) Se você esclarece para a população, o governo e os agentes produtivos quais são as grandes questões e as motivações para o crescimento, todos convergem para o mesmo ponto, o que gera bons resultados”. Nesta entrevista à revista *Desafios do Desenvolvimento*, ele afirma que o Programa de Aceleração do Crescimento não é um plano de desenvolvimento e critica também o Programa Bolsa Família. Mas reconhece: “A diminuição da pobreza com o Bolsa Família foi visível”. O desafio é, para ele, criar condições para que as pessoas possam ter sua própria renda.

Annie Nielsen - do Rio de Janeiro



Perfil

Diretor técnico do Instituto Nacional de Altos Estudos desde 1991, Roberto Cavalcanti de Albuquerque tem cerca de trinta livros e uma centena de artigos publicados, no Brasil e no exterior, nas áreas de economia, política, sociologia, artes e ciências. Entre seus títulos mais conhecidos estão Coronel, coronéis, em parceria com Marcos Vilaça, com cinco edições brasileiras e cinco estrangeiras, e Gilberto Freyre e a invenção do Brasil.

Roberto Cavalcanti nasceu em Pernambuco, em 1939, e formou-se em direito pela Faculdade de Direito do Recife, em 1961. Coursou estatística e matemática nas universidades americanas Washington, no Missouri, e Boulder, no Colorado, e concluiu um mestrado em economia política na Universidade Colúmbia, em Nova York, em 1964. Especialista em desenvolvimento regional, ocupou simultaneamente os cargos de superintendente do Ipea e de secretário de Planejamento da Presidência da República entre 1974 e 1979 e, de 1979 a 1985, o de secretário-geral do Ministério do Interior.

Na área acadêmica, Roberto Cavalcanti foi professor titular de Economia da Universidade Federal de Pernambuco, de 1962 a 1990. No ano de 1964, ajudou a fundar o Instituto de Ciências Humanas, no Recife, e o Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia (Pimes). “A ideia era que os economistas precisam entender um pouco a sociedade e os sociólogos, por sua vez, a economia”, explica. Roberto Cavalcanti também atuou como professor visitante da Universidade Harvard em 1964, 1966 e 1968; do Instituto Internacional de Administração Pública em 1983; e como membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, de 1985 a 1990. Também integrou, entre 1982 e 2000, os conselhos do BNDES, da Finep, da Finep, do Cnpq, da Sudene, do Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico.

Desafios – Como o senhor avalia a atual situação do Brasil? O que podemos esperar daqui para frente?

Cavalcanti – Avalio a situação no momento como razoável, dada à conjuntura internacional negativa, marcada por uma crise financeira que afeta a economia mundial como um todo. Estamos assim porque o Brasil alcançou bons fundamentos macroeconômicos antes da crise. Esse comportamento vinha sendo adotado desde a década de 1990 e foi continuado pelo atual governo. Além disso, o governo reagiu bem à crise, atuando com presteza no sentido de abafar seus efeitos mais imediatos: redução do nível de atividade e do crédito, elevação de preços. O Brasil já apresenta sinais de superação da crise. Trata-se de um dos países pioneiros nessa sintomática positiva pós-crise, o que faz prever para o próximo ano um crescimento de nível médio, em torno de 4% a 5%.

Desafios – Quais serão os principais desafios para atingirmos esse patamar de crescimento?

Cavalcanti – O Brasil detém certo *know-how* com relação a crises mundiais. Na década de 1930, nós nos beneficiamos da crise porque avançamos na industrialização. Com a eclosão da

Segunda Guerra Mundial, tivemos que encontrar um substitutivo para as importações de máquinas e equipamentos, que diminuíram demais por conta do conflito. Na década de 1970, com a crise do petróleo, optamos por crescer, com todos os riscos inerentes a essa decisão. Por outro lado, também renovamos nossa estrutura produtiva, a direção de bens intermediários e de bens de capital. Creio que a crise atual ainda não exauriu todos os seus efeitos. Há sinais de que o grau de endividamento das empresas americanas é muito alto. Portanto, podemos ter um efeito retardado da crise. Diante disso, o Brasil deve tomar a crise como uma oportunidade. Ou seja, não deve apenas reagir bem à crise como vem fazendo, mas definir linhas de ação para o futuro.

Desafios – O que precisa ser feito para transformar a crise em oportunidade?

Cavalcanti – Primeiro, pensar de forma inovadora no que diz respeito aos recursos naturais. O Brasil tem uma vantagem muito grande em termos de recursos naturais e precisa reforçá-la investindo na nossa infraestrutura, que é pesada e ineficiente. O transporte, por exemplo, encarece muito nossa produção





agrícola. Precisamos elevar o grau de industrialização daquilo que exportamos, ou seja, agregar valor às exportações na área de insumos básicos, ferro, papel, celulose, grãos, a fim de ampliarmos a cadeia produtiva interna. Segundo, precisamos ter uma base importante nas áreas de tecnologia da informação e comunicação (TIC). A Índia, por exemplo, tem uma base importante, mas é um país deslocado do ocidente, as TIC são um enclave num mar de pobreza. O Brasil tem uns quatro ou cinco centros de TIC que estão se desenhando no mapa do país e podem ser a base para um salto nessa área de tecnologia.

Desafios – Nossa exploração de energia renovável está subaproveitada?

Cavalcanti – Certamente. Temos uma matriz energética positiva. Nosso potencial hidrelétrico é enorme, mas podemos aprimorar e ampliar a oferta de fontes de energia renovável, princi-

palmente de bioenergia e energia eólica. O Nordeste tem uma capacidade enorme na área de energia eólica, mas só o Ceará começou a aproveitá-la. O grau de exploração dessa energia ainda é incipiente, se comparado ao dos países escandinavos, onde os moinhos de vento fazem parte da paisagem.

Desafios – Qual seria a melhor forma de aproveitar os recursos que virão com o pré-sal?

Cavalcanti – Os recursos do pré-sal devem ser usados para transformar a economia do país; devem ser utilizados para investimentos em infraestrutura, alta tecnologia, conhecimento. Setores como o turismo, o lazer e o entretenimento podem se desenvolver mais e de forma mais criativa. Essa é a ideia: aproveitar a crise por meio de um plano de ação que desenhe um novo futuro para o país. Vivemos um novo momento em termos de economia global, de realinhamento de formas de produção, e o Brasil

precisa se inserir nesse contexto de forma inteligente para crescer. No entanto, não podemos pensar só em crescimento, mas também em desenvolvimento. Aqui no Fórum Nacional (berço do Inae, dedicado ao estudo e formulação de propostas para a modernização do país), entendemos desenvolvimento como um processo global; um processo econômico, político, social e até cultural, de mudança de mentalidade, de atitude, de espírito. Crescimento apenas é uma ideia pobre, esse processo tem de vir acompanhado de uma melhoria da sociedade, de uma melhoria da convivência humana, da interação entre as pessoas.

Desafios – O que este governo tem feito de positivo para caminhar rumo a esse desenvolvimento no sentido global?

Cavalcanti – O ponto mais positivo deste governo, tomando os dois mandatos do presidente Lula, foi a continuidade da política macroeconômica e até um aperfeiçoamento dela em alguns aspectos. O tão falado Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é apenas um arranjo de projetos, não tem uma visão macro.

Desafios – Por quê?

Cavalcanti – Porque quando fazemos um planejamento, definimos grandes metas, metas globais. Ao traçarmos metas globais e estratégias para viabilizá-las, obtemos um planejamento estruturado. As metas são as definições políticas, os objetivos que queremos atingir. As estratégias são as definições dos meios para alcançarmos esses objetivos. O PAC não tem isso, é apenas um conjunto de projetos. Assemelha-se um pouco com o que Juscelino Kubitschek fez na época dele. Ocorre que o Juscelino foi adiante, ele criou grupos de trabalho para ampliar as indústrias básicas, a indústria automobilística, pois não gostava da velha



estrutura do Estado. Ele a considerava ineficiente e, por esse motivo, deixou-a de lado e trabalhou com grupos executivos. O PAC não fez nem isso. Consiste num conglomerado de projetos cuja soma em termos de crescimento e desenvolvimento ninguém sabe qual será porque não houve uma definição de metas. O mesmo ocorreu com o Bolsa-Família: reduziu-se a pobreza provisoriamente, na medida em que o programa a amenizou. Entretanto, o Bolsa Família não proporcionou instrumentos para a superação da pobreza e ainda gera uma dependência dos recursos públicos.

Desafios – Como seria possível melhorar o PAC e o BolsaFamília?

Cavalcanti – O Bolsa Família só será viável com a retomada de certo nível de crescimento. Assim, passará a prover às pessoas hoje atendidas pelo programa os instrumentos pelos quais elas, sobretudo os jovens, poderão superar a pobreza. Para tanto, só há um caminho: através da educação e do emprego. O êxito do programa Bolsa Família se medirá pela sua importância cada vez menor, pela redução das pessoas atendidas.

Com relação ao PAC, será preciso criar ao menos objetivos setoriais. Tome a indústria tal, tome um setor tal, transportes, por exemplo, convergindo para uma meta global e uma aceleração do crescimento acima de 5%. Afinal, qualquer Bric (grupo formado por Brasil, Rússia, Índia e China) de respeito não pode ficar nesse patamar muito tempo.

Desafios – Em relação aos Bric, quais as vantagens e desvantagens que temos em relação aos países que compõem esse grupo? Corremos o risco de poluirmos demais o meio ambiente como faz a China? Como ficamos em relação à Índia, que tem um polo de tecnologia da informação altamente desenvolvido e ainda por cima fala inglês?

Cavalcanti – A Índia tem muitas desvantagens; a primeira delas é o fuso horário. O país fica muito desvinculado dos Estados Unidos por causa disso. Segundo, a economia moderna da Índia é uma ilha num mar de pobreza. Nós temos pobreza, mas a Índia tem numa proporção vinte vezes maior. Além disso, conta com apenas um núcleo importante de tecnologia da informação. O Brasil tem quatro ou cinco grandes núcleos, sendo que um deles se encontra no Nordeste, no Recife. Existe uma associação no país chamada Brasscom que congrega os setores de TI e tem se mostrado muito ativa em ampliar nosso potencial nessa área. A entidade visa transformar o Brasil num grande polo digital, o que me parece bastante viável dentro de um prazo de uns dez anos.

Com respeito à China, não acho que o Brasil irá descuidar do meio ambiente como os chineses vêm fazendo. O Brasil tem consciência da importância do meio ambiente para o desenvolvimento e de como conciliar crescimento econômico com preservação ambiental. Depois de quinze, vinte anos de discussão, esse tema já entrou na agenda nacional, embora ainda haja conflitos. A situação na China, porém, é bem mais complicada; o país está muito atrasado nesse ponto. Nós dispomos de leis ambientais modernas, embora elas nem sempre sejam tão eficazes. Temos condições de ampliar as frentes agrícolas no Brasil sem tocar na Amazônia, na geração de bioenergia, por exemplo. Aliás, a Amazônia só tem sentido do ponto de vista econômico como floresta, pois sua terra não é fértil, salvo certas manchas. A riqueza da floresta é a sua biodiversidade. Trata-se de outra oportunidade estratégica do país, embora de mais longo prazo porque ainda não conhecemos toda a essa riqueza existente na Amazônia. Mas, voltando

à China, o principal entrave desse país não é nem a questão ambiental e sim a situação política e a desigualdade social, resultante da economia implantada no país. Há uma área rural imensa que saiu da miséria, mas não da pobreza.

Quanto à Rússia, ela precisa remontar toda a sua economia e superar essa fase complicada, marcada pela presença da máfia e de muita corrupção.

“Os recursos do pré-sal devem ser usados para transformar a economia do país; devem ser utilizados para investimentos em infra-estrutura, alta tecnologia, conhecimento. Setores como o turismo, o lazer e o entretenimento podem se desenvolver mais e de forma mais criativa. Essa é a idéia: aproveitar a crise por meio de um plano de ação que desenhe um novo futuro para o país”

Desafios – Que medidas precisam ser tomadas para assegurar desenvolvimento econômico com inflação sob controle?

Cavalcanti – O Brasil aprendeu a fazer política macroeconômica, sobretudo monetária, mas convive com problemas fiscais complicados. Apresenta elevada carga fiscal, forte participação do Estado na economia, aumento das despesas de custeio e queda percentual do investimento público. A inflação exige uma atividade de vigilância permanente, mas o Banco Central vem realizando bem essa tarefa.

Desafios – A taxa básica de juros, a Selic, atingiu seu menor patamar da história recente: 8,75%. O senhor acha que o Brasil finalmente superou o medo de reduzir os juros?

Cavalcanti – Sim, o país perdeu o medo de baixar os juros e acho que a taxa básica vai cair ainda mais, mas não este ano. Afinal, há necessidade de cautela.

Desafios – Por quê?

Cavalcanti – Porque essas políticas de redução de juros são políticas de sintonia fina. Não podemos ter sobressaltos, pelo contrário, precisamos controlar as grandes variações. A taxa de câmbio, por exemplo, está muito volátil. O que o BC precisa fazer diante disso? Reduzir essa volatilidade. O mesmo ocorre com o organismo humano, que tem uma pressão sistólica e diastólica. Nossa pressão não pode ficar dando saltos. Se alguém se acostuma com uma pressão de 140x90, cria um sistema de ajuste para viver daquela forma. Então é preciso evitar as grandes oscilações.

Desafios – Quais os benefícios concretos que essa redução da taxa de juros vai trazer para a população?

Cavalcanti – Os efeitos dessa redução só vão ocorrer no próximo ano. O endividamento passa a ter outro custo, um custo muito menor para as famílias e as empresas. Antigamente, quando alguém comprava uma geladeira a prazo, pagava o valor de duas por causa dos juros. No sentido amplo, com o spread [diferença entre o que o banco paga ao tomar um empréstimo e o que cobra ao conceder um empréstimo] e tudo. É a conta que chega ao consumidor. Com os juros mais baixos, você tem um estímulo à economia. Mas é preciso lembrar que o endividamento tem um limite; não se pode chegar ao ponto a que os americanos chegaram.

Desafios – O senhor é favorável a uma reforma fiscal e trabalhista?

Cavalcanti – Sim, se articuladas, e incluiria também uma reforma previdenciária. Seria necessário repensar o Estado em termos de sua dimensão. Qual seria o número de ministérios? Precisaríamos de um ministério dos Transportes ou das Comunicações ou apenas de uma agência reguladora? Desinflar o Estado e torná-lo mais eficiente, mais voltado para objetivos concretos, para ações de governo geradoras de programas e projetos de desenvolvimento. Isso seria um Estado moderno e oportuno. Ocorre que toda reforma mexe com interesses. O Brasil exagerou com respeito à carga tributária sobre a folha de salário. Poucos países do mundo têm carga tributária semelhante. Vejo alguma possibilidade de mudança nesse sentido, mas também gradual.

Desafios – Como podemos ampliar o mercado de trabalho para os jovens?

Cavalcanti – Os jovens precisam de educação e qualificação. A faixa dos jovens é a mais desempregada e a mais pobre. A pobreza no Brasil hoje se concentra na população jovem.

Desafios – O desemprego é um dos principais entraves para o desenvolvimento. O senhor vê alguma solução para esse problema, principalmente no caso dos não tão jovens que desejam voltar para o mercado de trabalho?

Cavalcanti – Se a economia ganhar ritmo e sustentação, a questão do emprego no Brasil vai se resolver rapidamente. Estamos numa fase em que a procura por emprego diminui por causa da transição demográfica. Antigamente tínhamos dois, três milhões de pessoas por ano que entravam na força de trabalho. Hoje temos um milhão e meio de pessoas e esse número vem caindo devido à queda do crescimento demográfico. Falta gente para preencher as vagas nas escolas. Muitas



“Não podemos pensar só em crescimento, mas também em desenvolvimento (...) entendemos desenvolvimento como um processo global; um processo econômico, político, social e até cultural, de mudança de mentalidade, de atitude, de espírito. Crescimento apenas é uma idéia pobre, esse processo tem de vir acompanhado de uma melhoria da sociedade, de uma melhoria da convivência humana, da interação entre as pessoas”

estão com excesso de equipamento, porque o número de crianças relativamente à população diminuiu. O mesmo ocorre no momento com o desemprego. Assim, quando atingir um crescimento da ordem de 6% a 7% ao ano, o Brasil resolverá a questão do emprego em cinco a seis anos. Ou seja, a massa de desempregados que existe vai desaparecer. Isso aconteceu na década de 1970. Havia um crescimento demográfico altíssimo e a procura por emprego também era enorme. No entanto, o desemprego caiu de 7% a 2% porque houve crescimento econômico. Muitos dizem que o crescimento de hoje não gera emprego. Talvez não diretamente, mas indiretamente gera sim, sobretudo na área de serviços e de lazer.

Desafios – Até que ponto o Estado deve intervir na economia?

Cavalcanti – Em momentos de crise, de queda do nível de produção e do emprego, a intervenção do Estado faz todo sentido. Fora isso, não há por quê. A sociedade tem que buscar as fontes de investimento e determinar quais setores produtivos irão liderar o processo de desenvolvimento. Mas as estratégias precisam ser amplamente debatidas e conhecidas por todos. O planejamento é um cálculo político, econômico, estratégico e também de consenso. Se você esclarece para a população, o governo e os agentes produtivos quais são as grandes questões e as motivações para o crescimento, todos convergem para o mesmo ponto, o que

gera bons resultados. Agimos assim aqui no Fórum ao reunirmos políticos, empresários, ministros e sindicalistas para discutir ideias, propostas e projetos. Buscamos obter consensos, nem que sejam apenas parciais, para viabilizarmos ideias.

Desafios – Violência, transporte ineficiente, sistema de saúde ineficaz, educação fraca, falta de condições de moradia digna, desemprego. São tantos problemas. Qual deles o governo deve atacar primeiro?

Cavalcanti – Não podemos pensar assim. Temos que ver a sociedade e a economia como uma trama de relações. Para intervirmos nessa trama, precisamos fazê-lo de forma sistêmica. Por isso não gosto do PAC. Esse programa intervém na economia, mas ninguém sabe que diabo vai dar. Temos que pelo menos tentar explicitar o resultado que queremos. O que a gente quer para o nosso país? Que as pessoas comam bem, que tenham dignidade e respeito, que progridam e sejam felizes. Esses são os objetivos de qualquer sociedade. Elas se organizam para isso. Acho que ninguém discorda dessa ideia; as divergências surgem quando se trata de prover os meios para atingir esses objetivos. No Brasil, eu diria que as grandes prioridades são retomar o crescimento, porque sem crescimento não haverá emprego nem redução real da pobreza. Considero as pessoas que recebem o Bolsa Família pobres; elas estão assistidas, mas não são capazes de produzir a própria renda. Se o país não crescer, não terá como resolver outros problemas como desigualdade social, desemprego, pobreza. E a pobreza só se extinguirá com uma taxa de crescimento alta que gere emprego.

Desafios – Como o senhor avalia os programas dos últimos dois governos?

Cavalcanti – Os dois se equivalem em termos de desempenho. O governo

“O Brasil deve tomar a crise como uma oportunidade. Ou seja, não deve apenas reagir bem à crise como vem fazendo, mas definir linhas de ação para o futuro”

Lula foi muito eficaz na suplementação de renda, na questão social e, de certo modo, na redução da desigualdade, embora essa mudança não tenha sido percebida pela maioria das pessoas. A diminuição da pobreza com o Bolsa Família foi visível, as pessoas sentiram essa diferença. No entanto, o mesmo não aconteceu com respeito à desigualdade social, visto que a distância entre um pobre e um rico permanece enorme. Apesar disso, as pessoas pobres estão se sentindo melhor, mais felizes, com o Bolsa Família. Portanto, não sou contra o programa, acho que o programa tem mérito, porém, ele não resolve o problema, apenas o atenua com a transferência de renda. O grande desafio agora é inserir essas pessoas assistidas pelo Bolsa Família para que sejam sujeitos do próprio progresso. Houve também vários programas de qualificação, mas estes precisam ser oferecidos em nível bem local, porque é ali que se identificam as oportunidades de trabalho e de inserção disponíveis. Quanto ao Fernando Henrique Cardoso, ele libertou o país da inflação. Se não tivesse conseguido isso, não teríamos chegado aos atuais resultados.

Desafios – Um dos problemas da administração pública brasileira é a falta de continuidade de projetos e programas públicos. Que programas do atual governo, na sua avaliação, precisam ter continuidade?

Cavalcanti – De modo geral, muita coisa precisa de continuidade. O PAC, por exemplo, vai ficar incompleto. Na


área de energia, de investimentos privados, muitos projetos que estavam previstos não se materializaram por causa da crise. Nenhuma pessoa de bom senso sequer pensaria em acabar com o Bolsa Família. Criou-se um fato consumado. O país terá de sustentar os seus pobres até que eles se emancipem da pobreza. Trata-se de um custo que o governo impôs à sociedade que paga impostos, essa realidade não tem volta. Se tiver, será uma volta muito perigosa. O grande cacife político do Lula está no Bolsa Família, principalmente no Nordeste. No meu estado, Pernambuco, cerca de 70% das pessoas recebem bolsa-família. E a popularidade do Lula lá gira em torno de 80%.

Desafios – Que outros exemplos?


Cavalcanti – Nessa área social há muitos programas que, embora pareçam convergentes, na verdade são divergentes. Há, por exemplo, previdência para aqueles que nunca pagaram por esse benefício. São velhos ou doentes pobres que recebem um salário mínimo, um valor muito acima do Bolsa Família, que gira em torno de R\$ 190. Esses programas estão no mesmo ministério, coexistindo, embora tenham lógicas completamente diferentes. Um é previdência e o outro, transferência de recursos do tesouro. É preciso harmonizar essa situação. Há casos em que uma família recebe o Bolsa Família e mais dois salários mínimos completos porque o idoso e o deficiente, que vivem com ela, têm direito a esse benefício. Fora da área social, é imprescindível manter a política macroeconômica.

Desafios – E existe algo que precise ser modificado por completo?

Cavalcanti – O que precisa ser mudado radicalmente no país é o exercício da política.



Ipea: Pensando o futuro do Brasil



Ao completar 45 anos, o Ipea se prepara para retomar participação no planejamento estratégico de longo prazo do país. Fundamental para assegurar o crescimento econômico, com bem-estar social, e o futuro do Brasil, o planejamento volta a ocupar posição de destaque nos debates acadêmicos e de instituições brasileiras

Gilson Luiz Euzébio - de Brasília

Depois de décadas, o Brasil dá os primeiros passos para retomar o seu planejamento estratégico. Por enquanto, a visão ainda está muito presa ao médio prazo, com iniciativas isoladas. Mas a necessidade de ter diretrizes e objetivos claros para o longo prazo se impõe como condição essencial para o desenvolvimento econômico e social do país. E ganha maior relevância ainda em um ano marcante, como 2009, por comportar a maior crise do capitalismo pós-1929. Passados 80 anos, o mundo se vê no centro de um novo furacão econômico, com impacto social e econômico sem precedentes, inclusive sobre a geopolítica mundial. Mesmo em épocas mais calmas, pensar o longo prazo é fundamental. “Só acredito que a sociedade possa se desenvolver de forma planejada”, afirma Carlos Lessa, ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e integrante do Conselho de Orientação do **Ipea**. E, claro, as diretrizes estabelecidas no planejamento têm que ser seguidas. Sem planejamento, grandes oportunidades podem se transformar em pesadelo: “O planejamento sempre foi e continua sendo fundamental para qualquer país que queira colocar em prática uma política de cresci-

mento, de desenvolvimento. Não dá para acreditar que essas coisas venham espontaneamente”, acrescenta Mário Theodoro, diretor de Estudos, Cooperação Técnica e Políticas Internacionais do **Ipea**.

O objetivo “é, em última instância, a qualidade da nossa sociedade, de cidadania e qualidade de vida da população”, afirma Pérsio Davison, técnico de planejamento e pesquisa desde 1973 e atual chefe de gabinete da Presidência do **Ipea**. É um desafio que se impõe à sociedade, sobretudo aos meios acadêmicos e instituições de pesquisa, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (**Ipea**).

Com a economia estabilizada e situação fiscal controlada, o país tem agora que enfrentar o grande desafio de planejar o seu futuro para daqui a, digamos, 20 anos. Isso significa tomar decisões hoje e implantar projetos de forma coordenada, pensando em resultados num prazo que perpassa diversos governos. Aos 45 anos, completados neste mês de setembro, o **Ipea** passou por uma ampla reorganização interna para atender a demanda por estudos e colaborar na formulação de propostas de longo prazo para o país, pensando agora nos próximos 45 anos. Na verdade, é a retomada do seu papel histórico: criado em setembro de 1964, o instituto participou ativamente da elaboração dos grandes planos nacionais de desenvolvi-

mento. “A história (dos últimos 45 anos) não pode ser contada sem a colaboração do

Ipea”, resumiu o presidente Marcio Pochmann. Coube ao **Ipea** fazer o diagnóstico da situação brasi-

leira, que balizou a montagem do primeiro plano de ação do governo militar, afirma Jorge Abrahão, diretor de Estudos e Políticas Sociais da instituição. O instituto foi criado numa época difícil do país. Logo depois do golpe militar de 1964. Mas, se colocar na balança, o resultado do trabalho do **Ipea** é muito positivo, declarou o presidente Lula, em discurso na sede do instituto.

Nesses 45 anos, o Brasil passou por profundas mudanças: em 1964 era um país rural, exportador de produtos primários (85,4%), com 40% da população com mais de 15 anos analfabeta. Hoje, mais de 80% da população vivem em áreas urbanas e a taxa de analfabetismo caiu para 10%. A mortalidade infantil caiu de 112 por mil para 26,6 por mil, e a população cresceu de 71 milhões de habitantes para 190 milhões. As exportações brasileiras saltaram de US\$ 1,4 bilhão para os US\$ 197 bilhões registrados no ano passado. Da mesma forma, as reservas internacionais passaram de US\$ 244 milhões para US\$ 206 bilhões. Nesse período, a economia brasileira se modernizou, e a indústria ganhou peso na formação do Produto Interno Bruto (PIB).

Foram transformações resultantes da intervenção planejada do setor público, com destaque para o 1º e 2º planos nacionais de desenvolvimento (PND). O Brasil de 2009 é um novo país se comparado ao de 45 anos atrás. Mas que também precisa pensar no seu futuro, em projetos de longo prazo. “Historicamente, o **Ipea** cumpriu esse papel”, lembra Carlos Lessa. Desta vez, o **Ipea** assumiu o compromisso público de apresentar até o final do próximo ano vários estudos técnicos para subsidiar o debate sobre o futuro do Brasil. Em seu planejamento estratégico, feito ao longo de 2007 e 2008, com a participação dos técnicos da casa, o instituto estabelece prioridade para estudos e pesquisas em áreas importantes para o longo prazo, de forma a contribuir para o processo de definição das estratégias para o país. Assim, o instituto cumpre sua missão

"O Brasil está se afirmando como liderança regional e o Ipea tem que acompanhar a mudança com uma visão dos problemas nacionais, subnacionais e também tem que ter uma visão internacional"

Marcio Wohlers, diretor do Ipea



Servidores, autoridades e convidados acompanharam discursos, que foram transmitidos pela internet

de “produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro”.

Para o **Ipea**, as estratégias de desenvolvimento para os próximos 45 anos devem surgir de um amplo e profundo debate com a sociedade, envolvendo os principais líderes sociais de todas as regiões do país. Tal processo deverá culminar na formulação de um documento-base que apresentará as propostas que irão nortear a estratégia de desenvolvimento econômico-social do Brasil para os próximos 45 anos. O planejamento ganha maior relevância ainda com a crise mundial, que coloca em pauta a discussão dos modelos econômicos e geopolíticos internacionais. Os Estados nacionais têm que estabelecer o seu papel no cenário internacional e sua política interna visando ao desenvolvimento com bem-estar social. Cabe ao **Ipea** dar suporte e promover esse debate.

A decisão de promover essa discussão é

um marco na história do instituto, que estabeleceu sete eixos básicos para suas pesquisas e estudos, em consonância com a necessidade de planejamento do país. Foram selecionados os seguintes temas: inserção internacional soberana; macroeconomia para o pleno emprego; infraestrutura econômica, social e urbana; estrutura tecnoproductiva integrada e regionalmente articulada; sustentabilidade ambiental; proteção social, direitos e oportunidades; fortalecimento do Estado, das instituições e da democracia. É uma tarefa que exigiu alterações nos modelos estratégico e de gestão do **Ipea**, que agora retoma seu papel como centro de excelência que participa da formulação, análise, acompanhamento, avaliação e prospecção de políticas públicas.

“Os eixos implicam os principais focos dos temas do desenvolvimento, não só sobre o enfoque econômico. Acho que um dos méritos desse debate que o **Ipea** produziu internamente é trazer coesões sobre as prio-

ridades para nossos estudos e pesquisas”, diz Pêrsio Davison. Assim, o **Ipea** alinha-se com o consenso já formado na sociedade, empresariado e governo sobre a importância do planejamento. “Não é o retorno aos anos

“O desenvolvimento é uma necessidade permanente, inclusive dos países desenvolvidos (...) Não existe desenvolvimento sem planejamento estatal, desenvolvimento não cai do céu. Minha grande satisfação é que essa discussão foi retomada pelos partidos políticos e sindicatos”

João Sicsú, diretor do Ipea

1970 (época dos grandes planos de desenvolvimento), mas é uma volta às possibilidades da construção estratégica do futuro da sociedade brasileira”, afirma ele.

“A recuperação da capacidade de planejamento de longo prazo do Estado brasileiro está em curso”, afirma Glauco Arbix, ex-presidente do **Ipea**. As instituições trabalham para reconstruir a capacidade perdida nas décadas de 1980 e 1990. “É preciso todo um esforço de remodelagem e reordenamento institucional. É preciso um esforço para se repensar as instituições do Estado brasileiro, em geral criadas no período desenvolvimentista, e que, atualmente, são chamadas a intervir na vida econômica e social de um modo totalmente distinto. Essa tarefa está longe de ser trivial”, comenta ele. “Para inovar no planejamento, o setor público brasileiro precisa inovar institucionalmente. Ou seja, deve agir para liberar o potencial da população, das empresas, da economia, e não pretender substituí-los na nossa economia”, aconselha. O desenvolvimento, com a diminuição da pobreza e das desigualdades, é o anseio da sociedade brasileira, ressalta.

Curto prazo - Durante a fase de inflação alta, desequilíbrio das contas públicas e instabilidade, o país ficou preso à administração do curto prazo, e as instituições que costumavam pensar em horizontes um pouco mais à frente, como o **Ipea**, foram relegadas a segundo plano. Não eram a prioridade do momento. Hoje, a necessidade do planejamento estratégico volta a se impor. Um plano de desenvolvimento, defende ele, deve ser um amplo plano de Estado e não de governo. Deve definir diretrizes e objetivos a serem alcançados pelo país num período mais longo, de 20 a 30 anos, com uma visão de crescimento econômico com inclusão social, distribuição de renda e sustentabilidade ambiental.

A vantagem é que o país, segundo Arbix, tomou consciência da necessidade de construir uma estratégia de longo prazo. “O

momento é de reforço da ideia de planejamento, de discutir o futuro do Brasil”, afirma Bruno Cruz, diretor-ajunto de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do **Ipea**. “O Brasil está remontando sua estrutura de planejamento, que foi praticamente desmantelada na década de 1980 e primeira metade da década de 1990, com a crise fiscal que o Estado brasileiro sofreu”, acrescenta Luiz Cezar Loureiro de Azeredo, técnico de planejamento e pesquisa do **Ipea**. Para continuar a cumprir sua missão, instituto fez concurso público e contratou novos servidores. “A chegada de novos técnicos dá maior capacidade de resposta à instituição”, diz Bruno Cruz.

O importante, porém, é que a questão está na pauta nacional. “Minha grande satisfação é que essa discussão foi retomada, que a palavra desenvolvimento entrou no vocabulário dos partidos políticos, dos economistas e dos sindicatos”, comenta Sicsú. Há pouco tempo as discussões eram sobre inflação e dívida externa. “Entendemos que o desenvolvimento é uma necessidade permanente, inclusive para os países desenvolvidos, que estão sempre procurando se desenvolver mais. A grande vitória que a sociedade conquistou foi colocar na pauta o desenvolvimento. Não existe desenvolvimento sem planejamento estatal, desenvolvimento não cai do céu”, comenta ele. Embora imprescindíveis, planejamento e desenvolvimento foram esquecidos por um bom tempo no Brasil. “Na década de 1990, por exemplo,

“O planejamento sempre foi e continua sendo fundamental para qualquer país que queira colocar em prática política de crescimento. Não dá para acreditar que essas coisas venham espontaneamente”

Mário Theodoro, diretor do Ipea



Daniel Vargas: Neste momento histórico o Brasil trocou pobreza por inclusão

planejamento virou quase um palavrão, e o mundo embarcou na crença de que o mercado era tudo”, lembra Marcio Wohlers, diretor de Estudos e Políticas Setoriais, Inovação, Produção e Infraestrutura (Diset) do Ipea. Para ele, o estouro da crise internacional em setembro do ano passado resgatou o papel do Estado na condução do desenvolvimento econômico e social.

Para Azeredo, os atuais casos de sucesso no Brasil são resultado do planejamento estratégico da época dos militares. A descoberta do petróleo na camada do pré-sal, por exemplo, não seria realidade se o país não

tivesse apostado na capacidade da Petrobras para explorar campos submarinos como resposta à crise do petróleo de 1973. Na ocasião, o governo também adotou a estratégia de buscar novas fontes de combustível. Recebido com ceticismo, o programa do álcool, Proalcool, “foi a gênese de importantes projetos de produção de biocombustíveis”, que permitiram ao Brasil um papel de destaque no desenvolvimento de tecnologia e de fontes alternativas de energia.

Outro programa polêmico na época, o de energia nuclear, criado pelo presidente Ernesto Geisel, hoje é necessário, o que mostra a importância de planejar ações de longo prazo. A Ferrovia Norte-Sul, iniciada na segunda metade da década de 1980, é, para ele, outro exemplo de ação estratégica: hoje todos reconhecem

a importância do projeto para o desenvolvimento regional brasileiro. A falta de planejamento já foi motivo de queixa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que atribuiu à Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) o papel de elaborar propostas de políticas de longo prazo para o país. Antes, o governo Lula tomara algumas iniciativas nesse sentido, uma delas resultou num trabalho, pro-

“O momento é de reforço da ideia do planejamento, de discutir o futuro do Brasil. O Ipea tem contribuído para pensar o país. Nesses 45 anos, o Ipea teve papel de destaque em diversas ações”

Bruno Cruz, diretor-adjunto do Ipea

“É preciso um esforço para se repensar as instituições do Estado brasileiro, chamadas a intervir na vida econômica e social. Tarefa está longe de ser trivial”

Glauco Arbix, ex-presidente do Ipea

duzido pelo Núcleo de Assuntos Estratégicos (NAE), com cenário de longo prazo para o Brasil. Mas não se transformou num plano de desenvolvimento para o país, apenas em direcionamento para algumas áreas.

Para Lessa, o Estado deve pensar o longo prazo e indicar ao setor privado a direção, principalmente neste momento que o país se prepara para explorar o petróleo do pré-sal. “O petróleo é hoje, de todos os bens da natureza, o mais disputado”, afirma. Segundo

ele, se a economia mundial voltar a crescer, logo surgirá novamente o problema da escassez do combustível. O pré-sal está a 300 quilômetros da costa, portanto fora da área marítima de domínio do Brasil. “Qual a capacidade que tenho de segurança nesse espaço vital?” questiona Pérsio.

O planejamento de longo prazo, segundo ele, deve ter essa visão global, que implica a articulação de ações e planos.

A proteção do pré-sal e da ra do presidente da França, Nicolas Sarkozy, que assistiu o desfile de Sete de Setembro em Brasília, Lula ressaltou outro ponto importante do acordo, a transferência de tecnologia ao Brasil.

Além da defesa, o pré-sal exige a definição de várias outras questões estratégicas: “Teremos capacidade de desenvolver o país e utilizar os recursos para o fortalecimento nacional?” indaga Lessa.

Para ele, é melhor o país exportar soja do que petróleo. “Não precisamos ser vorazes exportadores”, afirma. Produzir para exportar é importante, reconhece Pérsio: “Mas em que condições?” O Brasil, resalta ele, está eliminando a diversidade para produzir soja que alimenta os animais nos países ricos. O planejamento tem que considerar que a sustentabilidade global está “chegando ao limite”.

Médio prazo – Embora o país não tenha um plano de longo prazo, as decisões do presidente Lula sobre o pré-sal compreendem uma ação mais abrangente. Além de tomar a iniciativa de reequipar as Forças Armadas, Lula tem se posicionado contra a que o Brasil se transforme num país expor-

tador de petróleo. O objetivo é vender aos outros países produtos acabados, com maior valor agregado. Mário Theodoro lembra que a exploração de petróleo e recursos minerais sem uma visão estratégica causou a ruína de muitos países. “Se se confirmarem as expectativas quanto ao volume de petróleo, é um bilhete de loteria que o país ganha”, afirma. Tem que saber usar os recursos ou eles se transformarão em problema, como aconteceu com vários exportadores de petróleo: concentraram a economia na venda de petróleo. A entrada de dólares para compra de petróleo valoriza o câmbio até chegar a um ponto em que é mais vantajoso importar do que produzir outras mercadorias. “Com a moeda muito valorizada, ocorre um processo de desindustrialização”, explica Mário Theodoro. A teoria, conhecida pelos economistas como “doença holandesa”, diz que o aumento da exportação de produtos primários reduz a competitividade dos produtos industrializados, e a produção nacional é sufocada. Quando escasseiam os recursos naturais ou quando eles perdem valor no mercado internacional, o país está no pior dos mundos, sem indústria, sem produção própria e sem o dinheiro da exportação.

“Não temos o direito de incorrer nesse erro. O Brasil tem um parque industrial e não pode jogar isso fora de jeito nenhum. Vamos ter que ter política industrial, política cambial, um conjunto de políticas, todas atreladas à visão de longo prazo”, diz Mário Theodoro. O presidente Lula tem demonstrado preocupações com o longo prazo, mas estas precisam ser assumidas pela sociedade e pelo Estado como estratégias para o país, independentemente de posições políticas. O planejamento ganha ainda maior relevância neste momento em que o Brasil começa a se afirmar como líder regional. “O Brasil é parte de um grupo emergente e o Ipea é chamado a ver os problemas nacionais, subnacionais e também tem que ter uma visão internacional, de articulação com outras instituições, com as diferentes formas de pensar e atuar

com sugestões e análises de políticas públicas”, afirma Marcio Wohlers.

Outras ações do governo, embora repercutam também no longo prazo, estão focadas no médio prazo. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), por exemplo, está focado na solução de questões urgentes e alavancadoras do processo de desenvolvimento da economia. “O PAC não é suficiente nem para resolver o problema da energia elétrica”, comenta Carlos Lessa. Para ele, o principal problema ao desenvolvimento do Brasil é o mesmo há 50 anos, a falta de infraestrutura decorrentes de erros estratégicos que se perpetuam. “Ou a gente enfrenta isso ou não conseguimos fazer nada”, diz Lessa. Um plano de desenvolvimento, para ele, tem que ser bem amplo para resolver gargalos como os de logística e infraestrutura. O país poderia ter um ganho de competitividade, com benefícios para todos, com o incremento da navegação de cabotagem e implantação de ferrovias, meios mais econômicos do que o transporte rodoviário.

O único instrumento de planejamento em prática no Brasil é o plano plurianual, no qual os sucessivos governos definem prioridades de investimentos para quatro anos. Ocorre que esse plano é feito para um período de governo. Ou seja, não estabelece a continuidade de ações de Estado. A Constituição fala na necessidade de plano nacional de desenvolvimento, planos regionais e setoriais. “Temos caminhado no PPA, na LDO (lei de diretrizes orçamentárias), mas não chegamos ainda na circunstância da construção de um plano nacional”, comenta Pêrsio Davison.

A experiência do PPA é relativamente recente: previsto na Constituição de 1988, o primeiro PPA elaborado em 1996. Foi um avanço, mas não resultou na definição de um plano de longo prazo, “baseado em um projeto nacional de desenvolvimento, fruto de um amplo consenso social”. Tal plano deveria conter as diretrizes a serem seguidas por diversos governos na elaboração dos PPA.

A implantação do PPA exigiu um esfor-

ço muito grande para adequar a execução orçamentária para que se pudesse obter um adequado padrão de integração plano-orçamento. No Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o governo adotou o método do gerenciamento intensivo para melhorar o nível de execução de seus principais programas e projetos.

Marcos do planejamento no Brasil

1956	Plano de Metas
1972	I PND
1975	II PND
1980	III PND
1988	Constituição cria o PPA
1996	Brasil em Ação (PPA 1996-1999)
2000	Avança Brasil (PPA 2000-2003)
2004	Brasil de Todos (PPA 2004-2007)
2007	Programa de Aceleração do Crescimento (PPA 2007-2010)
2008	Desenvolvimento com inclusão social e educação de qualidade (PPA 2008-2011)

Crescimento da produção

Produção	1964	2007
automóveis	104.710	2.567.324
caminhões	21.790	167.330
aço	3,9 mil t	33.664 mil t
cimento	9 mil t	51,8 mil t

Exportações totais	exportações	importações	saldo (US\$ milhões)
1964	1.429	1.086	343
2002	60.362	47.240	13.121
2008	197.942	173.107	24.836

Exportações de industrializados	1964	2008 (US\$ milhões)
exportação de industrializados	US\$ 205	US\$ 119.756



*Lula e Marcio Pochmann,
presidente o Ipea*

Hora de planejar o futuro

Lula vai ao Ipea e pede engajamento dos técnicos no debate de projetos de longo prazo. O instituto, que ganhou o reforço de novos servidores, vai produzir até 2010 um conjunto de estudos para subsidiar o debate sobre o planejamento do país

Por Gilson Luiz Euzébio e Mário Vinicius Costa

No dia 16 de setembro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deslocou-se de seu gabinete para um compromisso no Setor Bancário Sul, em Brasília: a comemoração dos 45 anos de fundação do **Ipea**. Foi a primeira vez que um presidente da República visitou a sede do instituto. Descontraído, Lula falou por quase uma hora aos convidados, técnicos, servidores e ex-presidentes do instituto. E lançou um desafio à sociedade, o de pensar estrategicamente o futuro do país, questão que vai ganhar cada vez mais relevância e deve, inclusive, centralizar as discussões da campanha eleitoral do próximo ano, segundo o presidente. Proposição que vem ao encontro do objetivo central das comemorações do Instituto, a série de eventos que percorrerá o país debatendo, por área temática, o que será do Brasil nos próximos anos, “Brasil **Ipea** 45 anos: um novo ciclo do pensamento nacional”.

“A passagem para a nova sociedade do conhecimento se tornou adequada somente mais recentemente, quando a coordenação das políticas públicas abandonou a lógica do curto-prazismo que aprisionava a economia nacional por quase duas décadas”, afirmou o presidente do **Ipea**, Marcio Pochmann. “A base de onde partir para a viagem do futuro já existe, e o **Ipea** e todos os seus servidores estão prontos para colaborar decisivamente, assim como procurou fazer nos últimos 45 anos”. Cabe, portanto, ao **Ipea** promover esse debate.

Ao lado do ministro interino Daniel Vargas, da Secretaria de Assuntos Estratégicos à qual o **Ipea** é vinculado, e de Marcio Pochmann, Lula defendeu mais investimentos em educação, ciência e tecnologia – essenciais ao desenvolvimento econômico e social brasileiro nos próximos anos.

“Estamos vivendo quase que um momento mágico na história deste país. Há uma

confluência de fatores, de coisas boas que estão acontecendo. O desafio, para todos nós, é não jogar fora este momento, como fizemos no século 20”, afirmou Lula. No século passado, lembrou o presidente, o Brasil perdeu a oportunidade de fazer a reforma agrária e de adotar uma política educacional de massa como fizeram outros países. Com isso, foram se acumulando problemas sociais. “Ou nós investimos na educação, sem utilizar a palavra ‘gasto’ (...), ou a gente vai perder o século 21, formando apenas uma pequena parcela da elite brasileira”, alertou o presidente, que já inaugurou 11 novas universidades no país. Outras três estão em processo de aprovação, sendo duas delas voltadas para atender também estudantes de outros países: a universidade Brasil-África, no município de Redenção, no Ceará, para estudantes dos países africanos de língua portuguesa; e a universidade da América Latina destinadas ao público da região.

Esse “momento mágico” traz muitas novas oportunidades e o país precisa estar preparado para aproveitá-las. E isso depende de planejamento: “Neste próximo período, o **Ipea** vai ter muito mais trabalho (...) a gente vai ter que recuperar urgentemente a capacidade de planejamento deste país”, previu o presidente. Desde 1964, quando foi criado, o **Ipea**, mantém-se “em sintonia com a marcha do desenvolvimento brasileiro”, trabalhando pelo aperfeiçoamento das políticas públicas e contribuindo planejamento e desenvolvimento do país, informou Pochmann.

“Neste momento histórico, em que o Brasil trocou pobreza por inclusão”, destaca-se a importância do resgate de uma cultura de planejamento de longo prazo, comentou o ministro interino da SAE, Daniel Vargas. Para o ministro, “a SAE e o **Ipea** possuem um casamento indissolúvel na realização dessa tarefa. Ao **Ipea** cabe fornecer o suporte técnico e institucional para formulação de alternativas para o desenvolvimento de longo prazo. À SAE cabe construir, sob a orientação do presidente, um plano de longo prazo para o país”.

Já estava no plano de ação do instituto iniciativas no sentido sugerido por Lula. “O **Ipea** programou-se para realizar até 2010 grandes estudos sobre perspectivas do desenvolvimento brasileiro”, informou Marcio Pochmann. O discurso de Lula no evento - que contou com a presença da filha do ex-ministro do Planejamento, Roberto Campos, Sandra Campos - e de autoridades ministeriais e ampla cobertura da imprensa, confirma que a instituição tomou o rumo certo, ao dar prioridade a estudos sobre desenvolvimento. As pesquisas vão contribuir para “ampliar o debate sobre definição da agenda do Brasil para as próximas décadas”, explicou Pochmann. Na opinião do primeiro presidente do instituto, João Paulo dos Reis Velloso, que ocupou o cargo no período de setembro de 1967 a 1969, o **Ipea** tem no momento atual uma grande contribuição a dar ao país: “O **Ipea**

pode auxiliar o país na saída da crise global e no desenvolvimento de oportunidades que levem o Brasil a realizar o seu potencial econômico e social dentro de uma economia transformada e com um novo modelo de desenvolvimento, com inclusão”, afirmou ele em mensagem encaminhada ao presidente Marcio Pochmann. “O **Ipea** é, hoje, tão ou mais importante para o Brasil quanto nos seus primeiros anos”, afirmou Reis Velloso, que preside hoje o Fórum Nacional.

A retomada do planejamento levou o **Ipea** a um recomeço, avaliam ex-presidentes da instituição. “É uma oportunidade muito grande que o instituto tem depois de 45 anos (...) Ao invés de ter envelhecido, tem uma oportunidade de recomeço”, disse, Nilson Holanda, que presidiu o **Ipea** em 1993. Ricardo Santiago, que foi presidente entre 1988 e 1990, destacou que, superados os grandes problemas de inflação e dívida externa, surge a oportunidade “para se pensar os grandes temas do Brasil”. Roberto Macedo, presidente entre 1991 e 1992, acredita na contribuição do instituto para o planejamento e elaboração de políticas públicas no país como “um processo” que “vai seguir para o futuro”. Também estiveram presentes os ex-presidentes Lísicio Camargo (1992-1993) e Glauco Arbix (2003-2006). Aspásia Camargo, que ocupou a presidência do **Ipea** entre 1993 e 1995, encaminhou mensagem ao instituto. “Lembro-me, com sentimento de dever cumprido, da grande frente de resistência que montamos de maneira a resgatar a estrutura

regimental desse tão importante órgão, que tantos serviços inestimáveis tem prestado ao Brasil”, afirmou. Roberto Cavalcanti de Albuquerque, do Conselho de Orientação do **Ipea**, ressaltou que o instituto é respeitado no Brasil e no exterior. “Tenho um grande apreço pelo **Ipea** e fico muito feliz ao ver que ele se consolida a cada dia como a referência maior do planejamento do desenvolvimento brasileiro - desenvolvimen- to como pro-

“O Ipea programou-se para realizar até 2010 grandes estudos sobre perspectivas do desenvolvimento brasileiro”
Marcio Pochmann,
Presidente do **Ipea**



Presidente Lula conversando com ex-dirigentes do Ipea

cesso global, econômico-social, político-institucional, concepção que compartilhamos”, escreveu ele.

Pensar global – Em seu discurso, o presidente Lula deu alguns exemplos da importância de pensar de forma global. As ações adotadas pelo governo foram fundamentais para manter o consumo e retomar o crescimento econômico no segundo trimestre deste ano, numa saída rápida da recessão. Além do aumento de 1,9% do Produto Interno Bruto (PIB), Lula comemorou a criação de 242 mil novos empregos em agosto. Para chegar a esses resultados, o governo optou por arrecadar menos e aumentar os investimentos públicos em obras de infraestrutura e em programas sociais, mesmo

sob a oposição de correntes que pregavam mais austeridade fiscal. “Em vez de nós recuarmos como determinados setores da indústria privada recuaram, nós anunciamos mais R\$ 100 bilhões para o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento)”, afirmou. Se fizesse o contrário, “a crise iria se aprofundar muito mais.”

Outro exemplo citado foi o da compra de plataformas pela Petrobras. Lula lembrou que, na época, a estatal queria importar de Cingapura, porque era mais barato: “E quantos milhões a gente vai ganhar se a gente gerar emprego aqui, se a gente pagar salário aqui, se a gente arrecadar mais imposto aqui e se a gente adquirir tecnologia?

Quanto é que nós vamos ganhar? Isso não pode ser contado?”. A decisão de

comprar da indústria nacional – em setembro, a Petrobras anunciou a encomenda à indústria nacional de 28 sondas de prospecção para o pré-sal – reativou o setor

naval, que, na década de 1970, era o segundo maior do mundo. Só ficava atrás do Japão. Nas décadas seguintes, o setor fechou 47 mil postos de trabalho, e chegou a ter menos de mil empregados. “Hoje, graças a Deus, já estamos próximos dos 50 mil trabalhadores na indústria naval”, comentou o presidente, lembrando a responsabilidade de todos, inclusive do setor privado, de pensar no país.

Há também uma discussão com a Vale para que a empresa agregue mais valor aos seus produtos e use fornecedores nacionais. São decisões que colocam em expansão a indústria naval, que vai demandar mais ao setor de siderurgia. “Quanto de aço nós vamos ter que produzir para construir os navios que nós precisamos construir? Só para a Petrobras são 200 navios, entre grandes e barcos de apoio”. Para o presidente Lula, o setor siderúrgico brasileiro “ainda está acanhado”. Produz 35 milhões de toneladas, enquanto a China produz 545 milhões, parte desta produção com minério brasileiro.

“Nós estamos cansados de ver pessoas formadas em engenharia virando analista de banco, analista de mercado(...) Houve uma transferência de uma profissão que é símbolo do desenvolvimento e de crescimento do país para uma função de mera especulação financeira ou da venda de ilusões”

Luiz Inácio Lula da Silva

Pré-sal – Investimentos de US\$ 950 milhões por ano em pesquisa. Esse foi, segundo o presidente, o segredo da Petrobras para encontrar o pré-sal. Antes, o volume de investimento da estatal em pesquisa estava em torno de US\$ 167 milhões. As reservas do pré-sal, que podem transformar o Brasil num grande produtor de petróleo, exigem planejamento do uso dos recursos naturais e da riqueza.

“Precisamos colocar a inteligência brasileira para pensar o que queremos nos próximos 10, 15 ou 20 anos. Pensar o que vamos construir neste país, porque o grosso do petróleo será explorado lá para 2016, 2017. Precisamos trabalhar agora para poder colher”, afirmou Lula, repetindo o que dissera antes aos integrantes do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). “Este país tem a chance de deixar de ser apenas uma promessa de futuro. (...) Tem a chance de ser o próprio futuro”, previu.

Para o governo, parte dos recursos do pré-sal deve ser investido prioritariamente em educação, ciência e tecnologia e na so-

lução dos problemas sociais. A proposta do governo prevê a exploração em forma de partilha e não de concessão. Nesta última forma, o vencedor da licitação pagaria pela compra de blocos e ficaria dono do petróleo. “Nós resolvemos assumir o desafio de dizer ao povo brasileiro que, mais do que em 53 ou 54, agora o petróleo é nosso”, afirmou.

A exploração do pré-sal deve repercutir também no mercado de trabalho, com valorização de profissões técnicas. Os cursos de engenharia, por exemplo, perderam espaço nas últimas décadas. E os engenheiros desviaram-se de sua função: “Nós estamos cansados de ver pessoas formadas em engenharia virando analista de banco, analista de mercado(...) Houve uma transferência de uma profissão que é símbolo do desenvolvimento e de crescimento do país para uma função de mera especulação financeira ou da venda de ilusões”. Para Lula, tem alguma coisa errada: “Um país onde o curso de engenharia não é mais prioritário nas universidades tem algum problema”.

Novo PAC – O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu ao **Ipea** para participar da elaboração de um novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). “Outra coisa que devemos lançar, e mais uma vez o **Ipea** precisa participar, é a questão de um novo PAC. Nós pretendemos apresentar um novo PAC, porque nós temos que colocar dinheiro no orçamento de 2011 (primeiro ano do próximo governo), e nós precisamos definir quais as coisas prioritárias que o Brasil precisa”, explicou.

O presidente informou que vai fazer também uma espécie de consolidação das políticas públicas para transformá-las em políticas de estado, e não de um determinado governo. E prometeu anunciar neste ano um grande programa de inclusão digital, que vai levar conexão à internet em banda larga a “todos os rincões” do país. “Espero que o **Ipea** participe e contribua de forma extraordinária com isso”, afirmou.

São algumas das ações que precisam de

continuidade e deveriam integrar o planejamento de longo prazo, a ser feito com base no conhecimento da realidade das diferentes regiões e estados. “Tentar pensar o Brasil aqui de Brasília é impossível. Tentar pensar o Brasil sem imaginar as diferenças culturais que existem de estado para estado é impossível (...). O **Ipea** precisa fincar um pouco o pé neste país (...), afirmou Lula. “Acho que era preciso espraizar um pouco o **Ipea** para outras regiões do país, afirmou Lula, para “retratar em seus estudos a cara deste país”.

Segundo o presidente, “não há como conhecer um país continental como o nosso sem conhecer várias localidades. Ninguém conhece o país somente lendo livros e até mesmo as pesquisas de instituições como o **Ipea**”, acrescentando que o Brasil “não é a cara” de São Paulo, Rio ou Brasília. “As regiões Norte e Nordeste, praticamente não faziam parte do mapa do Brasil, do ponto de vista da iniciativa governamental”. Segundo Pochmann, (...) o instituto vem trabalhando para aumentar sua presença em outras regiões e tem feito parcerias com instituições nacionais e internacionais. “Essa ênfase na reorientação da forma do **Ipea** se complementa com o reforço da função em novas bases. Atualmente, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada prepara-se para a sua descentralização em âmbito regional e presença in loco internacionalmente. Dessa forma, sua expertise passa a estar a serviço público em todas as distintas e grandes regiões geográficas brasileiras, em cooperação técnica em diferentes países da América Latina, bem como na África, especialmente aquela composta por países de língua portuguesa”, disse Pochmann em sua fala e concluiu: “Quanto mais pudermos tomar

decisões sensatas e humanas, embasadas em estudos técnicos amplos e profundos que permitam compreender como o Brasil e o mundo estão mudando, como os produzidos pelo **Ipea**, maior a chance de garantia de que o futuro do bem-estar do povo seja bem superior ao atual”.

A história

Há 45 anos nascia o órgão que pensa o Brasil

Maurício Cardoso

O poder de desenvolvimento de um país está diretamente ligado à sua capacidade de planejar, organizar e executar ações de médio e longo prazo. O desempenho econômico acima da média internacional registrado por países como a China e a Índia, por exemplo, só é possível graças a um eficiente trabalho de planejamento de políticas públicas e na agilidade de diagnosticar e superar pontos de estrangulamento na economia. No Brasil, essa tarefa vem sendo executada há 45 anos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (**Ipea**).

O **Ipea** foi criado em 10 de setembro de 1964, como Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (Epea). Em 1967 foi transformado em Fundação Instituto de Pesquisa Econômico-Social Aplicada. E finalmente, a partir de 17 de maio de 1990, por meio do Decreto 99.260, a instituição passou a denominar-se Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Depois de anos subordinado ao Ministério do Planejamento, atualmente o **Ipea** está vinculado à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

O instituto já nasceu com objetivos claros e bem definidos: pensar o Brasil e ajudar o país a trilhar caminhos mediante a elaboração, formulação e aprimoramento das políticas públicas por meio de estudos, pesquisas, indicadores e processos de avaliação da atuação governamental.

Primeiro a assumir a presidência do instituto, em 1967, a con-

Nesses 45 anos de atividade, o Ipea vem participando ativamente da elaboração de planos para o país. O primeiro foi o Programa de Ação Econômica do Governo, em 1964. Depois vieram os planos nacionais de desenvolvimento



vite de Roberto Campos (na época ministro do Planejamento), o economista João Paulo dos Reis Velloso lembra que o novo órgão foi idealizado para pensar o Brasil no médio e longo prazo, sem preocupações com o dia a dia. “O **Ipea** foi criado para fazer pesquisas e propostas relativas ao desenvolvimento brasileiro no médio e longo prazo, com visão estratégica, independência de pensamento, de opinião e de criação”. E tem sido, desde a sua criação em 1964, um importante centro de estudos e reflexão sobre os problemas brasileiros.

Nesses 45 anos de atividade, o instituto vem participando ativamente da elaboração de diversos planos e projetos governamentais. O primeiro plano estratégico elaborado pelo **Ipea** foi o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), criado em 1964 para combater a estagnação econômica e a aceleração inflacionária. Voltado para as correções da política econômica, o PAEG reduziu a inflação de 91,8% ao ano, em 1964, para 22%, em 1968, e implementou um amplo programa de reformas institucionais nos planos fiscal, monetário, financeiro, trabalhista, habitacional e de comércio exterior.

No final de 1966, o **Ipea** elaborou o Plano Decenal de Desenvolvimento Eco-

nômico e Social, que traçava um roteiro de desempenho econômico e social para o período de 1967 a 1976. O plano nem chegou a ser executado, mas consolidou a importância do planejamento de médio e longo prazo no país, como o Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970), Metas e Bases para a Ação de Governo (1970) e os Planos Nacionais de Desenvolvimento (1972-1985).

Em 1973, o **Ipea** coordenou os estudos que resultaram na descoberta dos cerrados como nova fronteira agrícola brasileira. Naquela época acreditava-se que o cerrado não tinha potencial agrícola. O minucioso estudo elaborado pelo **Ipea** constatou o imenso potencial da região e deu origem ao programa de aproveitamento dos cerrados, que foi executado no governo Geisel.

Em seguida vieram o I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (1986-1989), o Plano de Metas (1986-1989), o Programa de Ação Governamental (1987-1991), a preparação das Diretrizes de Ação Governamental (1993), participação na elaboração dos Planos Plurianuais (1995-2003), elaboração do Estudo sobre Matriz Energética, coordenação e prepa-

ração dos Estudos sobre Desenvolvimento Urbano, elaboração dos Planos Regionais Brasileiros (Polonordeste, Polocentro e Poloamazônia) e o projeto O Brasil na Virada do Milênio.

Mesmo com tantas iniciativas, o planejamento de médio e longo prazo foi praticamente esquecido durante o período de inflação estratosférica e das crises econômicas que assolaram o país na década de 80 e nos primeiros anos da década de 90. Nesse período, o **Ipea** foi obrigado a focar na crise e centralizar suas prioridades em iniciativas pontuais de curto prazo e de forma bastante limitada. A missão de pensar o futuro do Brasil começou a ser resgatada timidamente a partir de 1995, com a elaboração dos planos plurianuais.

O **Ipea** perdeu seu foco ao se preocupar muito com os problemas conjunturais de curto prazo e abandonar o viés estratégico de pensar o futuro. A nova postura do **Ipea** é destacada pelo pesquisador João Paulo de Almeida Magalhães, do Centro de Estudos para o Desenvolvimento Econômico do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro e Conselho de Orientação do **Ipea**. Para ele, o instituto ingressou definitivamente em uma nova e promissora fase. **U**



O Ipea e seu significado histórico

O Ipea faz quarenta e cinco anos. A melhor forma de examinar seu papel na política brasileira de desenvolvimento é da perspectiva histórica.

Após 1945, a necessidade de programas racionalmente conduzidos para a recuperação dos países afetados pela guerra criou amplo mercado para novo tipo de profissional, o economista. A demanda de economistas no Brasil adquiriu grandes dimensões, que só podia ser atendida por número restrito de profissionais com diplomas de nível superior e que haviam se dedicado ao estudo da literatura sobre problemas econômicos. Nesse grupo, havia figuras que iriam alcançar grande projeção como Eugênio Gudín, Otávio Gouveia de Bulhões, Rômulo de Almeida, Ewaldo Correia Lima, Inácio Rangel e Jesus Soares Pereira.

Para atender à procura desse novo tipo de profissional, a iniciativa mais importante foi a criação da Faculdade de Economia na Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro. A demanda estava, contudo, longe de ser adequadamente atendida.

A necessidade de uma visão abrangente se refletia em alguns debates ocorridos à época. Entre eles o que colocou em pólos opostos Eugênio Gudín e Roberto Simonsen. Simonsen advogava o planejamento econômico como forma de obter o crescimento acelerado da economia brasileira e Gudín afirmava ser o planejamento aceitável somente em economias fascistas ou comunistas.

Outro debate em torno do planejamento ocorreu por ocasião do lançamento do Programa de Metas do Governo Kubitschek. Para Gudín, baseado em Keynes, a situação inflacionária do país denunciava situação de pleno emprego. E nesta, o recomendável era a re-


dução, e não o aumento, de investimentos. Os economistas da CNI alegaram que o enfoque de Keynes era de curto prazo, e em políticas de desenvolvimento o único enfoque a ser considerado é o de longo prazo. A inflação brasileira resultava não do pleno emprego mas da plena capacidade, ou seja, da total utilização do estoque de capital. Estoque esse que devia ser aumentado através de mais investimentos, tal como propunha o Programa de Metas.

Discussões desse tipo indicavam a necessidade da criação de instituição de estudos e pesquisa que proporcionasse visão global da economia brasileira e definisse as políticas econômicas consequentes. Essa necessidade vai ser atendida pelo Ipea que, recrutando economistas do melhor nível disponível no país, não só se tornou órgão de assessoramento do governo, como passou a produzir importantes estudos de caráter geral e setorial. Estes, ao permitir visão correta dos problemas do país, iriam introduzir a racionalidade econômica em decisões de fundamental importância para o desenvolvimento econômico.

O Ipea esteve à frente de (ou deu contribuição importante para) todos os planos que a partir de sua criação marcaram o período de maior sucesso da economia brasileira. A partir de 1980, com predomínio do neoliberalismo, que culminou em 1990 com o Consenso de Washington, o Ipea teve seu papel reduzido. Continuou, sem dúvida, a realizar e a publicar importantes estudos sobre a economia brasileira. Diante, contudo, do domínio da visão neoliberal que propugnava o estado mínimo, deixou de exercer o papel de formulador de políticas econômicas, para o qual fora criado.

No momento presente, ele ingressa

em nova e promissora fase. A aprovação e implementação do PAC pelo atual governo mostra que, pela primeira vez em quase trinta anos (e contrariamente ao receituário neoliberal) se reconhece ser indispensável a ação do Estado nas políticas de desenvolvimento. A criação do Conselho de Orientação do Ipea, reunindo os principais economistas do Brasil com visão desenvolvimentista, constitui uma das marcas dessa nova fase. A publicação, em 2009, do livro *Desafios ao Desenvolvimento Brasileiro*, com artigos de membros desse Conselho, mostra que se esperam dele contribuições efetivas para a montagem de nova estratégia econômica para o Brasil. A publicação, também em 2009, do trabalho *Estratégias de Crescimento e Desenvolvimento*, reunindo contribuições de economistas das diversas correntes do pensamento econômico brasileiro, aponta igualmente para o início de uma nova fase na instituição.

Uma observação final se faz necessária. Para enfrentar o difícil desafio que tem diante de si, o Ipea reforçou sua equipe permanente de economistas. A meu ver, um novo passo se faz necessário, a saber, definir meios e modos de mobilizar especialistas das universidades e centro de estudos de todo o país, para o trabalho comum de definir novos rumos para a economia brasileira. Somente o Ipea tem condições de comandar a implantação desse tipo de programa. E, ao fazê-lo estará dando mais uma importante contribuição no sentido de corrigir os graves erros a que fomos induzidos pela receita neoliberal. 

João Paulo de Almeida Magalhães é pesquisador do Centro de Estudos para o Desenvolvimento Econômico do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro (Corecon-RJ) e membro do Conselho de Orientação do Ipea.

Com esse Estado e esse modelo não dá

A produção de commodities agrícolas é a principal indutora do desmatamento e das queimadas na região Amazônica e estas respondem por mais de 70% das emissões de gases do efeito estufa (GEE). Os maiores frigoríficos instalados na região recebem generosos financiamentos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e, apesar terem em seu controle acionário a presença do Estado que deveria regular e fiscalizar suas atividades, compram em larga escala gado criado em áreas oriundas de desmatamento. É assim que se transformaram em um dos mais importantes vetores de degradação da floresta.

Essa articulação de interesses entre determinados agentes econômicos e o Estado, que foi estruturado para transferir a eles volumes maciços de recursos, é tão grande, que antes de definir estratégias para enfrentar o desmatamento e a emissão de gases é necessário responder a questões cruciais.

Como derrubar a zero o desmatamento e retirar o Brasil do incômodo posto de quinto maior emissor mundial de GEE se o próprio Estado apóia, financia e viabiliza a queima da floresta? É possível imaginar essa redução sem alterar a nossa inserção na economia-mundo, que vê a Amazônia apenas como uma enorme plataforma de exportação de commodities? Como superar as poderosas relações de poder que emergem de territórios reconfigurados por projetos econômicos de extração massiva de recursos naturais e vinculados quase que exclusivamente às flutuações dos mercados internacionais?

Vetores da destruição - O acompanhamento da destruição ambiental na Amazônia ao permite identificar algumas importantes fontes do desmatamento e de emissões de GEE. Em seu con-

junto, essas fontes conformam o “modelo” econômico responsável pela degradação. São elas:

1. O Estado brasileiro, que através de várias de suas instâncias integra o sistema de interesses cruzados em que participações em projetos privados se combinam com financiamentos públicos e objetivos políticos de âmbito local, nacional e internacional;

A descoberta de que o BNDES financia e participa do controle dos grandes frigoríficos que induzem ao desmatamento mostra um modus operandi que se repete em outras áreas. Inclui-se aí o desmantelamento da regulação e da fiscalização de grandes projetos de infraestrutura. O caso típico mais recente é a construção das hidrelétricas Jirau e Santo Antônio (no rio Madeira – RO), onde o Estado desconhece o parecer de técnicos do Ibama condenando a obra, mas entidades estatais e paraestatais financiam 70% do projeto e estatais compram antecipadamente a energia a ser gerada;

2. O capital financeiro, que se apropria (de forma legal ou não) de largas porções de territórios, apoiando projetos e participando do controle das empresas que administram de acordo com seus interesses (e não conforme a necessidade da maioria da população) volumes crescentes de recursos naturais;

3. Também os grandes esquemas de legalização de dinheiro buscam na região meios de fazer reservas de valor e de acumular recursos para incrementarem suas posições. Até empresas dos setores financeiro e de telefonia, tradicionalmente alheias à Amazônia, têm adquirido enormes porções de território para criar gado, plantar soja e extrair minérios a serem vendidos ao exterior sem agregação local de valor.

Alternativas - Observando-se o grau de cumplicidade entre o Estado e seus agentes econômicos preferidos, conclui-se que não há no horizonte

qualquer opção política e eleitoral que aponte no sentido de uma reformulação radical no Estado e na aposta em outro modelo econômico que reduza a escala das emissões amazônicas de GEE.

O Ibase vem contribuindo de várias maneiras para o debate qualitativo do desenvolvimento. Uma delas é a Plataforma BNDES, que se constitui de um conjunto de organizações sindicais, populares e não governamentais. Desde 2004, a Plataforma pressiona pela reorientação do Banco que, devido aos seus crescentes desembolsos e à capacidade de elaboração de propostas estruturantes da economia, transformou-se em um dos principais agentes do modelo econômico movido à emissões crescentes de GEE.

Aliás, são organizações da sociedade as únicas forças políticas capazes de propor novos padrões da economia e de solucionar o grave problema das emissões de GEE que contribuem para as mudanças no clima do planeta. Em verdade, diante do quadro que se apresenta, ou as organizações puxam para si essa responsabilidade ou nada se alterará no médio prazo. **i**



Carlos Tautz

Jornalista e pesquisador do Ibase.
A versão completa deste artigo está <http://www.ibase.br>.

e o desenvolvimento

Estratégia de desenvolvimento e intervenção do Estado

Um dos aspectos mais polêmicos que envolvem o debate no campo do pensamento econômico diz respeito ao papel do Estado no modo de produção capitalista. Quase sempre dominada por posições opostas – de um lado, aqueles que entendem que o ideal é o Estado mínimo e, de outro, aqueles que advogam uma importante e constante intervenção do setor público na economia – a polêmica parece presente sempre que a questão gira em torno de qual a melhor estratégia de desenvolvimento econômico para um país. Com efeito, é possível identificar na história recente períodos de hegemonia de uma e outra forma de interpretar o papel do Estado na Economia.

Em torno desta polêmica, o artigo “Estratégia de Desenvolvimento e Intervenção Fiscal do Estado”, que faz parte do livro “Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento”, assume claramente uma posição. Recuperando a trajetória do capitalismo desde o século XIX, passando pelo XX e adentrando o XXI, os articulistas identificam elementos objetivos na direção de que, uma coerente estratégia de desenvolvimento econômico que compatibilize crescimento econômico sustentável a taxas expressivas com inclusão social, pressupõe uma consistente e persistente atuação do Estado em dois sentidos: um primeiro, o de assegurar as bases macroeconômicas que sirvam de suporte para o crescimento sustentável; de outro, que o setor público garanta através de políticas sociais que o conjunto da população tenha acesso aos direitos sociais básicos, tal como ocorre nas maduras economias desenvolvidas.


Na realidade o artigo em tela entende que a construção e consolidação de um assim chamado Estado de bem-estar é parte estruturante de um projeto de desenvolvimento. Assim, “ao longo do

século XX, marcadamente nas economias desenvolvidas, a estrutura de funcionamento do Estado de bem-estar era parte integrante de um projeto de sociedade. O welfare state foi uma construção da sociedade européia do pós-Segunda Guerra Mundial e correspondeu ao estabelecimento de um pacto social, que implicou na acentuada participação do Estado na promoção de benefícios sociais, de forma a proporcionar padrões de vida mínimos à população.” Ou seja, a construção e consolidação de um regime de acumulação capaz de assegurar a inserção dos cidadãos passaria pela atuação do Estado, nos dois sentidos acima mencionados.

Deste ponto de vista, emerge após a Segunda Guerra Mundial um padrão de acumulação cuja lógica passa exatamente pela articulação entre esferas da economia, onde o processo decisório é monitorado pelos elementos de intervenção articulados em torno do Estado. O período que vai do imediato pós-guerra até a década de setenta ficou conhecido como “os anos de ouro do capitalismo”, exatamente porque ficou marcado por taxas de crescimento econômico expressivas e a consolidação de um estado do bem-estar que garantiu acesso aos benefícios sociais aos cidadãos. No campo do pensamento econômico este é um período de hegemonia das teses keynesianas, e da defesa intransigente do papel do Estado.

A década de oitenta do século passado marcou um momento em que as políticas de bem-estar social de caráter keynesiano passaram a conviver com fortes críticas. Foi uma fase de inflação, queda na taxa de lucro e estagnação econômica. Criara-se um terreno fértil para a retomada de um discurso liberal, onde o papel do Estado perde relevância. Na América Latina e, particularmente no Brasil, este discurso assumiu ares de hegemonia durante

os anos 1990. A tese de um Estado mínimo vinha a reboque da defesa de uma série de reformas liberalizantes que implicavam em ampla privatização, abertura comercial e liberalização da conta de capitais do balanço de pagamentos.

Contudo, o fracasso da experiência liberal na América Latina, marcadamente no que diz respeito a garantir uma trajetória de crescimento econômico sustentável e melhoria dos indicadores sociais para a maioria dos cidadãos, está permitindo uma nova rodada de discussão sobre o tema, e também uma ampla transformação na forma de atuar do setor público. Ao elaborar as bases de um novo projeto de desenvolvimento econômico, vários países da América Latina estão incorporando a tese de um Estado ativo e responsável, capaz de planejar e de ser o executor de políticas públicas que gerem aquilo que o modelo liberal não conseguiu: crescimento econômico sustentável a taxas expressivas e inclusão social dos menos favorecidos. Mãos à obra, portanto. 



Renaut Michel
é economista e Assessor da Diretoria de Estudos Macroeconômicos.

Em marcha lenta

Exigências ambientais, problemas com licitações, paralisações pelos órgãos de controle e Justiça emperram obras do PAC no setor portuário brasileiro. Dos 41 projetos, apenas dois foram concluídos e quatro estão em andamento. O restante está parado, não por falta de dinheiro. O próximo ano tem mais um complicador, a legislação eleitoral

Mário Vinícius Costa



A precária situação dos portos brasileiros exige investimentos urgentes. O dinheiro está assegurado no orçamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que dispõe de R\$ 646,4 bilhões para investir em infraestrutura no país até 2010, aproximadamente R\$ 3,1 bilhões para o sistema portuário. Mas desde que o programa foi criado, em 2007, apenas 2,5% do orçamento para portos foi executado. Isso porque há uma série de exigências que tornam o investimento demorado. Segundo a Secretaria Especial de Portos da Presidência da República, os problemas começam na divulgação do edital de licitação das obras. O porto tem que ter, previamente, o projeto e as licenças ambientais e de instalação para começar a obra.

O recente estudo Gargalos e Demandas de Infraestrutura Portuária e os Investimentos do PAC: Mapeamento **Ipea** de Obras Portuárias acrescenta outros motivos para o ritmo lento das obras do PAC/Portos: “projetos executivos mal elaborados, falta de mão-de-obra para a condução desses projetos e paralisações no Tribunal de Contas da União (TCU) por irregularidades”. Mas a situação do cronograma pode se agravar ainda mais em 2010: a legislação impõe certas restrições aos gastos dos governos em

ano de eleição. A situação atual demonstra claramente a dificuldade que o governo tem para fazer investimentos. Um exemplo é o caso de Itajaí, onde as obras de dragagem estão paradas porque, depois das enchentes que atingiram Santa Catarina em novembro de 2008, o porto resolveu aumentar a profundidade do canal de acesso de 12 para 14 metros. E ainda não apresentou novos projetos e licenças ambientais.

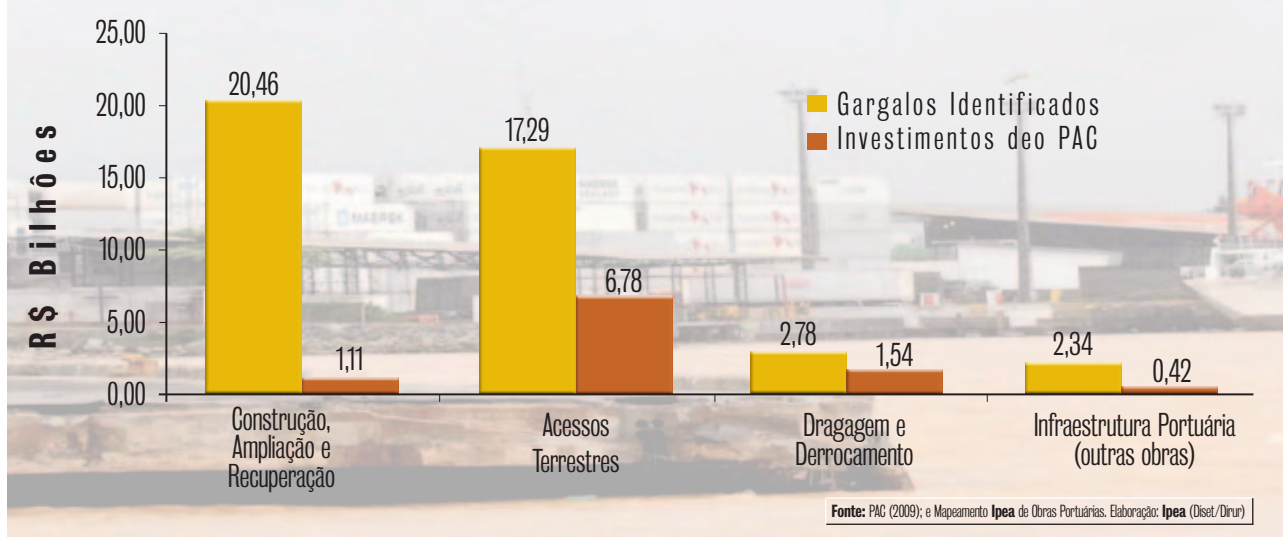
As duas obras concluídas no setor portuário são o terminal salineiro de Areia Branca (RN), conhecido por Porto-Ilha (investimento de R\$ 27 milhões), e a rampa rodofluvial do Porto de Vila do Conde, no Pará (investimento de R\$ 7 milhões). Trata-se de um sistema de integração com o transporte fluvial já utilizado há anos no transporte de cargas na Amazônia. É o primeiro deste tipo em um porto público do país.

Em andamento estão as dragagens no Porto de Recife, no valor de R\$ 25,1 milhões, que deve ser concluída neste mês, e a do Porto de Rio Grande (RS), no valor de R\$ 160 milhões. E também as obras de acessos terrestres na Avenida Perimetral de Santos, no valor de R\$ 107 milhões, e a ampliação dos molhes de Rio Grande (RS), no valor de R\$ 445,4 milhões. Somadas, essas obras em andamento chegam a R\$ 771,5

milhões. O investimento de R\$ 3,1 bilhões é pouco em relação à necessidade. Segundo o **Ipea**, a modernização do sistema portuário brasileiro precisa de R\$ 42,8 bilhões. Essa modernização é fundamental para o comércio exterior brasileiro e para impulsionar a economia interna. Em 2008, 82% das exportações brasileiras passaram pelos portos. No ano passado, o Brasil comemorou 200 anos de abertura dos portos por D. João VI com alguns recordes históricos: US\$ 197,9 bilhões nas exportações, US\$ 371 bilhões de corrente de comércio (exportações mais importações), crescimento econômico de 5,1%. Além disso, de 2003 a 2008, as exportações deram um grande salto de quase 170%, de R\$ 48 bilhões para o novo recorde. Atualmente, o país ocupa o 21º lugar do comércio mundial – com participação de 1,24% –, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Após analisar todos os aspectos do setor portuário, inclusive o marco regulatório, o **Ipea** considerou a deficiência em infraestrutura como um dos principais problemas. O estudo do **Ipea** traz um levantamento de 265 obras de infraestrutura portuária, de acesso ou de apoio, necessárias à melhoria operacional e à competitividade dos portos brasileiros. E aponta a necessidade de in-

Gargalos e demandas identificados (2008) versus investimentos do PAC (2007-2011)





vestimento de R\$ 42,8 bilhões para reduzir as dificuldades do setor. São 133 obras de construção, ampliação e recuperação de áreas portuárias no valor de R\$ 20,46 bilhões, maior demanda. Entre os principais portos com a necessidade de melhoria estão Santos (SP), Vitória (ES), Itaqui (MA), Pécem (CE) e Rio Grande (RS), que juntos representam quase 40% desse tipo de obra. Há 10 obras, no valor de R\$ 4,18 bilhões, para a construção de novos portos ou terminais portuários.

Os acessos terrestres são a segunda maior demanda, no valor de R\$ 17,2 bilhões, e uma das mais problemáticas, tanto em relação ao número de obras quanto nos investimentos necessários. São obras que asseguram o acesso de cargas desde a origem até os portos e dos portos para as áreas produtivas ou de consumo. Quando não existem, pre-

judicam a competitividade dos portos por ser um fator de aumento do custo do frete, além de comprometer as cargas perecíveis.

Santos, o maior porto brasileiro, é o que mais sofre com problemas de acessos terrestres. Sua demanda de investimentos está em torno de R\$ 5 bilhões. O **Ipea** mapeou 22 obras no valor de R\$ 10,2 bilhões. O critério de seleção das obras rodoviárias foi estar em raio de até 120 quilômetros a partir dos portos.

Em ferrovias, estão as obras da Transnordestina, nos trechos Salgueiro-Sauípe (564 km) e Salgueiro-Pecém (550 km), no valor de R\$ 2,8 bilhões - que foram incluídas porque são primordiais para o acesso a esses portos -, e a duplicação de 110 km da ferrovia Curitiba-Paranaguá. A falta de uma malha ferroviária é outro fator crítico para o custo do frete.

Um dos problemas mais graves que o setor portuário brasileiro enfrenta é o de dragagem e derrocagem: profundidade de canais de acesso, berços e baías de evolução. Segundo o **Ipea**, as obras de dragagem são fundamentais para tornar o setor portuário brasileiro eficiente, permitindo o acesso e atracação de navios de grande porte, tipo Capesize, que movimentam até 150 toneladas e precisam de portos com calados em uma faixa de 16 a 18 metros de profundidade. São embarcações que permitem a redução do custo do frete a um terço o gasto atual (US\$ 36 por tonelada nos navios que atacam no país).

De acordo com o **Ipea**, 11 dos maiores portos do país precisam de dragagem, entre eles Santos, Vitória, Paranaguá, Rio Grande e Rio de Janeiro, que juntos respondem por um fluxo de comércio exterior de mais US\$

Mapeamento Ipea de Obras Portuárias

Obras		Gargalos e Demandas Identificados		Atuação do PAC		% do valor do PAC sobre os Gargalos
		Nº de Obras	Valor estimado	Nº de Obras	Valor Previsto (R\$ Milhões)	
Dragagem e Derrocamento	De Aprofundamento e Alargamento	36	2.410,43	16	1.358,72	56,4
	com Aterro Hidráulico	2	70,00	1	55,00	78,6
	de Manutenção com\ ou Drenagem	3	22,25	0	0,00	0,0
		5	280,83		2	125,42
	Sub-total	133	20.462,20	10	1.107,20	5,4
Construção, Ampliação e Recuperação	Áreas e Retroáreas Portuárias	35	2.190,04	0	0,00	0,0
	Berços e Pieres	37	3.666,94	7	536,20	14,6
	Terminais e Pátios	27	7.349,23	0	0,00	0,0
	Cais e Molhes	17	1.515,30	3	571,00	37,7
	Outras Obras	7	1.556,73	0	0,00	0,0
	Construção de Novos Portos	10	4.183,96	0	0,00	0,0
	Sub-total	133	20.462,20	10	1.107,20	5,4
Infraestrutura Portuária (Outras Obras)	Equipamento e Instalações de Apoio	17	1.293,23	4	224,70	17,4
	Terminais e Acessos Aquaviários e Intermodais	6	408,10	0	0,00	0,0
	Sistemas de Segurança e Sinalização	5	134,98	0	0,00	0,0
	Sistemas de saneamento e Eletrificação	6	164,57	0	0,00	0,0
	Estudos e Projetos	2	21,00	2	21,00	100,0
	Vias Infra-Portuárias	5	320,70	2	178,70	55,7
	Sub-total	41	2.342,58	8	424,40	18,1
Acessos Terrestres	Rodovias	22	10.263,45	9	6.038,73	58,8
	Rerrovias	19	6.839,79	3	703,79	10,3
	RrodoferroviárioS	4	188,38	2	42,38	22,5
	Sub-total	45	17.291,62	14	6.784,90	39,2
	Total	265	42.879,91	51	9.855,64	23,0

Fonte e elaboração: Ipea (DISEV/DIRUR).

160 bilhões, quase toda a exportação brasileira por via portuária. Em 2007, o governo criou o Programa Nacional de Dragagem e trabalha para estimular o investimento e o desenvolvimento de obras e serviços de engenharia para a dragagem nos portos do país. Coordenado pela Secretaria de Portos, o programa, que integra o PAC, permite, inclusive, a participação de empresas estrangeiras na licitação dos serviços, o pagamento por resultados, além de facultar a inclusão no contrato da obra o serviço de manutenção das dragagens por cinco anos. Mesmo assim, até o momento, só há duas obras de dragagem em andamento de um total de 17. O orçamento é de R\$ 1,4 bilhão. De acordo com o cronograma do Programa Nacional de Dragagem, uma das obras em andamento, a do Porto de Recife, será concluída neste mês. A outra, no Porto de Rio

Grande, ficará pronta em 2010. Há 10 obras em fase de licitação: uma para ser licitada no ano que vem e outras quatro que nem sequer têm previsão.

Infraestrutura – O Ipea indicou a necessidade de R\$ 2,3 bilhões para a realização de 41 obras e serviços de infraestrutura portuária, como instalação de apoio e equipamentos, implantação de sistemas de segurança, sinalização, eletrificação, saneamento e vias internas dos portos – que é o grande problema encontrado no setor. As más condições dessas vias prejudicam a movimentação de mercadorias entre pátios, terminais e ancoradouros, aumentam o tempo de movimentação de cargas e, conseqüentemente, o custo do transporte nos portos.

Comparando o seu levantamento com as obras do PAC/Portos, o Ipea mostra que

os investimentos do programa atendem a apenas 19,2% das 265 obras avaliadas como necessárias para resolver os quatro gargalos e demandas do setor: construção, ampliação e recuperação de portos; acessos terrestres; dragagem e derrocamento; e outras obras de infraestrutura. Desafios que, se não forem enfrentados, podem comprometer a competitividade e o crescimento do comércio exterior e da economia brasileira, e são capazes de provocar “um estrangulamento do setor portuário”. É importante destacar que no modelo de financiamento atual dos portos, governo e iniciativa privada dividem responsabilidades. Os empresários investem em equipamentos, recuperação e manutenção de instalações portuárias nas áreas privatizadas nos portos públicos e o governo investe na construção e manutenção da infraestrutura portuária, dragagem e acessos terrestres.



Na avaliação do técnico em planejamento e pesquisa do Ipea, Bolívar Pêgo, “não se pode tirar o mérito do PAC, mas precisa haver mais recursos, com horizonte de 10 a 15 anos de investimento, com planejamento e volumes compatíveis com o setor e a segurança no investimento”. O técnico deixa claro: “Se os portos estão mal, o Brasil terá uma série de gargalos para se relacionar com o mundo”, ressaltando que “caso a economia cresça a taxas de 4 a 5% ao ano, os problemas devem ocorrer em dois anos”. Eles vão de baixa eficiência ao custo alto do frete, ganhando o carimbo da burocracia excessiva para a movimentação das mercadorias.

O vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria, José de Freitas Mascarenhas, reconhece no PAC “um esforço para minimizar os problemas, mas insuficiente”. Ele defende que “em primeiro lugar, é preciso ter um sistema de planejamento e projetos. Foram escolhidas algumas obras, mas isso corresponde a uma escolha de prioridades para se ter o maior retorno do investimento público”. Mascarenhas não acredita num colapso no sistema portuário, porém prevê “um choque entre a demanda crescente e a capacidade dos portos. O que vai ocorrer é o custo alto, a demora para o navio encostar e, até mesmo, não encostar”.

Para o professor de Logística e Trans-

“O PAC traz boas perspectivas porque tem as obras de derrocagem e dragagem, projetos que vão garantir que diversos portos brasileiros passem a receber navios maiores”

porte da Fundação Dom Cabral, Paulo Resende, “o PAC traz boas perspectivas porque tem as obras de derrocagem e dragagem, projetos que vão garantir que diversos portos brasileiros passem a receber navios maiores”. Mas adverte: “O Brasil está atrasado em eficiência portuária, quando analisamos o nosso país entre os 15 países mais desenvolvidos do mundo, que acompanhamos. O Brasil tem o maior potencial entre eles, mas a falta de investimento tem trazido uma herança ruim”.

O vice-presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, avalia o PAC como “uma esperança, mas que não está se confirmando”. E enfatiza: “Portos para o Brasil não são opção estratégica, é uma questão de sobrevivência”. Segundo ele, um navio pa-

rado no porto custa em torno de US\$ 100 mil por dia. “Não podemos acreditar que é possível dar um jeitinho, o que precisa é substituí-lo (o sistema portuário) por eficiência e competitividade, que são palavras que o mundo globalizado conhece”.

Meton Soares Júnior, vice-presidente da Confederação Nacional do Transporte, defende um transporte integrado. “Não adianta investir dentro do porto se não houver acesso às cidades. As nossas estradas são precárias, as ferrovias não dão vazão. Tem que ter todos os modais de transporte funcionando juntos”. Soares destaca que “a falta de investimentos é de 20 anos, é preciso muito dinheiro, muitos milhões e um trabalho de longo prazo”.

“Alguns portos fundamentais podem ser transformados em “hubports”, como Roterdã, Antuérpia, Hamburgo e, principalmente, Cingapura”, sugere o diretor da CNT, afirmando que “só num desses portos a movimentação de contêineres é maior do que toda a movimentação brasileira”. E resume: “O navio não pode esperar pela carga. A carga é que tem que esperar por ele”.

Os estudos citados na matéria são de autoria de Carlos Alvares da Silva Campos e Bolívar Pêgo Filho, técnicos de planejamento e pesquisa do Ipea, e pelos bolsistas Alfredo Eric Romminger, Iansã Melo Ferreira e Leonardo Fernando Soares Vasconcelos. Os textos podem ser acessados em www.ipea.gov.br

Expansão até 2023

O governo já identificou 44 áreas públicas para o crescimento do setor portuário marítimo até 2023. Esse levantamento, que inclui a expansão e ampliação das instalações portuárias existentes, faz parte do Plano Geral de Outorgas (PGO). O plano foi elaborado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e pela Secretaria Especial de Portos (SEP) da Presidência da República. O sistema portuário precisa expandir para atender a demanda nos próximos anos, diz o ministro, Pedro Brito, da Secretaria de Portos.

Otimizar a estrutura portuária nacional com eficiência de escala, reduzir custos, atender a demanda futura, prestar serviços portuários adequados e integrar os modais de transporte, priorizando o transporte marítimo, são objetivos do plano que será revisto a cada dois anos. Os estados mais beneficiados devem ser Pará, com oito áreas, Bahia, com sete, Rio Grande do Norte, com cinco, e Alagoas e Santa Catarina, com quatro áreas cada. As 16 áreas restantes estão distribuídas pelos estados do Amazonas (3), Ceará (2), Espírito Santo (3), São Paulo (3), Rio de Janeiro (3) e Rio Grande do Sul (2). Das 44 áreas, 29 estão previstas para as regiões Norte e Nordeste, 65% do total, o que pode sinalizar uma direção para o desenvolvimento do setor.

As concessões serão por até 25 anos, prorrogáveis apenas uma vez pelo mes-

mo período, envolvendo a exploração comercial do porto, a realização de obras para garantir o acesso ao porto pela água, com abrigo e profundidade compatíveis ao porte do local; preveem também o aparelhamento dos portos.

Plano de Logística – De acordo com a Antaq, a identificação dessas áreas foi feita a partir do Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT) do Ministério dos Transportes, levando em consideração critérios como o menor impacto ambiental, a profundidade adequada, infraestrutura de acessos terrestres – construção de rodovias e ferrovias –, as demandas e fluxos de cargas, tipo de produtos e investimentos necessários, como projetos de engenharia e de meio ambiente, evitando locais de grande concentração urbana.


O modelo de gestão, operação e investimento no setor portuário brasileiro era de responsabilidade do governo federal até a extinção da Portobrás em 1990. Era um tempo de falta de recursos para investimentos na melhoria de instalações e na oferta de serviços portuários, gerando baixa eficiência. A correção de rumo só aconteceu com um novo marco regulatório: a lei 8.630, de 1993, a Lei dos Portos, regulamentada 15 anos depois pelo decreto 6.620. Surgiam novas regras para a administração e concessão de portos organizados, o arrendamento e a autorização de instalações marítimas, além de políticas para o desenvolvimento e fomento do setor.

Essa legislação estabeleceu uma

nova estrutura administrativa para o setor, com a realização de licitação para a concessão do direito de exploração dos portos à iniciativa privada. Para estimular investimentos, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financia a compra de equipamentos portuários.

De acordo com o Ipea, o total investido nos portos até 2002 estava na média de R\$ 1,4 bilhão por ano. A partir de então, “os investimentos privados passaram a se distanciar dos investimentos do governo, chegando a R\$ 18 bilhões apenas em desembolsos do BNDES, contra R\$ 2,5 bilhões do governo em 2008”.

Os investimentos privados aumentaram a produtividade e a competitividade dos serviços e reduziram custos. Mas o investimento público continua sendo fundamental. “Com o forte crescimento do comércio internacional entre os anos de 2003 e 2008, tornaram-se ainda mais visíveis os gargalos e as demandas presentes no sistema portuário brasileiro”, aponta o Ipea. A situação exige “uma imediata atuação do poder público”.

Para atrair mais investimentos para o setor, o governo criou, em 2004, o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto), destinado à compra e às importações de novos equipamentos portuários até 2010, com a previsão de renúncia fiscal em torno de R\$ 150 milhões por ano. O programa foi prorrogado até 31 de dezembro de 2011. Mesmo com os incentivos e com o “maior ciclo de investimentos no país em 30 anos”, entre 2003 e 2008, “a parcela de recursos para os portos continuou baixa, sem corresponder às necessidades nem ao potencial do setor”. 

Com o forte crescimento do comércio internacional entre os anos de 2003 e 2008, tornaram-se ainda mais visíveis os gargalos e as demandas presentes no sistema portuário brasileiro, aponta o Ipea. A situação exige uma imediata atuação do poder público



A copa de 2014 e o desafio aeroportuário

Dentre os vários desafios que o Brasil deverá enfrentar para mostrar ao mundo organização e capacidade de realização durante a Copa do Mundo de Futebol de 2014, está a questão dos aeroportos. É complicado eleger um tema como prioritário diante de tantas demandas na área de infraestrutura no país. Há muito a fazer, não só para cumprir o caderno de encargos da Fifa, mas também para entregar à sociedade um legado útil e duradouro de equipamentos públicos.

No entanto, saltam aos olhos, já nos dias de hoje, as grandes deficiências do sistema aeroportuário do país. Nos grandes terminais como Galeão, Guarulhos ou Brasília, e naqueles mais modestos, como os de Belém ou Goiânia, os problemas se multiplicam com o tempo e o crescimento da demanda. São salas de embarque que não comportam os passageiros de muitos voos simultâneos, pátios de aeronaves acanhados e até ampliações que jamais terminam.

Esse estrangulamento do sistema não é fenômeno recente; coincidiu com o crescimento do tráfego aéreo, na medida em que a Infraero, maior administradora de aeroportos do país, não conseguiu lidar com o aumento da demanda pelos seus serviços.

Tanto o surgimento de novas e eficientes companhias aéreas desde o princípio da década como o crescimento da economia brasileira no mesmo período, colocaram a resistência da infraestrutura pré-existente à prova, sem encontrar uma resposta convincente aos desafios lançados.

É provável que a crise financeira internacional escamoteie parte dessas deficiências ao provocar a redução do tráfego aéreo doméstico e internacional ainda neste ano de 2009. Porém, essa pode ser uma perigosa armadilha, que ao gerar aparente conforto, na verdade estará roubando um tempo precioso para que se tomem as providências necessárias. Com o deslocamento das seleções durante o evento em um país onde as cidades-sede da Copa podem estar separadas por grandes distâncias, é de se esperar que seus seguidores façam o mesmo, em tempo hábil para acompanhar os jogos. No Brasil, a única alternativa para essas pessoas é o avião.

Alguns preveem que a atual média mensal de nove milhões de passageiros circulando pela rede Infraero possa dobrar no período do evento. Não soa absurda a previsão, uma vez que a Copa deverá ocorrer durante o período de férias do hemisfério norte, em pleno verão europeu. O próprio incremento natural no movimento desses aeroportos nos próximos cinco anos seria o suficiente para tornar a situação complicada. Com o acréscimo provocado pelo torneio de futebol, o cenário se torna caótico.

A preocupação é ainda maior diante de que se tem observado: autoridades desorientadas tentando encontrar soluções para o “caso Infraero”. Sabe-se que a empresa é mais uma estatal a sofrer ingerências políticas e que, simultaneamente, tem um corpo técnico qualificado. Há em sua estrutura pessoas que dominam com segurança a atividade-fim convivendo

com outras sem o devido conhecimento técnico. Também, como em outros casos, é muito difícil promover uma mudança interna.

E é essa dificuldade que tem motivado propostas que, a pretexto de remediar o paciente, podem envenená-lo. Um exemplo é a concessão individualizada dos aeroportos do Galeão (RJ) e de Viracopos (SP). O governador Sérgio Cabral é ardoroso defensor dessa possibilidade, talvez movido pela exasperação causada ao ver a porta de entrada internacional do Rio de Janeiro distante da qualidade que se espera.

Entretanto, aeroportos como o Galeão ajudam a sustentar a esmagadora maioria dos seus congêneres pelo país, uma vez que dos 67 aeroportos administrados pela Infraero, apenas algo em torno de dez não têm o balanço no vermelho.

Como equacionar o problema? Parece óbvia a opção pela concessão em lotes, como no modelo adotado para a Telebrás em 1998. Porém, não são animadoras, até aqui, as perspectivas de surgirem candidatas à compra de um pacote contendo um aeroporto lucrativo e seis deficitários. Abertura de capital?

Parece a solução mais plausível, ao exigir auditorias, reestruturação e principalmente transparência. Traria também os recursos para as urgentes expansões e reformas nos aeroportos da rede. Depende, contudo, de desgaste e vontade política. Há disposição para isso? **ii**

Leonardo Vasconcelos Bolsista do PNPd/Ipea (Dirur).
Geógrafo e mestre em Transportes.



Logística, transporte e meio ambiente

No Brasil, são recorrentes a ocupação descontrolada do solo e a devastação ambiental devido à implantação de rodovias. Em praticamente todos os processos de favelização, desmatamento, ocupação irregular e predatória do solo, existe a presença indutora de uma estrada, seja ela federal, estadual ou municipal. O país carece de legislação que coíba o papel devastador das rodovias e regule a ocupação e uso do solo nas áreas lindeiras. Inacreditável é a ausência de debate sobre o tema, a inércia do Ministério Público e a falta de visão mais ampla da inserção da logística e do transporte na agenda do desenvolvimento sustentável. Tal inserção passa pelo planejamento de longo prazo, formulação de políticas consistentes e consolidação de projetos sinérgicos para o desenvolvimento sustentável das regiões, principalmente as ligadas à expansão das fronteiras econômicas.

Dada a necessidade de compatibilizar os investimentos em infraestrutura com a promoção do desenvolvimento sustentável, a logística e o transporte devem ser vistos como fatores que propiciam suporte à: 1) sustentabilidade ambiental; 2) reestruturação da matriz energética; 3) competitividade e inserção na globalização; 4) articulação da estrutura produtiva e indução do desenvolvimento tecnológico; 5) geração de oportunidades de emprego; e 6) articulação de novas cadeias produtivas, “clusters” de especializações e integração regional. Custos elevados de operação, carga tributária, incertezas quanto à segurança e dificuldades burocráticas comprometem seriamente o escoamento da produção e a competitividade das nossas exportações.

O desenvolvimento do país enfrentará dificuldades se não forem feitos esforços coordenados para remover gargalos físicos, operacionais, legais


e institucionais que tolhem a movimentação de pessoas e mercadorias. Velhos cacoetes devem ser superados em favor de concepções mais modernas de planejamento e gestão governamental. Não dá para ver os modais de forma estanque e dissociar o transporte das necessidades mais amplas das logísticas. Grave também é persistir nas soluções para o transporte como obras de engenharia, fechadas em si mesmas, sem a visão mais ampla da funcionalidade nas operações e da compatibilidade ambiental.

Por outro lado, é importante levar em conta a tendência mundial de rápidos avanços tecnológicos e de escala em todos os segmentos do transporte. No Brasil, a questão central é a de mudar paradigmas e acompanhar as transformações mundiais. Independente da atual crise financeira mundial – e até em decorrência – configura-se um novo ciclo de desenvolvimento relacionado, simultaneamente, com a ampliação do mercado interno e a inserção mais profunda da agricultura e indústria no mercado internacional. O suporte do transporte e da logística no seu sentido mais amplo estará vinculado essencialmente à competitividade e ao barateamento da produção nacional, tanto internamente quanto nos mercados externos. A crise pode demandar maior seletividade de recursos privados, mais estabilidade do ambiente regulador e mesmo exigir esforços adicionais de investimentos estatais.

Com a crise podem surgir novas oportunidades de parcerias entre interesses públicos e privados para configurar sistemas de transporte voltados para infraestruturas e meios logísticos mais integrados. Com relação à mudança de paradigmas, um aspecto importante é o forte entrelaçamento com a questão ambiental. Dois temas devem ser destacados para uma reflexão mais aprofundada por parte de governos e empresas.

Primeiro, cortar extensas áreas preservadas na Amazônia com rodovias, sem estudos e mecanismos de proteção apropriados é persistir no paradigma predatório. Há espaço para implantar rodovias com sustentabilidade, desde que se tenha tanto legislação para o ordenamento do uso e ocupação do solo quanto ações fiscalizadoras e punitivas no sentido de evitar a devastação.

É alentadora, portanto, a negativa de licença ambiental, por parte do IBAMA, para o asfaltamento de trecho de mais de 400 quilômetros da BR-319, entre Porto Velho e Manaus. O parecer considera o empreendimento “inviável ambientalmente” diante da necessidade de preservação da floresta. E alerta para efeitos negativos da obra, como o avanço do desmatamento, a ocupação irregular e a grilagem de terras públicas, além da possibilidade de invasão e extração de madeira das unidades de conservação próximas.

O segundo tema relevante é o da distorção da matriz energética em função do predomínio do modal rodoviário para cargas e passageiros, tanto interurbano, quanto intraurbano. Neste caso, a mudança de paradigma aponta dois caminhos a médio e longo prazos: a) fortalecimento do papel dos modais não-rodoviários, especialmente em corredores regionalizados (ferrovias, dutos, e navegação); e b) substituição (ou adição) de gás natural e combustíveis oriundos da biomassa (etanol e biodiesel) para movimentação do transporte rodoviário. Poderemos tirar oportunidade da crise e sermos líder em planejar articuladamente transporte e meio ambiente? Isto fará toda a diferença para o Brasil no cenário mundial. 

Josef Barat é Doutor e Livre Docente em Economia, Administração e Legislação Urbanísticas pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Pesquisador Bolsista do Programa Nacional de Pesquisa em Desenvolvimento (PNPD) do Ipea



Venda de ações da Petrobras foi mau negócio

O Brasil está vivendo a sonhada auto-suficiência na produção de petróleo. É uma vitória histórica da sociedade brasileira e da competência da Petrobras. Há trinta anos atrás era considerado pelos técnicos do setor, dadas as condições geológicas do País, muito improvável que o Brasil se tornasse um forte produtor de petróleo. A Petrobras pesquisou, prospectou e descobriu petróleo na bacia sedimentar da costa brasileira. Partiu para desenvolver tecnologia que permitisse extrair petróleo de águas profundas, conquistou lugar de destaque no cenário mundial, detendo tecnologia de ponta. Agora o País enfrenta um novo paradigma resultante das perspectivas alvissareiras oriundas da descoberta da chamada camada pré-sal.

Os reflexos econômicos do crescimento da produção nacional de petróleo são evidentes,destacadamente, quando examinados o seu significado para a balança comercial brasileira. Em 1954, ano em que a Empresa começou a operar, a produção nacional era de apenas 2,663 milhares de barris/dias (b/d). Em 1979, quando da crise internacional do petróleo, a produção era de 165,4 milhares b/d. Em 2008 atingiu a média diária de 1,855 milhão de barris, com produção nacional e 2,400 milhões de b/d incluindo o restante dos países onde opera. Lembremo-nos dos reflexos sobre a economia brasileira dos choques do petróleo de 1973 (saldo da balança comercial de 1974 negativo em 4,690 bilhões de dólares) e 1979 (saldo negativo de US\$ 2,839 bilhões). Desde 2005, a balança comercial da Petrobras de exportação e importação de petróleo e derivados tem sido positiva, devido ao aumento das exportações de alguns derivados e de petróleo pesado. A crise econômica de 2008 e as alterações veri-

ficadas nos preços internacionais do petróleo e no próprio mercado consumidor alteraram o resultado da balança comercial da Empresa, que apresentou um déficit de US\$ 928 milhões (óleos e derivados).

Vivemos, ao longo de toda a década dos 90, sob a égide da ideologia do estado mínimo. Sob esse prisma, as empresas estatais eram vistas como ineficientes (quase que por definição) que, pelos maus resultados operacionais apresentados, recorriam a recursos fiscais, impactando negativamente o déficit público. A privatização das empresas públicas seria a melhor solução: o governo venderia empresas ineficientes, deixaria de ser produtor e com os recursos arrecadados reduziria a dívida pública e investiria em setores cruciais.

Na prática, apesar da concretização do processo de privatização em vários setores da indústria brasileira, esses resultados nunca foram alcançados. Até pelo contrário: a dívida pública explodiu e os investimentos em infraestrutura minguaram.

No ano de 2000, o governo federal tomou a decisão de realizar mais um péssimo negócio: vender parte das suas ações na Petrobras. Assim foi feito, em agosto daquele ano. Vendeu-se 28,48% das ações ordinárias, com arrecadação para o Tesouro Nacional de 7,2 bilhões de reais, em valores correntes e US\$ 3,4 bilhões em valores de 2008. O mercado, muito inteligentemente, jogou para baixo o valor das ações da Petrobras nos dias que antecederam ao leilão. À época, o Boletim de Política Industrial do Ipea (nº 12, dezembro de 2000) divulgou que “a demanda, tanto brasileira quanto externa, foi duas vezes maior que o número de ações ofertadas, o que forçou o BNDES a promover cortes nos pedidos

dos investidores nacionais e estrangeiros. O preço ficou em R\$ 43,07, ou US\$ 24 no exterior, por lote de mil ações. Do total das ações vendidas, 60,3% foi para o mercado externo e 39,7 % para o mercado interno. A valorização das ações negociadas no mercado interno nos primeiros trinta dias chegou à casa dos 50%” (grifo nosso).

Observou-se que, desde então, o lucro líquido da Companhia tem crescido ano a ano, o que significa que a cada período contábil o Tesouro deixa de receber mais e mais dividendos pelo mau negócio realizado à época. O lucro líquido da Companhia passou de R\$ 4,67 bilhões¹, em 2000, para R\$ 33,00 bilhões em 2008, crescimento de 607% em termos reais no período. Com base nos dados dos balanços da Petrobras foi possível quantificar o quanto o governo federal deixou de arrecadar² entre 2000 e 2008, em dividendos distribuídos: foram R\$ 11,8 bilhões em valores de 2008.

Nunca me pareceu que as empresas estatais rentáveis sejam mal administradas, embora passíveis de injunções políticas. Vendê-las, da forma como foram vendidas, é crime de lesa-pátria. A venda de participação acionária da Petrobras foi, com certeza, um mau negócio para a sociedade e para a economia brasileiras. De alguma forma esta venda acionária volta a onerar o Tesouro, na medida em que um dos quatro projetos de lei sobre o marco regulatório para o pré-sal trata da questão da capitalização da Empresa.

Carlos Alvares da Silva Campos Neto é técnico de planejamento e pesquisa do Ipea 

¹ Todos os valores apresentados são constantes, corrigidos pelo IGP-M médio de 2008.

² Em relação aos 28,48% das ações vendidas.

AGRICULTURA



Fome e desperdício de alimentos

O investimento em tecnologia de ponta nas últimas décadas colocou o Brasil entre os países mais competitivos do agronegócio no mercado internacional, mas não foi suficiente para acabar com um problema básico: o desperdício de alimentos ao longo da cadeia produtiva

Débora Carvalho - de Brasília



Com a crise econômica internacional, a estimativa da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) é que, até o final de 2009, a América Latina deve contabilizar 53 milhões de famintos. Ao mesmo tempo, os países da região desperdiçam grandes volumes de alimentos, que seriam suficientes para alimentar toda a população carente. Para a FAO, a redução das perdas é uma solução para o aumento da oferta de comida. As causas primordiais desse prejuízo são maus hábitos de alimentação e o gerenciamento inadequado, desde o plantio até a chegada do produto à mesa do consumidor.

O Brasil está entre os 10 países que mais desperdiçam comida no mundo. Cerca de 35% de toda a produção agrícola vão para o lixo. Isso significa que mais de 10 milhões de toneladas de alimentos poderiam estar na mesa dos 54 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza. Segundo dados do Serviço Social do Comércio (Sesc), R\$ 12 bilhões em alimentos são jogados fora diariamente, uma quantidade suficiente para garantir café da manhã, almoço e jantar para 39 milhões de pessoas.

O descuido percebido no processo produtivo se repete na casa das pessoas. De acordo com o Instituto Akatu, organização não-governamental dedicada a promover o consumo consciente, uma família brasileira desperdiça, em média, 20% dos alimentos que compra no período de uma semana. Em valores, isso representa US\$ 1 bilhão, dinheiro suficiente para alimentar 500 mil famílias. Além das pessoas que poderiam ser alimentadas com o que vai para o lixo, desperdiçar significa prejuízo financeiro. Levantamento da Secretaria de Abastecimento e Agricultura do Estado de São Paulo mostra que todos os alimentos não aproveitados ao longo da cadeia produtiva representam 1,4% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, um rombo de R\$ 17,25 bilhões de reais no faturamento do setor agropecuário.

Em 2005, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) analisou os índices de perdas do plantio à pré-colheita dos principais grãos cultivados no país, entre 1996 e 2002, tais como arroz, feijão, milho, soja e trigo. Essa pesquisa aponta que a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) estimava perdas de grãos em cerca de 10% da produção, o que



correspondia a 9,8 milhões de toneladas, considerando números da safra 2000/2001.

O governo promete para 2010 um novo estudo do panorama do desperdício na lavoura, o que vai ajudar na formulação de alternativas para resolver o problema. “Já havia um contrato com uma universidade federal para começar o estudo no ano passado, mas o projeto foi postergado por problemas contratuais”, explica o superintendente de Armazenagem e Movimentação de Estoques da Conab, Milton Libardoni.

Segundo ele, o governo dispõe de um orçamento de R\$ 500 mil para começar o trabalho e está negociando parcerias com 15 universidades em todo o Brasil para uma pesquisa de perdas, que deve ser iniciada em 2010.

Uma família brasileira desperdiça, em média, 20% dos alimentos que compra no período de uma semana. Em valores, isso representa US\$ 1 bilhão, dinheiro suficiente para alimentar 500 mil famílias



Toneladas de alimentos acabam no lixo diariamente

O Brasil está entre os dez países que mais desperdiçam comida no mundo. Cerca de 35% de toda a produção agrícola vão para o lixo. Isso significa que mais de 10 milhões de toneladas de alimentos poderiam estar na mesa dos 54 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza

rejo. “O problema é que isso é muito caro”, afirma Libardoni. Hoje, é preciso levar a produção do campo para a armazenagem e daí para o processamento.

A falta de qualificação e tecnificação no campo foi uma realidade apontada pela pesquisa do IBGE, que avaliou as perdas agrícolas. Segundo o estudo, o prejuízo começa muito antes da perda física, relacionada ao produto que fica pelo caminho antes da comercialização. No plantio, por exemplo, foi verificado que o uso de sementes de baixa qualidade ou a escolha de variedades não recomendadas para as condições de clima da região e a falta de preparo correto do solo podem representar perdas nas lavouras antes e depois do momento de colher os produtos.

Os pesquisadores apontaram, inclusive, que é na fase de colheita que ocorrem as maiores perdas e os motivos são diversos. Um exemplo é a falta de regulação, operação e manutenção adequadas das colheitadeiras ou equívocos na identificação do grau de maturação do produto. A partir dessa pesquisa, é possível observar que questões colocadas como desafios à mitigação desse desperdício ainda hoje são citadas como entraves a serem resolvidos. “Um problema também seria treinar o pessoal dos armazéns e os operadores de colheitadeiras para reduzir prejuízos”, sugere Libardoni.

As dificuldades se repetem na pós-colheita. Falta infraestrutura na rede de ar-

mazenagem e no transporte da produção brasileira. Nessa fase, os estragos podem ocorrer tanto do ponto de vista físico, como da qualidade do produto. Os pesquisadores do IBGE identificaram que os danos mais expressivos se dão nas commodities, com perdas ao longo do transporte até a chegada aos portos. Segundo o Ministério da Agricultura, em 2008, o Brasil arrecadou US\$ 71,9 bilhões com as exportações de produtos agropecuários.

Para o consultor em Logística e Infraestrutura da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Luiz Antônio Fayet, os debates sobre o desperdício revelam a ponta de um iceberg, formado pelos fatores que minam a competitividade do agronegócio brasileiro. Ele explica que as pessoas se impressionam ao ver os grãos à beira das estradas, caídos dos caminhões, mas isso seria insignificante se comparado às perdas financeiras no carregamento de estoques. “Não existe perda zero, o prejuízo físico tem uma variação de cerca de 5%. Mas o custo e os problemas, gerados pela falta de infraestrutura, acarretam prejuízos muito maiores”, afirma Fayet.

Segundo o IBGE, a estimativa é de que 67% das cargas brasileiras sejam deslocadas pelo modal rodoviário, o menos vantajoso para longas distâncias. Conforme estudo de viabilidade econômica dos transportes de cargas, o modal rodoviário é o mais adequado para as distâncias inferiores a 300 km, enquanto o ferroviário é para distâncias entre 300 km e 500 km; e o fluvial para distâncias acima de 500 km.

Esse entrave se agravou ainda mais com a mudança na geografia de produção que passou das regiões Sul e Sudeste para o Centro-Norte do país. Um exemplo é o valor pago pelo frete em relação ao que o agricultor recebe pelo produto. Segundo Fayet, em 2007, um produtor de soja do município de Sorriso, Mato Grosso, recebia R\$ 23 pela saca e gastava R\$ 12 para levá-la até o porto, onde embarcaria a carga para o mercado internacional. Ou seja, o gasto com o escoamento representava mais de 50% do valor recebido pelo produtor. “Além do grão que é desperdiçado, o Brasil fica impedido de crescer e de se tornar ainda mais competitivo”, comenta.

O superintendente da Conab ressalta a necessidade de conhecer o problema para combatê-lo. “As perdas existem, mas estamos usando índices estrangeiros. E o desperdício maior acontece na hora da colheita. Caminhando na roça, é visível a produção perdida”, comenta.

Uma alternativa apontada pelo superintendente da Conab – muito comum nos países desenvolvidos – é o financiamento de armazéns nas próprias fazendas. Isso reduziria a manipulação do produto, que passaria a ser transportado apenas uma vez para a indústria de beneficiamento ou para o va-

No Paraná, governo, iniciativa privada, universidades e entidades ligadas ao agrobusiness se juntaram para trabalhar contra o desperdício. Há seis anos são organizados concursos regionais e estaduais para premiar os agricultores que apresentam os menores índices de perdas nas lavouras até a colheita. O extensionista do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-PR), Luiz Vicentini, explica que o objetivo é estimular produtores e operadores a realizarem com mais cuidado a tarefa da colheita. A meta é chegar o mais próximo possível dos níveis de perdas aceitáveis para cada região, no caso da soja, em média uma saca por hectare.

A apuração dos resultados é feita por técnicos da Emater e acadêmicos da Universidade Estadual de Maringá, que percorrem as lavouras antes e depois da colheita, contabilizando e medindo o que foi desperdiçado. Na última edição do prêmio, o ganhador perdeu menos de 5 quilos por hectare. “Mais de 30 prêmios, como carros, motocicletas e máquinas agrícolas, são um estímulo para as pessoas cuidarem melhor, ajustarem as máquinas, reduzindo os prejuízos”, diz Vicentini.

Ele explica que a iniciativa começou em 1995, quando os organizadores da Festa da Colheita da Soja – tradicional no estado – perceberam que, além da comemoração, poderiam mobilizar os produtores. “É importante pensar nisso, porque desperdiçar significa o lucro líquido do agricultor que vai embora. E a competição tem promovido uma mudança de cultura também nos mais de 200 colhedores que trabalham nas fazendas”, ressalta o técnico. Ele lembra ainda que o concurso paranaense é um exemplo que já atraiu técnicos de outros estados produtores, principalmente do Centro-Oeste, para conhecer e levar a ideia a outros lugares.

Mas o caminho do desperdício não se limita ao percurso da colheita até o transporte. Quando se fala em frutas e hortaliças, produtos mais perecíveis, as perdas são ainda maiores e ultrapassam os limites do campo, chegando ao varejo e às cozinhas brasileiras. Um estudo da FAO, de 2004, revela que o Brasil está entre os 10 países que mais jogam comida no lixo, com perda média de 35% da produção agrícola. A Embrapa Agroindústria de Alimentos realizou

uma pesquisa focada nesse tipo de produtos e mostrou que o brasileiro joga fora mais alimentos do que, efetivamente, leva à mesa. Nas 10 principais capitais do país, o consumo anual de vegetais é de 35 quilos por habitante. No entanto, o desperdício chega a 37 quilos por habitante/ano.

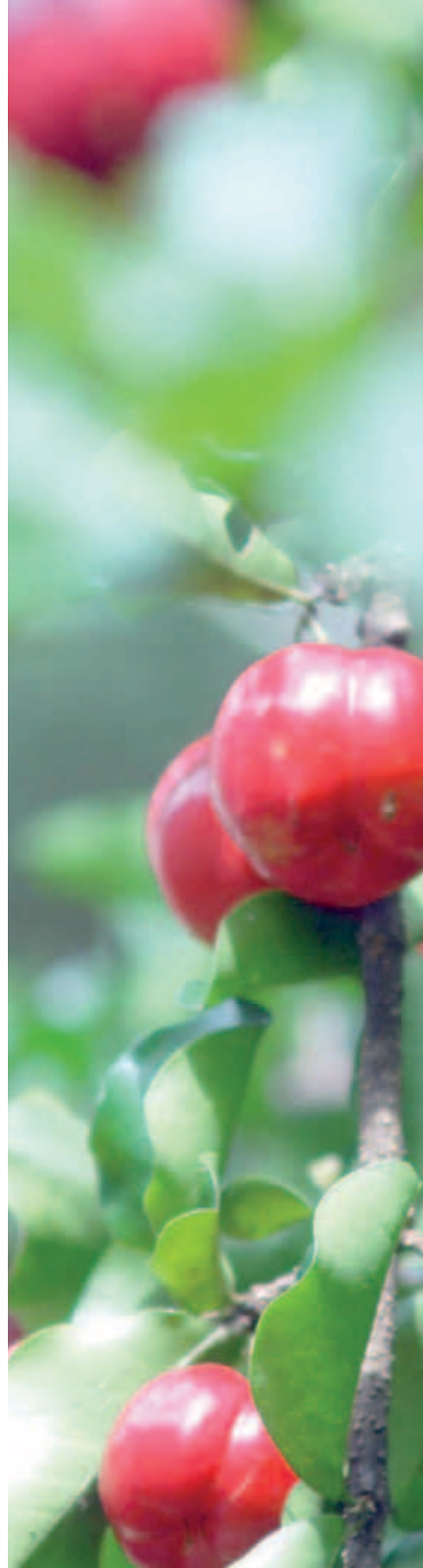
Do total de desperdício no país, 10% ocorrem durante a colheita; 50% no manuseio e transporte dos alimentos; 30% nas centrais de abastecimento; e os últimos 10% ficam diluídos entre supermercados e consumidores. Segundo o pesquisador da Embrapa, Antônio Gomes, o fim desse problema tem vantagens em diferentes aspectos.

“Se o Brasil reduzisse as perdas, poderia oferecer mais produtos para o mercado interno, barateando os preços, e também exportar mais, sem a necessidade de investimentos adicionais na abertura de novas fronteiras agrícolas”, argumenta Gomes. Ele afirma que o índice de perdas é maior do que se consegue calcular, basta observar a quantidade de lixo orgânico gerado nas centrais de abastecimento das grandes capitais.

De acordo com um levantamento do governo de São Paulo, o volume de perdas da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp), o maior mercado da América Latina, chega a 1% de tudo o que é vendido em um dia, ou seja, mais de 100 toneladas diárias no lixo.

O pesquisador da Embrapa explica que o problema começa no campo, mas culmina no varejo. Colheita incorreta,

Levantamento da Secretaria de Abastecimento e Agricultura do Estado de São Paulo mostra que as perdas chegam a 1,4% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, um rombo de R\$ 17,25 bilhões de reais no faturamento do setor agropecuário





Frutas e hortaliças exigem cuidados a partir da colheita para evitar perdas

transporte inadequado, embalos dos produtos em caixas de madeira são exemplos de práticas que resultam em uma realidade preocupante: muitos produtos que saem do campo para a cidade nem chegam a ser comercializados, porque se perdem no caminho. Isso significa que o custo para produzir aquele alimento foi totalmente perdido. “Muitas frutas, como laranja, abacaxi, são transportadas a granel em caminhões, que vão sacudindo na estrada e causando injúrias nos vegetais que nem chegam às prateleiras”.

Antônio Gomes lembra que não existe uma cadeia de frio para distribuir esse tipo de produto. Ele argumenta que, em um país de dimensões continentais como o Brasil e com clima tropical intenso durante a maior parte do ano, seria mais adequado que frutas, legumes e verduras saíssem das lavouras direto para o resfriamento. A temperatura precisaria ser mantida em baixos níveis durante o transporte e o período de exposição no varejo, o que não acontece no Brasil.

Outro problema apontado pelo pesquisador é a falta de informação dos consumidores. Não se trata apenas de saber aproveitar melhor os produtos na hora de cozinhar, mas sim da necessidade de cuidados também no momento da compra. “É preciso educar o consumidor. Se na hora de escolher o quiabo, você quebra a ponta, ninguém mais vai querer esse produto. Se, ao escolher o tomate, o cliente amassa o vegetal, é mais uma perda”, exemplifica Gomes.

Em meio a tantas formas de desperdício, a alta conta gerada pelas perdas não fica diluída ao longo da cadeia. Segundo a Embrapa, agricultor e consumidor são os mais prejudicados. Isso acontece porque o investimento para produzir, manipular e transportar o alimento já foi feito. Antes do produto se perder, a rede varejista faz uma previsão de perdas e repassa tanto ao preço pago ao produtor, quanto ao que é cobrado do cliente. “O agricultor recebe menos e o consumidor paga mais. É preciso rever esse processo, porque o varejo dilui o prejuízo. Investir em produtividade tem significado também aumentar o volume do desperdício. Quanto mais produzimos, mais jogamos fora. É preciso pensar com mais seriedade em uma solução para as perdas”, lamenta o pesquisador.

“É importante pensar nisso, porque desperdiçar significa o lucro líquido do agricultor que vai embora. E a competição tem promovido uma mudança de cultura também nos mais de 200 colhedores que trabalham nas fazendas”

Luiz Vicentini, da Emater-PR

O Ministério da Agricultura possui uma regulamentação que classifica os vegetais e estabelece regras para manter a qualidade, mas, na prática, as normas não são cumpridas. “Governo e agentes do mercado precisam ser parceiros e fazer valer a lei”. Para o pesquisador, a mudança desse quadro passa pela qualificação de todos os envolvidos na cadeia produtiva, desde o trabalhador rural que colhe o alimento até os estoquistas e funcionários dos pontos de varejo.

A redução do desperdício, no entanto, é uma preocupação séria da rede varejista. A Associação Brasileira de Supermercados (Abras), em parceria com outras entidades, faz todos os anos uma avaliação de perdas. A pesquisa mostrou que, em 2007, mais de 82% dos pontos de varejo pesquisados possuíam departamentos específicos para cuidar desse assunto e 75% deles reconheciam ter investido em soluções. O levantamento, feito todos os anos, busca identificar causas e avaliar o custo-benefício para a implantação de programas de prevenção de perdas.

Em 2007, o índice médio de desperdício foi de 2,15% do total comercializado, desse volume 55% são produtos perecíveis. Apesar de permanecer crescendo desde 2004, o ritmo de perdas no caso específico dos perecíveis avançou apenas 0,2 ponto percentual ao final de três anos. O estudo da Abras chama atenção para o fato de as perdas de perecíveis terem reduzido em 2007, mas revela um aumento desse prejuízo com causas desconhecidas. Isso dificulta a formulação de iniciativas para combater o problema. **i**




Responsabilidade de todos

A Emater do Distrito Federal e a Embrapa foram aos supermercados em busca de estimativas para a perda de hortaliças, ponto forte da produção agrícola local, com foco em três produtos. Resultado: o nível médio de perdas da cenoura chegava a 11%, do pimentão, 14%, e do tomate, 18%, de acordo com o estudo feito em 2000. Segundo o engenheiro agrônomo Edson Nascimento, o principal motivo é a manipulação inadequada do produto. “A simples decisão de usar uma caixa plástica no lugar da de madeira já ajuda a reduzir a contaminação e proteger o alimento”, observa.

Segundo ele, o produtor conhece os procedimentos corretos, mas não é cobrado por isso. A boa notícia, segundo observa o pesquisador, é que a exigência dos consumidores tem aumentado nos últimos anos, e os supermercados começaram a exigir mais qualidade e a impor ao agricultor uma série de regras. Um exemplo é o trabalho da Cootaquara, cooperativa de produtores de frutas e hortaliças na região de Planaltina, entorno do Distrito Federal. Para se adequar aos pedidos das redes de supermercados, a cooperativa adotou práticas simples que ajudam a manter o alimento fresco por mais tempo. Uma delas é usar uma tesoura na colheita do pimentão, para separar o talo da planta, e aumentar o cuidado ao colher os produtos em um balde e despejar nas caixas.

Nascimento conta que durante a pesquisa foi possível analisar o comportamento dos consumidores. Segundo ele,

a falta de classificação e organização dos produtos no supermercado obriga as donas-de-casa a ficarem, em média, 15 minutos escolhendo um só produto. “Nesse tempo, foram escolhidos, por exemplo, quatro tomates, mas a cliente testou pelo menos 30 unidades nesse processo. Essa manipulação excessiva também faz com que o alimento estrague mais rápido”, explica. Essa dificuldade no acesso do cliente é causada por um descuido que poderia ser corrigido com facilidade pelos varejistas, que colocam nas prateleiras vegetais em diferentes pontos de maturação.

A conclusão também foi de que o consumidor paga a conta do desperdício. Segundo a Embrapa Hortaliças, em 1999, o fornecedor dos supermercados pagava ao produtor R\$ 0,94 por quilo de tomate, mas os consumidores pagavam R\$ 1,50. Isso mostra que, além do lucro, o varejo cobra do consumidor um percentual para compensar a perda com os alimentos que estragaram desde a colheita. 

“A simples decisão de usar uma caixa plástica no lugar da de madeira já ajuda a reduzir a contaminação e proteger o alimento”

Edson Oliveira, agrônomo da Embrapa



PESCA

O milagre da multiplicação dos peixes

Governo aposta na aquicultura para aumentar em 40% a produção pesqueira nacional até 2011

Taísa Ferreira - de Brasília



Foto: Divulgação



Foto: Divulgação

O mar, decididamente, não está para peixe. Castigada pela poluição e pela pesca predatória abusiva, a natureza dá o troco: o estoque pesqueiro marinho mundial tem caído de forma alarmante nos últimos 20 anos. Pelos cálculos da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), 66% das espécies vêm sendo capturadas no limite ou acima do limite de sua reposição natural; 10% já estão esgotadas ou em recuperação. No caso do Brasil, nem os invejáveis 8,5 mil quilômetros de costa ajudam. Nossas águas tropicais e subtropicais, com temperatura e salinidade elevadas, são pobres em nutrientes e pouco produtivas. Não é à toa que ocupamos a modesta 22ª posição no ranking mundial de produção pesqueira.

Mas o presidente Luiz Inácio Lula da Silva acredita que o Brasil pode se tornar um grande produtor de pescado, tanto que transformou a Secretaria da Pesca e Aquicultura em ministério, com um orçamento de quase meio bilhão de reais para este ano. A meta é incrementar em 40% a nossa produção pesqueira até 2011. A própria FAO aposta numa participação brasileira de 10 milhões de toneladas no mercado mundial de pescado até 2030. Vale lembrar que nossa produção está estagnada há quase uma década na casa de 1 milhão de toneladas/ano.

META AMBICIOSA – “Esses números são totalmente questionáveis”, ironiza Paulo Ricardo Pezzuto, coordenador de estatística do Grupo de Estudos Pesqueiros da Universidade do Vale do Itajaí (Univali), em Santa Catarina. “A meta é ambiciosa demais”, critica Guilherme Dutra, diretor do Programa Marinho da ONG Conservação Internacional-Brasil. Os dois engrossam o coro de boa parte dos especialistas, preocupados com o comprometimento ainda maior dos recursos pesqueiros diante do eventual aumento da captura.

Mas o secretário-executivo do Ministério, Dirceu Silva Lopes, lista argumentos e estatísticas para provar que a meta de aumentar a produção em 400 mil toneladas nos próximos dois anos – elevando de 3,5 milhões para 5 milhões o número de empregos diretos e indiretos gerados pelo setor – está longe de ser história de pescador. Mais: ele garante que, ao contrário de países como China e Indonésia, que incrementaram a produção através da captura desenfreada ou da produção em cativeiros sem o adequado controle sanitário e ecológico, o Brasil vai chegar lá sem descuidar da sustentabilidade ambiental e da inclusão social de comunidades ribeirinhas e pescadores artesanais. “Não existe pescador sem peixe nem peixe sem água limpa”, resume Lopes.

Além de investir no ordenamento e na melhoria de técnicas de manejo para a recuperação dos estoques pesqueiros, o Ministério da Pesca está apostando na consolidação da frota nacional, na construção e reestruturação de 20 terminais pesqueiros públicos e de 120 Centros Integrados de Pesca Artesanal e de Aquicultura até 2011. Sem deixar de apoiar a extração artesanal, que envolve mais de 800 mil pescadores, o objetivo é tornar a atividade mais profissional e a cadeia produtiva melhor aparelhada, até para evitar o desperdício que acontece hoje, devido a problemas de acondicionamento, processamento, beneficiamento e escoamento da produção.

PESCA OCEÂNICA – Tais iniciativas são elogiadas pelos especialistas, que se dividem, no entanto, em relação ao avanço da pesca oceânica, outra meta do Ministério. “O potencial das águas internacionais não pode ser desconsiderado; hoje nossa frota, com raras exceções, só opera em águas exclusivas”, argumenta Pezzuto, o coordenador da Univali. “Se ainda existem peixes nas áreas costeiras é porque ainda existem matrizes nas áreas mais profundas; se acabarmos com essas matrizes, vamos agravar o problema”, rebate Dutra, da Conservação Internacional.

O ambientalista elogia o esforço do governo no estabelecimento de períodos de defeso e de cotas de captura para cada espécie, mas insiste na necessidade de ampliação do número de áreas marinhas protegidas: “Hoje temos 0,4% da nossa Zona Econômica Exclusiva (ZEE) protegida em unidades de conservação; esse percentual chega a 0,6% se incluirmos as áreas estaduais, o que é muito pouco diante dos 20% recomendados internacionalmente para reposição das espécies.”

Desafio ainda maior é a fiscalização da pesca predatória, alvo de críticas generalizadas. Os Ministérios do Meio Ambiente e da Pesca são os primeiros a reconhecer que o controle ainda é bastante falho, embora tenha melhorado bastante nos últimos dois anos com o rastreamento por satélite das embarcações.

ANCHOÍTA - Outra estratégia do Ministério da Pesca para multiplicar a produção é incentivar a captura de espécies subexploradas. A estrela da hora é a anchoíta, um peixinho frágil e pouco conhecido, apesar de abundante na costa brasileira. Empolgado, Dirceu Lopes acredita que a anchoíta pode render por volta de 100 mil toneladas/ano, o que significa 12% de toda a pesca extrativa nacional.

Pezzuto aplaude a proposta do governo, mas lembra que a anchoíta não desperta maior interesse do setor pesqueiro. “Não tem mercado porque não tem o produto e não tem o produto porque não tem mercado”, resume. O oceanógrafo Marcelo Sampaio, colega de Lopes no Ministério da Pesca e integrante dos conselhos nacionais do Meio Ambiente, de Recursos Hídricos e de Biodiversidade, aponta a saída: agregar valor à anchoíta, rica em proteína de alta qualidade, transformando-a em ração para criações em cativeiro. Para Pezzuto, não é assim tão simples, já que o mercado de farinha de peixe é dominado por produtores estrangeiros

PRODUÇÃO EM CATIVEIRO - A meta de aumentar a produção passa mesmo é pela aquicultura, “a atividade mais lucrativa do próximo século”, entusiasma-se Lopes, citando um dos mais prestigiados gurus da administração mundial, Peter Drucker. A criação em cativeiro já representa praticamente metade da produção pesqueira

global. No Brasil, ela não chega a 30% da produção total, apesar de o Ibama indicar um crescimento assombroso da atividade entre 1990 e 2005 - 1.017%.

O secretário traduz seu otimismo em números (mais atualizados que as estatísticas oficiais): “Nossa pesca extrativa rende hoje 783 mil toneladas e nossa aquicultura, 289 mil. Mas a produção em cativeiro pode ultrapassar 570 mil toneladas em 2011”. A expectativa, portanto, é que a aquicultura responda por cerca de 26% dos 40% do incremento projetado para os próximos dois anos - ajudando também a turbinar a atual participação do setor pesqueiro no PIB nacional, hoje na casa dos 2% (cerca de R\$ 5 bilhões).

Lopes vai ainda mais longe. Com investimentos apropriados, afirma que a aquicultura poderá garantir ao Brasil uma produção pesqueira de 20 milhões de toneladas/ano em uma década. O Brasil terá condições de pular da 22ª para a 7ª ou 6ª posição no

ambiente, facilita o manejo e oferece melhores condições para os pescadores artesanais. Contribui para a segurança alimentar e gera milhares de empregos. Combina o lado ambiental, o econômico e o social.”

“É claro que temos de melhorar toda a cadeia de recepção, o processamento, beneficiamento e a logística de escoamento. Temos de fortalecer a produção de alevinos e a indústria de ração”, pondera Marcelo Sampaio, outro defensor dos benefícios da aquicultura, como o controle sanitário com certificação de origem, a maior uniformidade do produto e a constância no fornecimento, essencial para o planejamento de indústrias e redes atacadistas.

ESPÉCIES NATIVAS - Pezzuto alerta, porém, para o risco de impacto ambiental com a introdução de espécies exóticas na aquicultura. Convém registrar que a espécie mais produzida em cativeiro no Brasil (95

Setor pesqueiro no Brasil*

	Situação atual	Meta para 2011
Postos de trabalho	3,5 milhões	5 milhões
Consumo	7 kg hab/ano	9 kg hab/ano
Produção extrativa	760 mil t	860 mil t
Aquicultura	279 mil t	570 mil t
Produção total	1.050 t	1.420 t

* Fonte: Ministério da Pesca e Aquicultura

ranking mundial. Exagero? Ele jura que não. Afinal de contas, lembra o secretário, nosso potencial hídrico é excepcional. Além de 4,3 milhões de km² de ZEE e 12% da água doce do planeta, o Brasil tem 5,5 milhões de hectares de áreas públicas alagadas. Por lei, 55 mil hectares podem ser usados para criação de pescado. São lagos, barragens e reservatórios de hidrelétricas que, desde o ano passado, já começaram a ser usados para a produção de peixes (ver box).

Fora do governo, os especialistas também se empolgam. Dutra diz que produzir peixe em cativeiro é “que nem criar gado em pasto”. E lista as vantagens da atividade: “Não ameaça as espécies soltas no meio

mil t/ano) é a tilápia, que, apesar de plenamente adaptada às águas tupiniquins, veio da África e da Ásia Menor.

Sampaio trata de acalmar os ambientalistas. De 2003 para cá, assegura ele, o ministério já investiu R\$ 30 milhões em pesquisas com espécies nativas. E a prioridade, especialmente no caso de cultivo nas águas da União, é para peixes como o pintado e o pirarucu, que tem franca aceitação em todos os mercados e chega a 200 quilos (“é um bezerro”, ele brinca). De olho no futuro, profetiza: “O mundo inteiro pode produzir tilápia, mas pouca gente tem pacu, tambaqui, matrinxã, pirarucu. Vai ser nosso diferencial de mercado.”



Foto: Divulgação

Renda e dignidade social

A criação em águas da União multiplica o potencial da aquicultura brasileira

Água, energia, alimento e inclusão social. Para o Ministério da Pesca, essa mistura tem tudo para dar certo. Usados para a criação de pescado, os reservatórios das hidrelétricas brasileiras já começam a garantir emprego e renda para centenas de famílias de ribeirinhos, indígenas e pescadores artesanais. “É a abertura de uma nova fronteira na agropecuária brasileira e uma excelente porta de saída para programas de transferência de renda, como o Bolsa Família”, resume Marcelo Sampaio, responsável pelo setor de aquicultura continental do Ministério da Pesca.

Regulamentar a cessão, para fins de aquicultura, de 55 mil dos 5,5 milhões de hectares de áreas alagadas da União não foi fácil. O trabalho envolveu não apenas o Ministério da Pesca e o Ibama, como a Marinha do Brasil, a Secretaria de Patrimônio Público, a Agência Nacional de Águas, órgãos ambientais estaduais e municipais. As áreas de produção (“lotes” de água) são demarcadas a partir da análise da sua viabilidade ambiental, social, técnica e econômica

“Se ainda existem peixes nas áreas costeiras é porque ainda existem matrizes nas áreas mais fundas; se acabarmos com essas matrizes, vamos agravar o problema”

Guilherme Dutra,
da Conservação Internacional

e cedidas por um período de 20 anos, renováveis por mais 20.

“É como se as pessoas recebessem títulos de assentamento de reforma agrária. Nossa principal preocupação é evitar os latifúndios improdutivos e democratizar o acesso à água como meio de produção”, explica Sampaio. Papel importante, destaca, é resgatar socialmente comunidades ribeirinhas prejudicadas com a inundação de áreas para construção dos reservatórios. Quem recebe Bolsa Família ou é pescador

beneficiário do seguro-defeso (período em que a pesca é proibida para garantir a reprodução dos peixes) ganha pontos no processo de seleção. E ainda sobra uma cota para empreendedores de maior porte, que podem pagar pelos títulos.

O projeto piloto, instalado em Itaipu há pouco mais de um ano, beneficiou 73 famílias. Todas passaram por programas de capacitação para aprender a produzir e comercializar os peixes criados em tanques-rede. Cada uma lucra por volta de 700 reais mensais, com uma produção anual de cerca de 10 toneladas de pescado.

Quando estiverem funcionando a pleno vapor, os criadouros dos parques de Itaipu devem beneficiar 2 mil famílias, pelos cálculos de Sampaio. Ele lembra, ainda, que o reservatório de Catalão, no Ceará, já beneficia 960 famílias e que já estão abertos os editais para a cessão de títulos nos reservatórios de Furnas e Três Marias (MG), Tucuruí (PA), e Ilha Solteira (na fronteira entre SP e MS). Além de energia, essas hidrelétricas vão render alimento, emprego e renda para 4.260 famílias.

Produção Pesqueira Mundial em 2007 – Fonte FAO

Ranking	Paises	Produção (toneladas)
	Produção total mundial	56.371.932,4
1	China	56.160.587,1
2	Indonésia	8.063.808,0
3	Índia	7.308.233,0
4	Peru	7.260.861,0
5	Japão	5.595.678,7
6	Estados Unidos de America	5.296.450,2
7	Chile	4.995.697,0
8	Filipinas	4.717.468,0
9	Vietnã	4.315.900,0
10	Tailândia	3.858.815,0
11	Federação da Rússia	3.588.313,0
12	Noruega	3.343.811,0
13	Republica de Coreia	3.275.470,0
14	Myanmar	2.840.240,0
15	Bangladesh	2.440.011,0
16	Malásia	1.598.022,0
17	México	1.501.082,5
18	Taiwan Provo de China	1.499.595,9
19	Islândia	1.425.933,0
20	Canadá	1.186.225,0
21	Espanha	1.090.062,1
22	Brasil	1.072.825,0
23	Eqito	1.008.008,0
24	Argentina	992.337,0
25	Marrocos	894.455,5
26	Reina Unido	793.894,0
27	Francia	787.673,7
28	Turquia	772.471,0
29	Rep. Pop. Dem. de Coréia	713.000,0
30	Dinamarca	684.191,0
31	Sudafrica	682.960,0
32	Nigéria	615.507,0
33	Ilhas Feroe	612.088,0
34	Nova Zelândia	601.060,0
35	Paquistão	570.282,0
36	Iran (Rep. Islâmica do)	562.424,0
37	Equador	554.745,0
38	Uganda	551.110,0
39	Camboja	530.200,0
40	Venezuela Rep. Boliv. da	477.210,0

Falta peixe no nosso prato

O consumo médio anual do brasileiro está cinco quilos abaixo do indicado pela OMS

Pode ser um assado regado com um molho sofisticado ou um simples filezinho grelhado com batatas. Uma muqueca baiana caprichada ou um peixinho frito na beira da praia. Pode ser até cru, na forma de sushis coloridos e exóticos. Não importa. Peixe é gostoso e saudável de qualquer jeito.

A carne é mais nutritiva, menos gordurosa, rica em vitaminas A, E e D, em aminoácidos essenciais e minerais como sódio, potássio, magnésio, cálcio, ferro, fósforo, flúor, selênio, manganês e cobalto. Peixe também é campeão em proteína e ômega 3, que, entre outras vantagens, reduz o risco de doenças cardíacas e circulatórias.

Pena que seja tão grande a distância entre o pescador artesanal e o consumidor final. O primeiro vende os peixes por uma ninharia. Quando não mora no litoral, o segundo paga caro pelo pescado mais nobre num supermercado.

O excesso de intermediários e os problemas que se acumulam ao longo da cadeia produtiva comprometem o abastecimento e multiplicam os preços. Resultado: o pescado tem passado longe do cardápio de boa parte dos brasileiros. Nosso consumo médio é de 6,8 quilos por habitante por ano, enquanto o consumo médio mundial é de 15,6 quilos por habitante. A recomendação da Organização Mundial da Saúde é que cada pessoa consuma cerca de 12 quilos de pescado por ano.

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) prevê que, até 2030, o consumo médio anual vá chegar a 22,5 kg por habitante. Para acompanhar esse ritmo e fazer com que o peixe entre no cardápio do brasileiro pelo menos duas vezes por semana, uma das apostas do Ministério da Pesca é a valorização das espécies nativas, como o pacu, o tambaqui e o pirarucu.

Haja sardinha!

A indústria brasileira não consegue responder ao aumento de produção

Ela não tem a nobreza de um dourado ou de um badejo, nem o charme de um tambaqui ou de um tucunaré. Mas a sardinha, um peixinho pequeno, saboroso e popular, que já foi qualificado como pescado de terceira categoria, chega a bater o sofisticado salmão como fonte de ômega 3. Pura ou em conserva, em forma de patê ou como recheio de sanduíche, costuma quebrar um galho e tanto em qualquer cozinha e vem, aos poucos, conquistando paladares mais exigentes.

A sardinha espalhou-se pelo mundo a partir dos mares da Sardenha, uma ilha

no Mediterrâneo, e hoje ocupa um espaço privilegiado nas águas e no prato dos brasileiros. O mercado interno da sardinha brasileira, ou sardinha verdadeira, é invejável para os padrões nacionais: 100 mil toneladas/ano (70 mil toneladas para a indústria de enlatados e 30 mil toneladas para venda direta ao consumidor). Ela também ocupa o topo do nosso ranking de produção pesqueira extrativista marinha, com 77 mil toneladas capturadas em 2008. Para este ano, a estimativa do Ministério da Pesca é que a produção ultrapasse as 80 mil toneladas – com peças de excelente tamanho.



Foto: Divulgação

Chegar a esses números não foi fácil. Em 2002, a produção não ultrapassou 22 mil toneladas; em 2004, ficou em 24 mil. A sardinha tem altas taxas de fecundidade e crescimento rápido, mas vive no máximo quatro anos e apresenta altas taxas de mortalidade natural. O secretário-executivo do Ministério da Pesca, Dirceu Silva Lopes, explica que houve um enorme trabalho para entender a biologia da espécie, criar mecanismos de ordenamento e planejar a pesca de curto e médio prazos.

Hoje, o problema é diferente: nossa indústria pesqueira não possui capacidade para estocar, processar e congelar a sardinha capturada no Brasil. São capturas diárias de até 1200 toneladas, mas a capacidade média diária da indústria é de apenas 400 toneladas. O resultado é a perda significativa da produção e a queda no preço médio de

vendas. Outro gargalo tem sido o transporte, uma vez que as maiores capturas vêm se concentrando no estado do Rio de Janeiro, onde a capacidade de congelamento é reduzida a cerca de 100 toneladas/dia. É por isso que o Brasil continua importando tanta sardinha para atender ao mercado nacional (mais de 37 mil toneladas em 2008), mesmo com o aumento da produção local.

A solução, para Dirceu Lopes, é investir no aumento da capacidade de processamento de pescado da indústria de enlatados. Uma solução que exige planejamento cuidadoso. Afinal, lembra o secretário, a indústria, revigorada, corre o risco de ficar ociosa se não estiver preparada para processar outros tipos de pescado (como a anchoíta) nos períodos em que os estoques de sardinha estiverem naturalmente em baixa.

A criação em cativeiro já representa praticamente metade da produção pesqueira global. No Brasil, ela não chega a 30% da produção total, apesar de o Ibama indicar um crescimento assombroso da atividade entre 1990 e 2005 – 1.017%

Produção nacional de sardinha*

ano	importação (Kg)	US\$ (FOB)	US\$/Kg	US\$ (média)	captura (Kg)
2003	51.729	19.808.608	0,38	R\$ 3,15	24.811
2004	44.462	17.197.526	0,39	R\$ 2,95	53.007
2005	33.041	13.045.996	0,39	R\$ 2,49	42.222
2006	44.088	25.383.198	0,58	R\$ 2,18	53.765
2007	58.178	30.607.778	0,53	R\$ 2,00	55.511
2008	37.496	28.299.620	0,75	R\$ 1,69	77.192
2009 (até agosto)	23.880	19.460.023	0,81	R\$ 2,13	41.548

*Fonte: Ministério da Pesca e da Aquicultura

Com investimentos apropriados, o ministério acredita que a aquicultura poderá garantir ao Brasil uma produção pesqueira de 20 milhões de toneladas/ano em uma década. O Brasil terá condições de pular da 22ª para a 7ª ou 6ª posição no ranking mundial, porque o país tem um potencial hídrico excepcional. Além de 4,3 milhões de km² de ZEE e 12% da água doce do planeta, o Brasil tem 5,5 milhões de hectares de áreas públicas alagadas

A força da Embrapa

Empresa aposta na pesquisa genética para fomentar o setor pesqueiro

Que a Embrapa bate um bolão em pesquisa genética agropecuária o mundo inteiro sabe. Mas que a empresa já está tocando, a pleno vapor, um projeto de melhoramento genético de peixes e camarão no Brasil soa quase como novidade, que foi reforçada pelo anúncio de que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária vai ganhar mais uma unidade até o final deste ano – a Embrapa Criação e Pesca.

Entusiasmado, o ministro da Pesca, Altemir Gregolin, arriscou uma previsão otimista em julho passado, durante o anúncio da criação da instituição que vai coordenar o desenvolvimento de pesquisas de longo prazo no setor pesqueiro: “A pesca tem caráter


estratégico e vai se tornar tão competitiva no Brasil como é a pecuária atualmente”.

A Embrapa vem arregaçando as mangas para ajudar a tornar essa previsão uma realidade). O projeto Aquabrazil começou a sair do papel em 2008, sob a liderança da pesquisadora Emiko Kawakami de Resende, da Embrapa Pantanal, e (sai o “e”) com a participação de dezenas de institutos de pesquisa e entidades produtivas, além de órgãos ambientais e de extensão rural. (tirar espaço entre “rural” e o ponto)

São oito milhões de reais (dos quais 7,2 milhões financiados pela própria Embrapa e pelo Ministério da Pesca) para pesquisas de melhoramento genético, nutrição, sanidade, manejo,

gestão ambiental e aproveitamento agroindustrial de quatro espécies: camarão branco, tilápia, tambaqui e cachara ou surubim.

A ideia é que cada grande bacia hidrográfica do país tenha uma espécie melhorada, que vai receber rações especiais desenvolvidas com ingredientes regionais e nutricionalmente balanceados. O cuidado ambiental é prioritário, assim como o acompanhamento sanitário. Os peixes são monitorados por meio de chips e cada geração melhorada é transferida para parceiros da iniciativa privada.

O entusiasmo da coordenadora Emiko Resende não é menor que o do ministro: “O Aquabrazil está idealizado para promover um salto tecnológico na aquicultura brasileira, com sustentabilidade econômica, social e ambiental. (dar espaço)” (tirar espaço) Ela sonha com o dia em que a dona de casa possa encontrar nuggets e kibes de peixe em qualquer supermercado. Prático, fácil e barato. 

20 ANOS DE
POLÍTICAS SOCIAIS

Muitos avanços, mas ainda é pouco

Constituição de 1988 permitiu ao Brasil criar uma ampla rede de proteção social, com forte impacto na redução da pobreza e na distribuição de renda. Mas ainda é necessário melhorar a qualidade dos serviços oferecidos à população e facilitar o acesso a alguns direitos



Foto: Agência Brasil





Foto: Agência Brasil

O Brasil deu um grande salto nas políticas sociais a partir da Constituição de 1988. Mas falta muito ainda a fazer para reduzir as desigualdades e acabar com a miséria no país. As conquistas resultaram na consolidação de uma ampla rede de proteção, formada pela Previdência Social com cobertura para o trabalhador rural, seguro desemprego, assistência social e programas de transferência de renda, e também pela universalização do acesso aos serviços de saúde e à educação básica. “A Constituição de 1988 foi um marco institucional muito avançado na área social, visualizando grandes possibilidades de construção de um sistema de proteção e promoção social no país. Ela indicou possibilidades que o movimento social e o Estado brasileiro acabaram consagrando”, afirma Jorge Abrahão, diretor de Estudos Sociais do **Ipea**. Em 20 anos, o Brasil estruturou um eficiente sistema de transferência de renda, que atinge a população mais pobre. Os pontos negativos recaem sobre a qualidade, ainda em muitos casos insatisfatória, dos serviços oferecidos à população, principalmente nas áreas da saúde e da educação, e aos estreitos limites estabelecidos pelos critérios de renda domiciliar *per capita* que são utilizados como condição de elegibilidade aos benefícios. A mais recente do periódico Políticas Sociais: acompanhamento e análise apresenta uma avaliação da trajetória das políticas sociais brasileiras após a Constituição

de 1988. Fruto do trabalho dos técnicos e pesquisadores da Diretoria de Estudos de Estudos Sociais do **Ipea**, a publicação aborda 12 áreas de atuação do Estado brasileiro.

Para Jorge Abrahão, um importante avanço da Constituição foi estabelecer princípios para assegurar o poder de compra do salário mínimo, que passou a ser referência não só para os trabalhadores do mercado formal, mas também o piso dos benefícios previdenciários e assistenciais a idosos e portadores de deficiência carentes. “Isso é um avanço enorme, porque não permite que benefícios sociais sejam vilipendiados na boca do caixa. Nos anos 80 isso foi feito sem parcimônia”, afirma José Aparecido, técnico de planejamento e pesquisa do **Ipea**, atualmente editor do periódico. O princípio permitiu ao governo instituir a prática de reajustes anuais acima da inflação, consolidada na Política Nacional de Recuperação do Valor do Salário Mínimo. O dispositivo constitucional contribuiu para manter – e recuperar – o valor real do salário do trabalhador, com repercussão direta nos benefícios previdenciários e assistenciais. Em 1991, o salário mínimo era de R\$ 130,00, em valores corrigidos para 2009. Hoje está em R\$ 465,00, valor mínimo também dos mais de 22 milhões de benefícios pagos mensalmente pela Previdência Social e dos quase 3 milhões de benefícios de prestação continuada da Assistência Social.

A combinação de políticas sociais e crescimento econômico refletiu na redução da desigualdade de renda no país, embora as enormes disparidades ainda persistam. O índice de Gini caiu de 0,58 para 0,55, entre 1980 e 2007. Segundo estudo do **Ipea**, a desigualdade nas grandes regiões metropolitanas continuou caindo em 2009: o índice de Gini para essas regiões ficou em 0,49 no mês de junho deste ano, 9,5% abaixo do registrado em dezembro de 2002. Estima-se que a ação da Previdência Social contribua em 12% para a redução da pobreza no Brasil, comenta Jorge Abrahão. Em 1980, a pobreza atingia 39% da população. Em 2007, 22%. Além da Previdência, o diretor ressalta a importância dos programas assistenciais e de transferência de renda e do próprio crescimento da economia nos últimos anos. Outro avanço constitucional importante no âmbito da Previdência foi a nova regra de inclusão e de manutenção dos benefícios dos trabalhadores rurais. Atualmente, cerca de 8 milhões de trabalhadores rurais aposentados recebem mensalmente o valor de um salário mínimo da Previdência Social. Antes da Constituição, os trabalhadores rurais idosos eram precariamente atendidos pelo Funrural, que pagava meio salário mínimo aos aposentados, ressalta José Aparecido. Além disso, só tinha acesso ao benefício o trabalhador rural chefe de família – as mulheres só poderiam receber o benefício como pensionistas em caso de viuvez.

Após a Constituição, um enorme contingente de trabalhadoras rurais passou a ter seu direito à aposentadoria reconhecido.

Porém, mesmo com a inclusão dos trabalhadores rurais, ainda há um grande número de trabalhadores sem cobertura previdenciária. São os trabalhadores informais que não contribuem para a Previdência Social e, portanto, não têm direito a benefício na velhice ou em caso de

Apesar dos problemas, o fato é que “a assistência social teve uma evolução inédita”, afirma Luciana Jaccoud, técnica de planejamento e pesquisa do **Ipea**. Antes da Constituição de 1988, a assistência social existia de forma marginal. “A Constituição instituiu uma política pública de assistência social, que está tendo um impacto importante”, acrescenta. A taxa de pobreza entre idosos, por exemplo, era de 12% em 2007, con-

primimento da Política Nacional de Assistência Social, instituída em 2004. Atualmente, há diversas ações específicas para as faixas etárias da população. “Temos assistido a uma efetiva regulamentação na oferta de serviços assistenciais”, afirma. “Entretanto, em algumas políticas não chegamos a uma cobertura total. Em outras atingimos a universalização, mas com serviços de baixa qualidade ou de forma inadequada”, comenta Jorge Abrahão. Como mais da metade dos trabalhadores brasileiros está na informalidade, uma parcela expressiva da população não tem acesso a diversos benefícios. “É um nó que precisa ser desatado”, afirma. O seguro desemprego, por exemplo, assegurado pela Constituição, limita-se, por definição, aos trabalhadores com carteira assinada.

Embora tenha havido expansão da assistência social e da Previdência, ainda há problemas de cobertura; as áreas de educação e saúde convivem com a falta de qualidade no serviço prestado e de recursos. “Na saúde, temos um sistema para todos, mas que padece de uma série de problemas, principalmente de financiamento e de gestão. Desta forma não consegue dar uma atenção satisfatória às pessoas”, afirma Abrahão. No entanto, comparada com a situação anterior à Constituição, houve um grande avanço: antes a assistência médica era vinculada ao sistema previdenciário, o que significava que só tinham direito a ela os trabalhadores com carteira assinada, contribuintes da Previdência Social. A partir da Constituição, houve a universalização do direito à saúde, com a ampliação do acesso a todos os brasileiros, independentemente de condicionalidades. Outra grande vantagem, segundo José Aparecido, foi a descentralização dos serviços de saúde a partir da implantação do Sistema Único de Saúde (SUS). Enquanto existiu o Inamps, a assistência estava concentrada nos centros urbanos e restrita aos contribuintes da Previdência Social. Agora, o serviço chega cada vez mais aos pequenos municípios e zonas rurais, em programas como o Saúde da Família e Saúde Bucal. Hoje temos mais de 29 mil equipes de atendimento à saúde da família no país, comenta Abrahão.



necessidade, como no da perda temporária da capacidade de trabalho, como doença ou maternidade. “O condicionamento dos benefícios à contribuição prévia fragiliza muito a política de cobertura previdenciária”, afirma Jorge Abrahão.

Paralelamente, na área de assistência, o benefício de prestação continuada (BPC) significou um avanço para assegurar renda aos deficientes e aos idosos pobres. O sistema existente antes de 1988, a renda mensal vitalícia, impunha como condição para acesso ao benefício a comprovação do pagamento de um mínimo de 12 contribuições à Previdência Social, o que excluía uma grande massa de trabalhadores idosos, além das crianças e jovens portadores de deficiência. Com a Constituição de 1988, a RMV é substituída pelo BPC, que é assistencial e prescinde de contribuições: o número de beneficiários salta de 800 mil para 3 milhões. José Aparecido ressalta, entretanto, que ainda há problemas de cobertura: os parâmetros para definir quem tem direito ao BPC são muito excludentes, e muitos idosos e portadores de deficiência que não são considerados pobres, pelos critérios legais, estão desprotegidos.

Com a universalização da educação fundamental, o número de matrículas saltou de 70% para 98% das crianças, em 20 anos. Na década de 1960, 45% da população com mais de 15 anos era analfabeta

siderando os que vivem com menos da metade de um salário mínimo. A situação de indigência atinge 1,4% dos idosos, uma das menores taxas entre os países em desenvolvimento, afirma Luciana Jaccoud. São resultados da combinação de previdência e assistência social, com o BPC e programas como o Bolsa Família.

Do ponto de vista da estruturação institucional, o Brasil está equiparado com os países desenvolvidos, ressalta Jorge Abrahão. Para Luciana Jaccoud, o sistema tem a vantagem de envolver as três esferas de governo no cum-

Com o SUS, aumentou a preocupação em reforçar a promoção da saúde e as atividades preventivas por meio da estratégia da atenção básica, de forma a reduzir a assistência hospitalar, mais cara. “Tanto em termos de custos quanto de qualidade de vida, é preciso incrementar o atendimento nos postos e centros de saúde e em programas tipo médico de família para evitar a complicação da doença que leve a pessoa ao hospital”, afirma Aparecido. O caminho perseguido é correto, mas falta melhor articulação entre os programas de atenção básica e os de alta complexidade. O atendimento nos hospitais, com honrosas exceções, continua precário, mas Aparecido ressalta a dificuldade para sair de um sistema que atendia pouco mais da metade da população, para outro que pretende atender a todos. Com o SUS milhões de brasileiros, antes não atendidos, ou atendidos pela filantropia, passaram a ter direito a atendimento, sem nenhuma discriminação, nos serviços públicos. O fato é que, apesar dos inúmeros problemas, o número de consultas per capita aumentou – a proporção de mães atendidas em consultas pré-natal triplicou, por exemplo -, houve melhora nos indicadores de mortalidade infantil e de expectativa de vida.

O Brasil avançou muito também na área de educação, com a universalização da educação fundamental – o número de matrículas salta de 70% para 98% das crianças, em 20 anos. “Não temos mais problema de acesso à educação fundamental”, comenta Abrahão. Na década de 1960, 45% da população com mais de 15 anos era analfabeta e em todo o país havia apenas 60 mil estudantes universitários. “Hoje a criança pobre tem acesso à escola”, diz. Há ainda problemas de acesso a creches, no ensino médio e universitário, constata Aparecido. Apenas 13% da população chegam ao curso superior. Outra dificuldade é o alto índice de evasão escolar e a defasagem entre idade do aluno e série:

grande quantidade dos estudantes está cursando séries atrasadas para sua idade. Além disso, o país ainda convive com enormes disparidades regionais e intrarregionais na qualidade dos serviços públicos de educação e saúde, com prejuízo para a população pobre.

“Os mais pobres são os mais dependentes dos benefícios sociais, das transferências e dos serviços. Eles sofrem muito com o fato de não ter uma escola de boa qualidade ou um acesso mais oportuno e regular aos serviços de assistência à saúde”, afirma Abrahão. As camadas de renda mais alta matriculam seus filhos nas melhores escolas particulares, com bom padrão de ensino. Com isso, perpetua-se o modelo discriminatório: quem teve acesso à educação de qualidade terá melhores oportunidades no mercado de trabalho. “A promoção social dela (da criança pobre) vai ser mais difícil. A expectativa é que se consiga melhorar esses serviços e assegurar as mesmas oportunidades para todos”, comenta Abrahão. A questão é que também



A assistência social teve uma evolução inédita: antes da Constituição de 1988, ela existia de forma marginal. A Constituição a transformou em uma política pública de assistência social, com resultados significativos: a taxa e indigência entre os idosos caiu para 1,4% em 2007.

não adianta ter escola, se a criança está doente, subnutrida e não tem o que comer.

José Aparecido aponta uma contradição no modelo instituído pela Constituição, que deu ampla liberdade de ação à iniciativa privada na prestação de serviços. De um lado, os investimentos do setor público nesses serviços ficaram aquém do necessário, enquanto o setor privado expandiu sua oferta de serviços de saúde e educação. “A participação privada no ensino superior já era bastante forte antes da Constituição, e aumenta enormemente nos últimos anos”, afirma. “Na saúde, isso é ainda mais grave do que na educação”. Surgiram grandes redes que passaram a explorar a educação e a saúde de forma empresarial. O paradoxo,

para ele, é que o Estado é co-financiador dos serviços particulares de saúde e educação: as pessoas que utilizam serviços privados de saúde e educação abatem os gastos no imposto de renda, então são parcialmente ressarcidas pelo fundo público. As instituições que fornecem esses serviços muitas vezes gozam de incentivos e isenções fiscais, com destaque para a questão da filantropia. Ao mesmo tempo, o Estado é pressionado pelos servidores públicos a patrocinar assistência médica e previdên-

te, lembra, o governo começou a adotar ações efetivas nessas áreas. “Há muita coisa a fazer porque a desigualdade brasileira é muito forte”, comenta. Para Aparecido, a Constituição falhou ao não dar mais instrumentos para uma desconcentração na questão do patrimônio e da propriedade, o que dificulta a reforma agrária e a instituição de política urbana mais ampla.

Outra questão não resolvida é a da segurança pública: mesmo depois da democratização, “não houve ruptura e o

Na área de igualdade racial e de gênero, a Constituição abriu espaço para grandes avanços, um dos mais importantes, para Luciana Jaccoud, foi o reconhecimento pelo governo da necessidade de um conjunto de esforços para superar a desigualdade racial. “O combate ao racismo e às desigualdades raciais deve ser enfrentado com políticas amplas”, defende. Embora a definição constitucional de racismo como crime seja um marco, há uma grande dificuldade




Estima-se que a ação da Previdência Social contribua em 12% para a redução da pobreza no Brasil. Em 1980, a pobreza atingia 39% da população. Em 2007, 22%

cia privada para o funcionalismo. “É uma coisa esquizofrênica, tem princípios públicos que estão incoerentes. Mas o Estado tem que lidar com isso. O desafio é tentar tornar essa coexistência entre sistemas públicos e privados menos caótica”, comenta.

Enquanto a educação e a saúde contabilizaram avanços, a política social não saiu do lugar nas áreas de habitação e saneamento básico. “A estrutura urbana é altamente problemática, com ocupações irregulares, falta de saneamento básico, déficit habitacional alto, e pouca ação do Estado nas três esferas de poder. Hoje se tem uma calamidade habitacional. E uma estrutura residencial e sanitária precária”, afirma Jorge Abrahão. Só recentemente

país manteve estruturas policiais com os mesmos vícios da época da Ditadura”, diz Aparecido. “A segurança pública está mais preocupada em reprimir do que em proteger o cidadão”, em detrimento de uma articulação necessária entre ações de repressão e de prevenção da violência. Isto deveria ocorrer dentro de uma perspectiva de serviço público dirigido à proteção dos cidadãos e da sociedade. O problema é que a perpetuação dessas idéias focadas na repressão e no uso excessivo da força para combater a criminalidade faz com que a própria sociedade “sempre peça mais truculência, como se isso fosse suficiente para resolver o problema da violência e insegurança”.

na justiça brasileira para condenar os infratores. O Brasil, lembra ela, “tem sido reiteradamente condenado nas instâncias internacionais” por essa deficiência. Para ser superada, a desigualdade racial exige medidas para uma melhor inserção social do negro. As políticas universais cumpriram um papel importante nessa questão. “Reconhecer isso não significa achar que será suficiente. Políticas universais combatem as desigualdades de raça, de gênero, regionais. Mas não esgotam a tarefa”, afirma José Aparecido. Para além dessa base fundamental das políticas universais, defende ele, permanece a necessidade de aliar políticas afirmativas com as universais. 

Os estragos de uma guerra

A pior crise financeira dos últimos 80 anos deixou sequelas típicas de uma grande guerra mundial, e exigiu dos tesouros e bancos centrais um esforço de trilhões de dólares para restaurar a confiança dos investidores, o funcionamento dos mercados e o crescimento da economia

Andrea Vieira - de Brasília

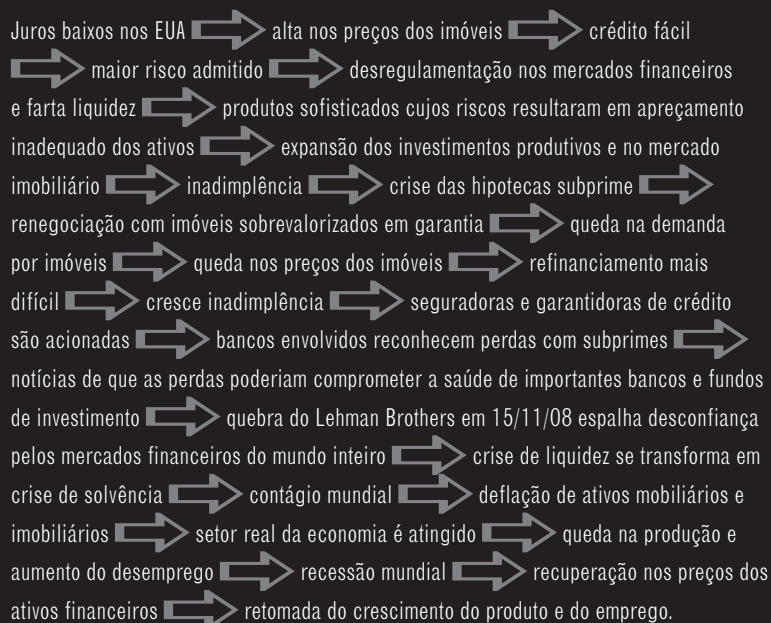
O mundo enfrentou nos últimos 24 meses a pior crise financeira desde a Grande Depressão (1929-1933). Observadores da economia global de fato comparam essa crise a uma enorme guerra. “Do ponto de vista das finanças públicas, essa crise tem a dimensão da Segunda Guerra Mundial. O impacto nos tesouros é brutal”, analisa Marcos Antonio Cintra, técnico do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea).

A atual crise é considerada uma das mais devastadoras da história, porque nasceu no centro do sistema financeiro e econômico mundial e contaminou todo o sistema global. A origem está na tentativa dos mercados financeiros, desregulamentados e liberalizados, de valorizar seus recursos e ampliar riqueza, alimentado por um sistema de crédito que alavancou um processo de euforia desenfreada. Em meio ao turbilhão de otimismo, os agentes financeiros inventaram produtos sofisticados e opacos com riscos muito maiores do que podiam suportar. Foi assim que surgiram nos Estados Unidos as hipotecas subprime, crédito de altíssimo risco concedido a tomadores de empréstimos que não atendiam requisitos mínimos de garantia para arcar com um financiamento imobiliário.

As operações subprime caracterizavam-se por empréstimo de longo prazo, em geral de 30 anos, divididos em dois períodos, um com prestações muito baixas nos dois ou três primeiros anos, e o outro, muito longo, com parcelas mais pesadas. Nesse segundo período ressurgiu a inadimplência que, associada à total falta de garantia, detonou a “bolha” que fez ruir as finanças de grandes bancos, fundos de investimento, companhias seguradoras e *hedge funds*. Relatório do Banco de Desenvolvimento da Ásia aponta que o sistema financeiro mundial contabilizou perdas de US\$ 50 trilhões somente com a depreciação de seus ativos. A desvalorização das ações dos bancos e dos imóveis foi insuportável. As ações do Citibank, por exemplo, que valiam US\$ 90 antes da crise, caíram para US\$1. Um preço simbólico da devastação de um banco que já foi o maior do mundo.

Principais políticas e ações de governo nas principais economias da América Latina (publicar quadro no Anexo V)

FLUXOGRAMA DA EUFORIA, DA CRISE E DA RETOMADA



Fonte: Elaboração Ipea

Tendo em vista que a crise teve origem financeira, os governos, de maneira geral, começaram a reagir com esforços vigorosos nas áreas monetária, de crédito e fiscal. A meta inicial era restabelecer a confiança dos investidores. Os bancos centrais atuaram de forma intensa, com a injeção direta de liquidez no mercado monetário e a flexibilização das normas de empréstimos (envolvendo instituições não-bancárias). Alterações nas taxas básicas de juros, recapitalização de bancos e garantia de depósitos e novos empréstimos foram as medidas mais frequentes. Houve ainda robustas intervenções diretas em corporações para evitar o aumento da desconfiança e do desemprego.

Com o agravamento da crise em setembro de 2008, muitos países passaram a adotar políticas ainda mais agressivas para proteger as economias domésticas. Os governos abriram os cofres, reduziram taxas de juros, lançaram mão de reservas e abdicaram de impostos para socorrer bancos, criar pacotes de estímulos fiscais, assegurar a oferta de crédito, salvar empresas. Nunca os tesouros gastaram tanto. Só as diversas agências americanas disponibilizaram cerca de US\$ 13,7 trilhões para salvar o seu sistema financeiro, o que representa 98,57% do PIB norte-americano (US\$ 14,14 trilhões no segundo trimestre de 2009). Para combater os estragos cau-

sados por um mercado desregulamentado, que inventou produtos complexos, subestimou riscos e precificou mal os ativos financeiros, o governo foi forçado a comprar títulos com pouca liquidez, injetar capital nos bancos, ofertar linhas de crédito para empresas (*commercial papers*), ajudar proprietários de imóveis a renegociar hipotecas, tornar-se sócio do setor automotivo, adquirindo 60% das ações da General Motors (GM). Com a redução da arrecadação – associada à própria dinâmica da crise e às reduções nos impostos – e a ampliação dos gastos públicos, o Tesouro americano deverá realizar um déficit fiscal da ordem de 13% do PIB em 2009.

Medidas para Estimular os Sistemas Financeiros – área euro

	Injeção de capital	Garantia para emissões de novas dívidas	Outros (a)	€bilhões	% do PIB	Observações
Alemanha	80	400	-	480	20	
Áustria	15	85	-	100	37	
Bélgica	17,4	-	-	17,4	5,2	Inclui Dexia, Ethias, Fortis e KBC
Chipre	2	-	-	2	12,8	
Eslovênia	-	12	1	13	39	
Espanha	-	200	50	250	23,8	
Finlândia	4	50	-	54	30,1	
França	24	320	-	344	18	Inclui Dexia
Grécia	5	15	8	28	12,3	
Holanda	36,8	200	-	236,8	41,6	Inclui Fortis
Irlanda	10	400	-	410	215,1	
Itália	12	-	40	52	3,4	
Luxemburgo	2,9	-	-	2,9	8	
Portugal	4	20	-	24	14,7	
Zona euro	213	1.702	99	2.014	22,5	

Fonte: BNP Paribas, Market Economics/Credit Strategy/Interest Rate Strategy, 19 January 2009.

Nota: a) Inclui compra de ativos. Exclui garantia aos depósitos bancários.

Medidas para Estimular os Sistemas Financeiros – outros países

	Injeção de capital	Garantia para	Outros (a) emissões de novas dívidas	Moeda Local (bilhões)	€ bilhões	% do PIB	Observações
Arábia Saudita	\$ 3	-	-	\$ 3	2,4	0,8	
Austrália	-	-	8	8	4	0,7	
Canadá	-	218	75	293	187,9	19,1	
Catar	\$ 6	-	-	\$ 6	4,7	8,8	
Coréia do Sul	-	\$ 100	\$ 8,1	\$ 108,1	85,8	11,1	
Dinamarca	100	-	-	100	13,4	5,9	Mais perdas superiores a DKK 35 bilhões em passivos bancários
Emirados Árabes Unidos	\$ 19	-	-	\$ 19	14,7	9,6	
Hungria	\$ 1,5	\$ 1,5	-	\$ 3,1	2,3	2,2	
Noruega	-	-	350	350	41	15,4	
Reino Unido	50	250	50	350	385	25	Exclui Special Liquidity Scheme (£ 200 bilhões)
Suécia	15	1.500	-	1.515	153	49,3	
Suíça	6	-	-	6	4	1	Exclui capitalização do UBS
Total	-	-	-	-	898,2	-	

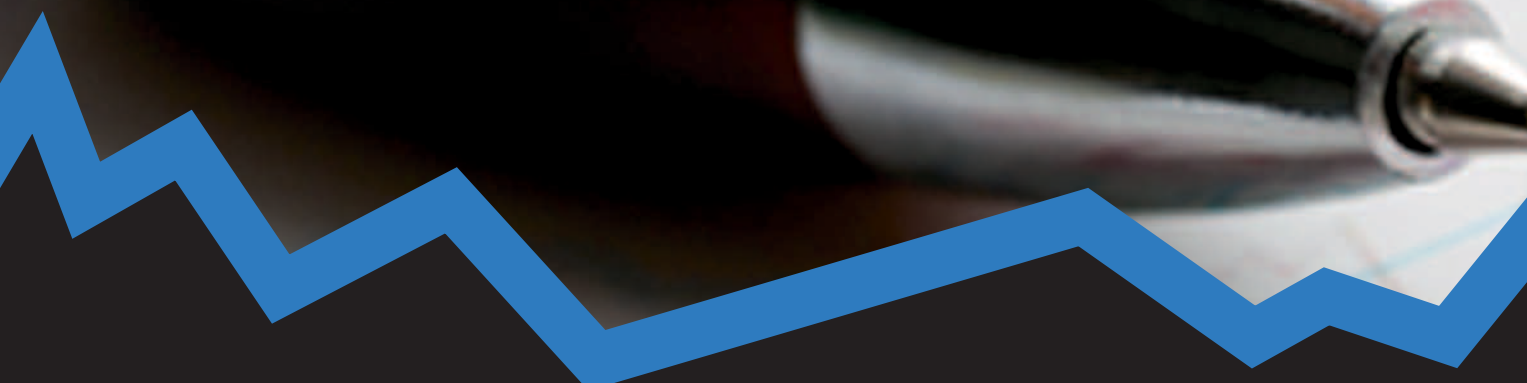
Fonte: BNP Paribas, Market Economics/Credit Strategy/Interest Rate Strategy, 19 January 2009.

Nota: a) Inclui compra de ativos. Exclui garantia aos depósitos bancários.

Obs: \$ - valores em dólar.

Estudo do Ipea mostra quais foram as medidas de reação à crise nas principais economias mundiais: os mais influentes do G7, grupo das sete países mais ricos do mundo, e dos BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China). Embora as ações tenham sido tão amplas quanto a crise, alguns países souberam aproveitar os pacotes de socorro ao setor privado para fomentar o desenvolvimento a longo prazo. A França, por exemplo, injetou de € 7,8 bilhões nas montadoras PSA e Renault em forma de crédito a taxas preferenciais e exigiu o compromisso futuro de fabricação de carros elétricos. A China lançou um pa-

cote de US\$ 25 bilhões em empréstimos a países do Sudeste Asiático destinados a infraestrutura, e tenta redefinir o papel da sua moeda, o iuan, no mercado financeiro mundial ou, pelo menos, no asiático. Empresas chinesas já estão autorizadas a fechar negócios com os vizinhos usando o iuan como moeda corrente. A Índia alterou regras para expandir a entrada de investimento direto na economia. Nos Estados Unidos, a recuperação da GM está condicionada a um programa de desenvolvimento tecnológico de carros mais eficientes, econômicos e limpos (com menor emissão de gases poluentes).



Retomada do crescimento

A partir de março de 2009, os indicadores econômicos passam a emitir sinais de que a crise estava perdendo força. Segundo o **Ipea**, essa reversão tem duas dimensões: de um lado, a chamada macroeconomia dos ativos financeiros saiu na frente. As cotações das ações, os preços das commodities agrícolas, metálicas e energéticas (petróleo) começaram a registrar valorização. A aversão ao risco reduziu, com os investidores retomando suas operações de compra e venda de ativos financeiros. Os balanços dos bancos passaram a mostrar

sinais positivos, melhorando a confiança nos mercados. A partir de julho, foi ficando mais claro que também o emprego e a renda começaram a reagir.

Economias avançadas como Japão, Alemanha e França registram alta no PIB (Produto Interno Bruto) no segundo trimestre de 2009. Países em desenvolvimento, como Brasil e Índia, acompanharam a recuperação do crescimento da soma de suas riquezas. Parece ser o fim da recessão mundial, embora o maior e mais importante mercado do mundo, os Estados

Unidos, epicentro da crise, continue com resultado negativo, assim como o Reino Unido. A China, que manteve a expansão de sua economia mesmo nos momentos mais críticos, embora em patamares menores, recuperou o vigor no crescimento.

O **Ipea** avalia que, com a agressividade da intervenção pública – por meio das políticas fiscal e monetária – e da atuação dos bancos centrais na recapitalização das instituições financeiras, é praticamente impossível a economia mundial não se recuperar.

Crescimento Trimestral do PIB

Variação % em Relação ao Trimestre Imediatamente Anterior, com Ajuste Sazonal

	2008				2009	
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.*
OCDE-Total	0,5	-0,1	-0,5	-1,9	-2,1	0,0
União Européia	0,7	-0,2	-0,4	-1,8	-2,4	-0,3
Área do Euro	0,7	-0,3	-0,4	-1,8	-2,5	-0,1
Grupo dos 7	0,3	-0,1	-0,6	-1,9	-2,1	-0,1
Alemanha	1,6	-0,6	-0,3	-2,4	-3,5	0,3
Canadá	-0,2	0,1	0,1	-0,9	-1,4	...
Estados Unidos	0,5	0,4	-0,7	-1,4	-1,3	-0,3
França	0,5	-0,5	-0,2	-1,4	-1,3	0,3
Itália	0,5	-0,6	-0,8	-2,1	-2,7	-0,5
Japão	1,0	-1,1	-1,0	-3,5	-3,1	0,9
Reino Unido	0,8	-0,1	-0,7	-1,8	-2,4	-0,8

Fonte: OECD Quarterly National Accounts - New Release - 19/08/2009. Elaboração Própria.

Nota: *Para o Canadá, ainda não há estimativa oficial da variação do PIB no 2º trimestre de 2009.

A grande questão é o ritmo desta retomada. Nesse sentido, Marcos Cintra observa que o crescimento registrado de maio a junho é positivo em relação ao período imediatamente anterior (janeiro e março de 2009), momento ainda crítico, mas bastante negativo em relação ao mesmo período de 2008. “O ritmo da recuperação tem sido muito lento, na margem, mas positivo”, analisa. Alguns indicadores analisados pelo **Ipea** continuam apontando resultados negativos para desempenho da economia global em 2009, tais como as elevadas taxas de desemprego e dificuldades para a expansão do crédito corporativo.

Dessa forma, o ritmo de recuperação da economia global permanece incerto. Para os técnicos do **Ipea**, qualquer previsão sobre o comportamento da retomada do crescimento - se será contínua ou haverá oscilações -

é mero chute. “Ninguém tem essa resposta”, garante Marcos Cintra. Para ele, a velocidade e a forma dessa recuperação ainda não estão claras. “Do ponto de vista lógico, considerando a dimensão da intervenção, a economia global vai se recuperar. Agora, como a crise de confiança foi muito grande e a contração do crédito foi muito acentuada, as apostas são de que a recuperação será lenta e com taxas de crescimento pequenas. O emprego deve demorar a reagir, sobretudo porque as empresas realizam mudanças de processos que resultam em ganhos de produtividade. Outro fator que limita o ritmo da retomada é a existência de elevada capacidade ociosa instalada: as empresas podem ampliar a produção sem novos investimentos. É só o que dá para dizer”, afirma o técnico do **Ipea**.

Embora os empresários brasileiros reclamem da falta de uma política mais efetiva de estímulo às exportações, a visão geral do setor produtivo é de um horizonte melhor. Mas nem tanto. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) concorda que a fase aguda da crise está superada, porém desconfia das

análises que apontam o seu fim. Para Flávio Castelo Branco, gerente executivo de política econômica da CNI, ainda é preciso criar um ambiente saudável de retomada do crescimento. “É prematuro supor que a crise foi vencida porque ainda há muitos problemas a serem equacionados, como a tendência de desvalorização do dólar, atitudes protecionistas e a desregulamentação do mercado financeiro”, avalia o economista.

O setor industrial brasileiro foi bastante afetado pela crise em função da escassez de crédito e da retração do comércio mundial. As empresas de bens de capital e as exportadoras foram as que mais sofreram seus efeitos. Já as que atendem as demandas domésticas básicas sentiram menos. Segundo a CNI, a queda nas exportações é a maior preocupação no momento, principalmente pela dificuldade de recuperação das vendas externas em uma economia encolhida, em que a competição será ainda mais acirrada. “A crise foi muito profunda. Despencamos do 18º andar para o 13º e agora vamos começar a subir”, avalia Castelo Branco. Essa subida provavelmente será pelas escadas, pois a crise deixou sequelas graves, como um sistema financeiro muito desorganizado, problemas regulatórios, famílias com forte perda de renda. A boa notícia é que pelo menos o mercado de trabalho na indústria chegou a um nível de acomodação.

Crescimento Trimestral do PIB

Varição % em Relação a Igual Trimestre do Ano Anterior

	2008			2009		
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.*
OCDE-Total	2,4	1,7	0,5	-2,1	-4,7	-4,6
União Européia 2,4	1,7	0,7	-1,6	-4,7	-4,8	
Área do Euro	2,2	1,5	0,5	-1,7	-4,9	-4,7
Grupo dos 7	1,9	1,3	0,0	-2,3	-4,7	-4,6
Alemanha	2,9	2,0	0,8	-1,8	-6,7	-5,9
Canadá	1,7	0,7	0,3	-1,0	-2,1	...
Estados Unidos	2,0	1,6	0,0	-1,9	-3,3	-3,9
França	2,5	1,0	0,1	-1,6	-3,4	-2,6
Itália	0,4	-0,3	-1,3	-3,0	-6,0	-6,0
Japão	1,5	0,6	-0,3	-4,5	-8,3	-6,5
Reino Unido	2,5	1,8	0,5	-1,8	-4,9	-5,6

Fonte: OECD Quarterly National Accounts - New Realese - 19/08/2009. Elaboração Própria.

Nota: *Para o Canadá, ainda não há estimativa oficial da variação do PIB no 2º trimestre de 2009.



Lições da crise

Estudo do Fundo Monetário Internacional mostra que entre 1970 e 2007 o mundo contabilizou 124 crises bancárias sistêmicas, 208 crises cambiais e 63 episódios de não pagamento da dívida soberana, o que resulta numa média de três crises bancárias, cinco crises cambiais e quase duas moratórias por ano. As crises financeiras que recorrentemente afetam a economia mundial têm características comuns, explica Luciana Acioly.

Depois do estrago causado, a necessidade de disciplina e fiscalização fica mais que evidente. Até mesmo na percepção do governo e de algumas instituições americanas. Timothy Geithner, secretário do Tesouro americano, enviou ao Congresso em junho de 2009 uma proposta em que sinaliza algumas medidas de regulamentação. Resumidamente, a ideia é levar para a órbita das agências de regulação, sobretudo para o Federal Reserve (Fed), o banco central americano, todas as instituições e todos os ativos financeiros sistemicamente importantes. Tanto os instrumentos como as instituições financeiras ficariam subordinados a alguma instituição governamental de supervisão e regulação. O poder de

regulação e supervisão do Fed seria ampliado para monitorar quaisquer ameaças que coloquem o sistema em risco.

Outro alvo de mudanças seria o obscuro mundo dos mercados de balcão, contratos bilaterais diretos entre as instituições financeiras e os clientes, onde são negociados muitos dos novos instrumentos financeiros de altíssimo risco. Esse modelo de negócio dificulta a formação de preços, a percepção dos riscos envolvidos e até mesmo a contabilização das operações realizadas e efetivamente abertas, isto é, que envolvem riscos para o sistema. “Com os opacos mercados de balcão, no fundo, ninguém sabia o que estava com quem e

em que volume”, afirma Marcos Cintra. A proposta americana de Geithner é trazer esses ativos que são negociados entre banco e cliente para alguma câmara de compensação e liquidação, mesmo que seja uma câmara privada. Assim, a câmara se responsabiliza pela transação. “Isso diminuiria o risco implícito no sistema financeiro porque você passaria a ter uma visão melhor do mercado, quem está em que ponta e com que volume e, assim, o Fed (e/ou outros supervisores) pode dimensionar os riscos envolvidos”, acredita o técnico do Ipea. Esse modelo poderia ter contido a euforia irracional e a contaminação dos riscos por todo o sistema financeiro global

EUA	Reino Unido	Alemanha	França
<ul style="list-style-type: none"> - Compra de ativos com pouca liquidez - injeção de capital nos bancos - ajuda de US\$ 17,4 bi à GM e Chrysler - ajuda a proprietários de imóveis - subsídios às exportações 	<ul style="list-style-type: none"> - Pacote de resgate aos bancos de £ 400 bi - garantia de crédito a devedores duvidosos - compra de títulos públicos e privados - redução de impostos sobre valor agregado 	<ul style="list-style-type: none"> - Socorro de € 500 bi aos bancos - Investimentos em educação, rodovias e ferrovias - redução de impostos 	<ul style="list-style-type: none"> - Ajuda de € 8 bi ao setor automotivo - Plano de investimentos públicos e incentivos de € 6 bi até 2010 - isenção de IR para os mais pobres



América Latina

Diferentemente de outras crises, desta vez as potências econômicas sofreram impactos muito maiores do que os países emergentes. “O sistema financeiro dos países em desenvolvimento não estava carregando ativos subprimes como os bancos dos países desenvolvidos”, explica Marcos Cintra. Segundo ele, os bancos no Brasil e na América do Sul de modo geral, não tinham esses ativos e, por isso, não foram tão afetados. Nesses países, a crise atingiu com mais força quem apostou em derivativos cambiais. “A estimativa é a de que 200 empresas brasileiras, de alguma forma, sofreram com o impacto da abrupta desvalorização da taxa de câmbio desencadeada pela falência do Lehman Brothers, porque estavam comprometidas com operações de derivativos cambiais muito arriscadas”, entende Cintra.

De qualquer forma, é sempre bom lembrar que numa economia global, onde o mundo está completamente interligado no fluxo de comércio e de capitais, ninguém fica imune. “Os EUA, quer queira quer não, são o centro desse sistema. Uma vez que eles entraram em crise, vão arrastar todo mundo. E eles, saindo da crise, vão puxar todo mundo. Eles foram os primeiros a entrar e devem ser os primeiros do mundo desenvolvido a sair”, aposta Marcos Cintra. Essa leitura é compartilhada por Paul Krugman, prêmio Nobel de economia. Para o economista, não existe aproximação entre a origem da crise e a América Latina, que acabou sendo afetada pela redução do comércio mundial e das exportações. “O que vai recuperar a economia mundial é a recuperação dos grandes países definitivamente”, conclui Krugman.

Dentre os latino-americanos, o México é o mais encrencado. Sua estrutura econômica muito atrelada à América do Norte, via NAFTA (North America Free Trade Agreement), o declínio no preço e nas vendas de petróleo e ainda a epidemia de gripe A, fizeram com que a economia mexicana fosse afetada muito intensamente. O baque realmente foi enorme. O PIB mexicano encolheu 10,3% entre abril e junho de 2009, comparado ao mesmo período do ano passado. Os outros países adotaram medidas de combate à crise dentro dos limites permitidos pelos seus cofres e a tendência também é de recuperação. ¹¹

na primeira década do século XXI.

Ainda há muita resistência às alterações na regulação e supervisão do mercado financeiro na maior e mais liberal economia do mundo. Mas alguns grandes bancos já sinalizaram o apoio a essas câmaras, porque eles perceberam o elevado nível de risco implícito no sistema de balcão. O Ipea acredita que, se esse tipo de regulamentação passar nos EUA, dado o papel que desempenham no sistema financeiro global, provavelmente outros mercados fariam o mesmo, o que seria um avanço importante, uma forma de aperfeiçoar o sistema e evitar um novo colapso no futuro imediato.

Japão	Rússia	China	Brasil	Índia
<ul style="list-style-type: none"> - Empréstimo de US\$ 5 bi das reservas externas para empresas transnacionais - pacote de US\$ 254 bi para habitação, geração de emprego e apoio às pequenas e médias empresas 	<ul style="list-style-type: none"> - Socorro de US\$ 86 bi a instituições financeiras - Provisão de US\$ 50 bi para bancos e empresas refinanciarem dívidas - Aumento das tarifas sobre importações - revisões de acordos de comércio para entrada na OMC 	<ul style="list-style-type: none"> - Pacote de US\$ 586 bi para habitação, transporta público e infra-estrutura rural - Aplicação de US\$ 1,32 bi no setor social - Incentivo a compra automóveis e eletrodomésticos 	<ul style="list-style-type: none"> - Redução de impostos para compra de automóveis e eletrodomésticos - aumento do salário mínimo - autorização para bancos oficiais adquirirem instituições financeiras em dificuldade - criação do Fundo Garantidor de crédito 	<ul style="list-style-type: none"> - Injeção de US\$ 4 bi no setor têxtil e de infra-estrutura - redução do imposto sobre valor agregado - redução das exigências de depósito compulsório

Previdência e reforma

Entrevista: Sergio Cesaratto

Sistemas de previdência e pensões, seus aspectos macroeconômicos e recentes propostas de reforma foram os tópicos abordados pelo professor italiano Sergio Cesaratto, da Universidade de Siena, durante curso ministrado no Ipea, nos dias 31 de agosto e 1º de setembro, no Rio de Janeiro. Ele fez a palestra inaugural do programa de Cátedras Internacionais, do Centro Celso Furtado, que visa trazer ao Brasil acadêmicos de reconhecida contribuição em suas áreas de expertise para estimular o debate e a difusão de temas ligados ao desenvolvimento econômico. Veja a seguir os principais trechos da entrevista de Sergio Cesaratto, autor, entre outros livros, de *Pension Reform and Economic Theory - A Non-Orthodox Analysis*, à *Desafios do Desenvolvimento*:

Desafios - Qual a distinção entre encarar o sistema de previdência como um seguro para o trabalhador ou uma política pública de bem-estar social?

Cesaratto - Na Itália e, eu suponho, no Brasil, há uma distinção entre seguro social e welfare no sistema público de previdência. O primeiro se aplica aos indivíduos que contribuíram regularmente para o sistema, enquanto o último concerne àqueles sem contribuição regular, ou mesmo sem nenhuma contribuição. A previdência pública é

organizada como um sistema de contribuição: os elementos ativos dentro da população transferem parte do seu produto para os idosos, que estão aposentados. Nesse sentido, um sistema de contribuição é um esquema infratemporal. É claro que se você pede às pessoas que contribuam com um sistema de previdência, você tem que prometer algo a elas. Assim existe um componente que é intertemporal no sistema de contribuição, isto é, existem regras intertemporais. Nesse sen-

tido, o componente de seguro social de um sistema de contribuição pode, aproximadamente, parecer com um seguro privado para a velhice (uma semelhança no sentido estrito é encontrada no chamado esquema de Contribuição Definida Nacional adotado na Suécia e Itália). O componente de welfare está mais sujeito ao clima político dominante. Mas não se deve esquecer que mesmo o componente de seguro social está sujeito ao ambiente político: as regras intertemporais podem sempre ser mudadas. A ficção do seguro tem também um papel ideológico importante: ela mostra que os trabalhadores pagam por suas pensões. Assim, a ficção do seguro é defendida tanto por adeptos do livre mercado quanto por trabalhadores sindicalizados.

Desafios - Quais seriam os principais efeitos positivos da reforma da previdência, de sistemas de repartição para sistemas de contribuição definida ou de capitalização, de acordo com a visão teórica dominante?

Cesaratto - Contribuição definida é um termo genérico que indica que a pensão





que se recebe está estritamente relacionada ao valor efetivo da contribuição que foi acumulada por cada indivíduo. É dessa forma, é claro, que sistemas privados (de capitalização plena) funcionam. A adoção de esquemas de contribuição definida nocional tem implicado cortes significativos nas aposentadorias da classe média. O esquema anterior de “benefícios definidos”, no qual a aposentadoria era uma porcentagem dada do último salário, era vantajoso para indivíduos com carreiras ascendentes (na Itália, até 1992, todos os oficiais de marinha eram promovidos a almirantes no último dia de sua carreira para obterem uma aposentadoria máxima). É fácil mostrar que em tal sistema parte das contribuições dos operários financia a classe média. Em um esquema de contribuição definida nocional, as aposentadorias são automaticamente reduzidas quando a expectativa de vida se eleva, implicando reduções também das aposentadorias dos operários. É uma forma mecânica de alcançar mais equidade nos esquemas públicos e de manter os gastos com aposentadoria “sob controle”,

com uma preocupação muito pequena dos impactos sociais de tal tipo de reforma. Eu entendo que o Brasil também tem seguido tal caminho.

Desafios – Quais seriam as implicações destas reformas quando se adota um ponto de vista teórico alternativo?

Cesaratto – Bem, têm ocorrido dois tipos de reformas. Em 1994 o Banco Mundial patrocinou a adoção de sistemas privados de capitalização total, reduzindo o papel do sistema de contribuição. As dificuldades decorrentes de tais reformas levaram alguns países, e também o próprio Banco Mundial, a apoiar as chamadas reformas paramétricas, que buscam tornar os sistemas de contribuição mais sustentáveis financeiramente. Itália, Suécia e Brasil se moveram nessa direção. A pergunta é se o sistema se tornou menos sustentável socialmente.

Desafios – Quais seriam as principais lições das reformas já realizadas em diversos países?


Cesaratto – Na Itália, a reforma para um sistema de CDN trouxe uma estabilização do gasto com aposentadorias como proporção do PIB nas próximas décadas (não considerando as consequências da crise atual). Para lidar com o impacto social negativo futuro da reforma (futuro porque a geração atual de trabalhadores aposentados não foi atingida), governos tanto de esquerda como de direita têm proposto o reforço do sistema de capitalização, bastante frágil na Itália. Isso é fácil de falar, mas difícil de fazer. Pode-se dizer que, em linhas gerais, essa reforma fracassou.

Desafios – Quais seriam os problemas na transição de um sistema de contribuição para um de capitalização?

Cesaratto – Nos anos 1990, “experts em previdência” sugeriram a transferência de parte das receitas do sistema de contribuição para os fundos de pensão. Mas, nesses casos, como os governos poderiam financiar o pagamento das apo-

sentadorias correntes? Os trabalhadores poderiam ser tributados, mas estariam sujeitos a uma carga dupla: contribuição para o fundo de pensão e novos impostos para cobrir o pagamento de aposentadorias correntes. Outra alternativa seria o endividamento público. À primeira vista, estes títulos seriam adquiridos pelos fundos de pensão. Logo, os trabalhadores, em vez de financiar as aposentadorias com seus pagamentos a um sistema de contribuição, fariam isto através de um fundo de pensão. Assim, o único ganhador líquido em tal situação seria o setor financeiro privado que gerencia os fundos de pensão.

Desafios – O fenômeno do envelhecimento implica necessariamente uma crise econômica iminente? Reformas, como propostas pelos economistas ortodoxos, podem ter efeito para minorar crises supostamente inevitáveis?

Cesaratto – Deve-se lembrar que o envelhecimento é resultado de um processo secular de estabilização da população humana e de uma expectativa de vida mais elevada, ambos, fatos positivos. Eu não acho que haverá um problema de escassez de mão-de-obra nos países emergentes, que ainda possuem um grande contingente de população rural ou subempregada. O fato de que nos países desenvolvidos tenha começado uma campanha ideológica (tendo na revista *The Economist* um vetor importante), no sentido de acabar com a aposentadoria (ou limitá-la para o último dia da vida de uma pessoa), pode mostrar que os capitalistas temem a redução do exército industrial de reserva e um fardo crescente resultante da manutenção da população idosa. Não devemos esquecer que, neste sentido, esse fardo é uma questão de distribuição de renda e que, de acordo com a abordagem clássica, não há regras naturais que governam tal distribuição. 

Colaboração Denise Gentil e Carlos Pinkusfeld, do Ipea

Parceria com o Fed Atlanta

Durante acordo entre o Ipea e o banco central norte-americano, o vice-presidente do Federal Reserve estimou que os EUA precisarão de quatro anos para recuperar os empregos perdidos

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Federal Reserve Bank, de Atlanta, fecharam, no mês passado, acordo de cooperação para o desenvolvimento de pesquisas nas áreas de macroeconomia, bancos regionais, bancarização e impacto econômico da migração. Posteriormente, outros temas poderão ser incluídos no acordo, que foi firmado por meio do Centro das Américas, vinculado ao Banco Central dos Estados Unidos, o Federal Reserve. A iniciativa se enquadra na estratégia do Ipea de ampliar a cooperação com outras instituições mundiais. Na ocasião, o presidente do Ipea, Marcio Pochmann, lembrou que o instituto mantém acordos com diversos organismos de pesquisas e países, mas este é o primeiro acordo com uma instituição financeira.

“O Centro das Américas concentra uma série de atividades, como conferências de pesquisa, análise de tendências econômicas, assistência técnica e acesso público à educação”, explicou Stephen Kay, coordenador do Centro. O memorando de cooperação foi assinado por Pochmann e David Altig, vice-presidente sênior e diretor de pesquisa do FED de Atlanta. “Estamos entusiasmados com a parceria. É uma iniciativa estratégica”, afirmou Altig, que

proferiu a palestra *Is it over yet?* (“Será que já acabou?”) no auditório do Ipea em Brasília. Em sua exposição, ele disse que “parece” que a crise acabou.

Pela previsão do vice-presidente do FED, a economia dos Estados Unidos terá crescimento positivo no terceiro trimestre, embora a situação ainda seja delicada. As vendas ao consumidor, por exemplo, “não estão indo bem, mas não estão piorando”. A produção, segundo ele, dá sinais de recuperação e reversão de tendência. Já o emprego continua no fundo do poço, e é “improvável” que volte a se recuperar em breve.

“A realidade do emprego pode ser pior, pois muitos postos em tempo integral se transformaram agora em tempo parcial. Em relação à quantidade de pessoas que trabalham em tempo parcial e gostariam de atuar em tempo integral, esse número está muito acima do registrado em qualquer outra recessão depois da 2ª Guerra Mundial”, disse. Nas crises anteriores, o país demorou a recuperar os empregos perdidos. Em 2001, por exemplo, foram necessários quatro anos. Na atual crise, segundo ele, a expectativa é que a recuperação se prolongue por período semelhante.

Com base em dados de crises anteriores,



Altig prevê demora na recuperação do emprego

David Altig afirmou que as recessões normalmente são seguidas por períodos de crescimento rápido: “Quanto mais forte a recessão, maior a recuperação”. Desta vez, porém, há um novo fator, o comportamento das famílias norte-americanas. A tendência, afirmou ele, é que os americanos passem a poupar mais e sejam mais cautelosos no consumo, até superar o trauma da crise. “É improvável que as famílias voltem a se comportar como antes”, comentou.

Além disso, o crédito bancário continuará restrito. “Estamos num momento de repensar o mercado financeiro”. Os bancos ainda estão tentando gerenciar os ativos podres. Ele destacou ainda que a dívida pública deve subir de 40% para 70% do Produto Interno Bruto (PIB): “Esse crescimento não é coerente com a estabilização”.

Necessidade comum de reduzir a pobreza



Países mostram avanços em seminário realizado pelo Ipea, que reuniu autoridades brasileiras e do país asiático para discutir programas e iniciativas dos dois governos na promoção e proteção social

O combate à pobreza, reduzindo-a ao mínimo aceitável, é um objetivo comum entre o Brasil e a China. É a condição “para que possam alcançar um patamar de países mais iguais, com o status de desenvolvimento que desejamos”, resumiu Mário Theodoro, diretor de Cooperação e Desenvolvimento (Dicod) do **Ipea**, na abertura do Seminário Internacional China-Brasil: Compartilhando Experiências em Proteção Social. O encontro, promovido pelo Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG), órgão ligado às Nações Unidas, reuniu autoridades dos dois países para discutir programas e iniciativas governamentais para promoção e proteção social.

Nos últimos anos, os dois países têm reduzido a pobreza em seus territórios, mas o problema ainda é muito grave. De acordo com Maristela Baioni, assistente do Programa da ONU para o Desenvolvimento (Pnud) no Brasil, “as experiências brasileiras têm apresentado resultados importantes na redução da pobreza”. Ela ressaltou que a rede de proteção social do Brasil conta com programas complementares, como o Bolsa Família e os destinados a jovens e idosos. “O país está buscando uma combinação de ações que olhem

a pessoas em suas faixas etárias”, comentou. As políticas, lembrou, estão organizadas sob o princípio da democracia, com participação social e descentralização.

A China também tem apresentado bons resultados, com crescimento econômico e redução da pobreza, destacou Maristela Baioni. “Não há proteção social sem crescimento econômico”. Cui Guozhu, chefe da delegação chinesa, afirmou que “aperfeiçoar o sistema de proteção social é muito importante para garantir o crescimento sustentado da economia”. Segundo ele, a China está trabalhando para levar renda básica e assistência médica à população rural. Liu Qiu, diretor do Escritório para o Alívio da Pobreza e Desenvolvimento da Província de Anhui (China), informou: “Os pobres da China representavam 75% da população pobre dos países em desenvolvimento em 1980. De 1990 a 2002, a população chinesa que saiu da pobreza representa 90% do total mundial”. Entretanto, segundo ele, anualmente 10% da população com registro de melhoria no padrão de vida volta à miséria. Mesmo diante dos desafios, como desastres naturais e as desigualdades mais patentes em algumas regiões, o Partido Comunista Chinês mantém a meta de eliminar a miséria no país até 2020.

Liu Junwen, diretor-geral adjunto do Escritório para o Alívio da Pobreza e Desenvolvimento do Conselho do Estado da China, expôs detalhes do sistema de proteção social chinês. Ele revelou como é o sistema de aposentadoria (15 anos de contribuição para receber o benefício básico), de seguro-desemprego e de assistência médica nas cidades, entre outros programas - que incluem ainda a assistência para pessoas atingidas por desastre natural.

No Brasil, a proteção e a promoção social integram a rede de proteção social, sob o guarda-chuva da seguridade social. Jorge Abrahão, diretor de Estudos Sociais (Disoc) do **Ipea**, falou da importância da previdência e do seguro-desemprego e das políticas para promover a igualdade racial. “O sistema de proteção social do Brasil acaba sendo responsável por mover um quarto da economia nacional. De 1990 para cá, tem abarcado cerca de 22% do PIB em gastos diretos”, afirmou. Mesmo assim, a realidade ainda é muito desfavorável: no Distrito Federal, com o maior Índice de Desenvolvimento Humano do país, 20% da população ganha menos de meio salário mínimo, afirmou Eliana Pedrosa, secretária de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do Distrito Federal.



Radar

Sinal de estabilidade no segmento de máquinas e equipamentos

A terceira edição do boletim Radar - Tecnologia, Produção e Comércio Exterior, divulgada em agosto pelo **Ipea**, indica que o consumo de máquinas e equipamentos alcançou certa estabilidade, superando a fase mais difícil da crise. Fernanda de Negri, diretora-adjunta de Estudos Setoriais do **Ipea**, lembra que a taxa de investimento caiu bruscamente no terceiro trimestre de 2008 (18,6%) e no primeiro trimestre de 2009 (14,6%). Agora, porém, o setor dá “sinais de estabilidade”. Estudos de Divonzir Arthur Gusso e Luiz Dias Bahia, técnicos de planejamento e pesquisa do **Ipea**, mostram que os primeiros setores a se recuperar normalmente são os de bens de consumo duráveis e de bens de capital. “Isso aconteceu em 1999 e 2000 e também entre 2003 e 2004. Parece ser um padrão que se repete nos momentos de redução da atividade econômica brasileira”, comenta

Fernanda De Negri.

Por enquanto, a situação é de estabilidade. “O segmento de máquinas e equipamentos foi um dos mais prejudicados pela crise internacional, e enfrenta dificuldade para recuperar a escala produtiva precíse”, escreve Bruno Sérgio Araújo, técnico de planejamento e pesquisa do **Ipea**, no Radar. O temor, ressalta ele, é que a retração do investimento reduza a competitividade das empresas brasileiras.

“O impacto da crise no setor de bens de capital é preocupante do ponto de vista de como será a retomada da economia brasileira, se ocorrerá de maneira suficientemente competitiva, capaz de difundir progresso técnico para o restante da economia nacional”, pondera Fernanda de Negri.

Para Divonzir Gusso e Luiz Bahia, ainda não há certeza de uma retomada vigorosa da economia. Houve a dissipa-

ção do quadro de incerteza e a recomposição dos estoques. “Contudo, uma retomada de crescimento mais sustentada, estrutural, passa certamente por dois eventos: uma recomposição da fluidez das cadeias produtivas, já que, para frente e para trás, todos frearam abruptamente a produção, e a retomada das exportações de manufaturados”, afirmam.

Outro assunto tratado no Radar é o da ciência, tecnologia e inovação como ferramentas para uma melhor inserção da economia nacional. Luís Felipe Giesteira e José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho, técnicos de planejamento e pesquisa do **Ipea**, afirmam que se o Estado não cumprir sua função de “organizar o ambiente institucional promotor do desenvolvimento tecnológico, a aprendizagem empresarial pode ser letárgica”. Eles defendem um esforço de empresas e instituições de pesquisa para aumentar a inovação.

Oportunidade para pensar um sistema mais justo

Uma crise do tamanho da iniciada em setembro do ano passado pode trazer muitas mudanças e oportunidades, inclusive o estabelecimento de novos modelos de desenvolvimento. Pensar esses modelos torna-se tarefa premente para os governos e a sociedade civil. Essa urgência permeou o seminário *Crise como oportunidade*, realizado em agosto na sede do **Ipea** em Brasília. Participaram como palestrantes Ladislau Dowbor, professor de economia e administração da PUC-SP, Paul Singer, titular da Secretaria Nacional de Economia Solidária, ligada ao Ministério do Trabalho, e Silvio Caccia Bava, coordenador-executivo do Instituto Pólis e editor do *Le Monde Diplomatique Brasil*.

Singer afirmou que a crise proporcionou uma “grande oportunidade”. “Todos os governos do mundo simplesmente jogaram fora os ensinamentos da ortodoxia neoliberal e tiraram Keynes da naftalina. Isso significa aumentar o gasto público e o crédito o máximo possível”, disse. Segundo o secretário, o Brasil passou de maneira mais fácil pela turbulência por ter quase metade de seu sistema bancário nas mãos do governo federal.

Singer considera que a crise foi superada apenas do ponto de vista financeiro, não na perspectiva social. “A crise definitivamente sacudiu o que era a ortodoxia mundial do neoliberalismo e o enfraquecimento dos estados nacionais, a globalização imposta. A oportunidade que ela nos oferece é de uma outra agenda de prioridades”, completou. Segundo ele, a agenda anterior, dos “homens de negócios”, tinha como prioridades o controle inflacionário e o equilíbrio fiscal. Agora, ganham relevância a agenda ecológica e a redução das diferenças econômicas e sociais.

Para Ladislau Dowbor, o problema atual não é tanto a produção, mas a melhoria da governança do sistema para que todos tenham um mínimo de qualidade de vida. Dowbor apresentou um gráfico de megatendências sobre população, PIB, espécies em extinção, uso de água, entre outros itens, todos convergindo para uma escalada sem precedentes desde o começo do século passado. “Estamos destruindo

do planeta por um sistema que beneficia um terço da população (...) Estruturalmente, estamos amarrados em um processo de desigualdade e destruição ambiental”, afirmou, lembrando que 82,7% da produção mundial é consumida por apenas 20% da humanidade.

82,7%
da produção mundial é
consumida por apenas
20%
da humanidade.

Segundo ele, a população mundial se comporta como gafanhotos, mas os recursos naturais são finitos. Da mesma forma, não dá para expandir indefinidamente a produção e o consumo. Ele ressaltou ainda que o crescimento do PIB não resulta em melhor satisfação de vida da população: nos Estados Unidos, caíram os indicadores de satisfação enquanto o PIB crescia. Dowbor argumentou ainda que a produção mundial atual é suficiente para a população do planeta. “Nada será legitimamente seu enquanto houver alguém em necessidade”, ensinou.


Depois que Singer citou uma volta ao keynesianismo, Caccia Bava levantou dúvidas sobre a possibilidade de a crise erguer uma “social-democracia global”, um retorno completo às premissas de Keynes. “Começo a achar que não, pois não vejo atores sociais pressionando por essas posições, por uma agenda mais aberta de alternativas políticas”, afirmou. “Então, provavelmente, vamos continuar tendo uma sequência de crises, com mais concentração de poder no sistema financeiro.” O seminário foi mediado pelo assessor da Presidência do **Ipea** Milko Matijascic.

Melhora qualidade do desenvolvimento

O Índice de Qualidade do Desenvolvimento (IQD) referente a maio teve evolução positiva, o que comprova a trajetória de melhoria observada desde março. Embora ainda permaneça na zona de instabilidade, o índice calculado pelo **Ipea** subiu mais de cinco pontos entre abril e maio, chegando a 232,52. Para o país atingir uma qualidade de desenvolvimento considerada “boa”, é preciso passar dos 300 pontos.

Dentre os três subíndices que compõem o IQD, o que mais colaborou para o desempenho observado em maio foi o Índice de Qualidade do Bem-Estar (305 pontos). Esse bom resultado se explica pela queda de 1,1% no desemprego, pelo aumento de 0,5% do número de pessoas com rendimento superior a R\$ 1.660,00, e pela diminuição de 1,1% do Índice de Gini.

Já o Índice de Qualidade do Crescimento, que em abril havia registrado 200,92, evoluiu no mês seguinte para 201,59. O terceiro subíndice, o de Qualidade da Inserção Externa, passou da classificação “ruim” para a “instável”, de 195,95 pontos em abril para 202,70 em maio. Essa melhoria, de acordo com o boletim, é justificada pela evolução nas reservas internacionais e a variação dessazonalizada de -1,2% na renda líquida enviada ao exterior.

Embora ainda esteja longe do patamar alcançado em novembro de 2007, antes da crise internacional (334,20 pontos), o IQD dá demonstrações claras de que as condições de desenvolvimento reagem à turbulência econômica nos países ricos. O índice é calculado todos os meses, e as fontes utilizadas para sua elaboração foram o IBGE, o Banco Central, a FGV, o Inpe e o próprio **Ipea**. 

Ernesto Silva

Joanna Gonçalves



Um monumento da capital

Médico integrou comissão que definiu a localização da Nova Capital e ajudou a implantar sistema de saúde de Brasília

Pedro Barreto - de Brasília

A história da capital federal se enlaça com a vida de um de seus principais idealizadores: Ernesto Silva, 95 anos, viu Brasília nascer. Acompanhou os primeiros passos da cidade e, com um olhar atento e uma dedicação única, foi ensinando a ela o caminho mais fácil para sorrir. Hoje, demonstra carinho incomum pelas superquadras, ruas e moradores da cidade que resolveu adotar para si. Ernesto Silva é uma espécie de monumento vivo, daqueles que todos deveriam ter a chance de admirar de perto. Como ele se define, “um militar por obrigação, médico por vocação, urbanista por devoção”.

Em 17 de setembro de 1914, numa modesta casa na Rua Pereira Nunes, bairro de Vila Isabel, no Rio de Janeiro, nasceu Ernesto Silva. Desde pequeno, o sonho era ser médico. A família não tinha dinheiro, e o primeiro diploma foi em Ciências e Letras, em 1933. Três anos depois, a entrada no Exército acabou possibilitando que ele estudasse Veterinária. Depois de cinco anos, Ernesto juntou dinheiro para iniciar a faculdade de Medicina, na Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro.

A área escolhida foi pediatria. Ele viajou por diferentes países para estágios e especializações e é autor de vários trabalhos científicos. Quando a área de saúde da nova Capital começou ser estruturada, Ernesto foi um dos escolhidos para ficar à frente do projeto. “Conseguimos um grande resultado. No Hospital de Base, primeiro da cidade, todo o material era de nível internacional, certamente um dos três melhores hospitais do país. Lembro de rodar várias capitais explicando aos médicos como o trabalho estava sendo desenvolvido, para incentivá-los a vir para Brasília”, conta.

Após ser membro titular do Conselho Diretor da Fundação Hospitalar do Distrito Federal (DF), entre 1960 e 1961, ele ocupou cargos no Hospital de Base e no Hospital Regional da Asa Sul, além de ter coordenado diversos programas na Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Foi presidente da Sociedade de Pediatria e da Associação

Médica de Brasília. Mais recentemente, mesmo após a aposentadoria, em 1982, foi convidado para fazer parte da Comissão de Reestruturação do Sistema de Saúde de Brasília, entre 1985 e 1989.

Ernesto Silva participou de inúmeros congressos e seminários no Brasil e no exterior. Quando a memória tenta buscar o número de países já visitados, fica

“Cada quadra com uma escola, a cada quatro quadras, uma escola parque, comércio próximo, área verde em volta dos blocos para fazer sorrir o dia-a-dia dos habitantes. Se para a Unesco é um patrimônio, para nós moradores não pode ser diferente”

Ernesto Silva

explicado porque a residência é repleta de porta-retratos. Ele enumera 52 países, mas ouvindo as histórias e lendo seu currículo, não impressionaria se fosse um pouco mais. E a maioria não foi por turismo, mesmo os mais distantes, como Senegal, Marrocos e China. “Ainda vou muito ao Rio de Janeiro, mas meu lugar mesmo é aqui em Brasília. Carinho especial? Ah, eu diria Paris, França. É fácil se sentir bem por lá”.

A CAPITAL – Quando Getúlio Vargas morreu, em agosto de 1954, quem assumiu a Presidência da República foi Café Filho, amigo de Ernesto. Um mês depois, ele chamou o médico para ser o secretário da Comissão de Localização da Nova Capital. O presidente da comissão era o Marechal José Pessoa, também grande amigo de Ernesto. Em fevereiro de 1955, eles foram até a área

onde hoje é Planaltina de Goiás. De lá, andaram de carro por mais de quatro horas pelo cerrado. Chegaram ao ponto mais alto do Sítio Castanho, onde hoje é o Memorial JK, área central de Brasília.

“Era a pedra fundamental da nova capital. Foram feitos laudos técnicos, de solo, clima, tudo, uma grande preparação. Quando o presidente Juscelino Kubitschek assumiu, o desenho da capital já era mais que um esboço e dois nomes merecem ser lembrados, o do Marechal José Pessoa e o do governador de Goiás, José Ludovico de Almeida. Foram de enorme importância para que tudo saísse conforme o planejado”, conta Ernesto Silva. Parte dessa trajetória é contada em um de seus livros, História de Brasília, publicado em 1970. Outra obra está sendo preparada em comemoração aos 50 anos da capital, em abril de 2010.

O olhar se perde ao relembrar encontros e conversas com nomes que marcaram a vida de Brasília, como Oscar Niemeyer, Athos Bulcão, Israel Pinheiro, Anísio Teixeira. Ernesto Silva respira fundo. Após um gole d'água, o saudosismo chega primeiro que as palavras. Mirando a janela, ele vai montando a biografia de um de seus filhos mais queridos. “Cada quadra com uma escola, a cada quatro quadras, uma escola parque, comércio próximo, área verde em volta dos blocos para fazer sorrir o dia-a-dia dos habitantes. Se para a Unesco é um patrimônio, para nós moradores não pode ser diferente”.

Hoje em seu quarto casamento, Ernesto Silva também é presidente da Aliança Francesa e da Associação dos Candangos Pioneiros, além de membro de várias entidades ligadas à saúde, educação e cultura do DF. Nem pensa em parar de contribuir para que a capital federal tenha uma vida adulta segura e feliz. “Tu te tornas responsável por aquilo que cativas, não é? Meu lazer é trabalhar, ajudar para que Brasília cresça com respeito a todos os cidadãos. Sem atividade eu fico chato, até me pergunto se pararam de se importar comigo”, diz ele, rindo da brincadeira. **1**

RETRATOS

Rede Ferroviária, um patrimônio cultural

Diversos órgãos trabalham na preservação da memória da extinta RFFSA. O Iphan cuida também da difusão da memória ferroviária, por meio de museus, bibliotecas, arquivos, coleções e acervos, conservação e restauração de prédios, monumentos, logradouros e sítios

Suelen Menezes - de Brasília



A melhor maneira de resguardar o patrimônio nacional é trabalhar a preservação dentro de um contexto de desenvolvimento local. É com essa ideia que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) vem administrando o patrimônio cultural ferroviário brasileiro.

“Trabalhar a preservação do patrimônio é trabalhar desenvolvimento. Não é simplesmente preservar um conjunto de estações ferroviárias. O município tem que dar um bom uso para esses imóveis. Preferencialmente, esse uso tem de estar ligado a algum tipo de desenvolvimento para o município. Melhor ainda se for para a região. Desenvolvimento é uma prerrogativa do trabalho do Iphan”, afirma José Rodrigues Cavalcanti Neto, coordenador técnico do patrimônio ferroviário do Iphan.

Cavalcanti ressalta que o trabalho do Iphan está diretamente relacionado à identidade dos lugares, suas histórias, tradições, comidas, hábitos, praças, ruas e edifícios. “A preservação do patrimônio tem de ser trabalhada dentro dessa ótica. O patrimônio ferroviário faz parte da identidade de muitas cidades brasileiras. O trem está no imaginário do brasileiro e a preservação deve caminhar no sentido dar continuidade a esse interesse”, afirma.

Em 2007, com a extinção da Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), o patrimônio ferroviário passou a ser tratado por um conjunto de instituições governamentais. Constituído por grande quantidade de bens de diferentes naturezas e de relevante importância, esse imenso acervo ficou sob a responsabilidade do Ministério dos Transportes, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), e do Iphan. A essas instituições foi legada uma atribuição comum: a destinação de todo o sistema ferroviário nacional advindo da extinta RFFSA.

Com a Lei 11.483/2007, o Iphan tornou-se responsável por receber e administrar os bens móveis e imóveis de valor histórico, artístico, cultural, científico, ambiental e paisagístico.

“O alcance é maior do que simplesmente preservar um grupo de estações com valor histórico.

Isso implica olhar esse patrimônio com uma maior abrangência, o que já está sendo feito pelo Iphan, quando se procura estabelecer a relação do patrimônio imaterial com o material”

RFFSA, bem como zelar pela sua guarda e manutenção. Quando o bem for classificado como operacional, o Instituto deverá garantir seu compartilhamento para uso ferroviário. Um dos pontos mais importantes que ficou a cargo do Iphan foi a preservação e a difusão da memória ferroviária, por meio da construção, formação, organização, manutenção, ampliação e equipamento de museus, bibliotecas, arquivos e outras organizações culturais, bem como de suas coleções e acervos; conservação e restauração de prédios, monumentos, logradouros, sítios e demais espaços oriundos da extinta RFFSA.

“Diante dessa responsabilidade o primeiro passo do Iphan foi conhecer esse universo, realizando um mapeamento de varredura para estabelecer as melhores estratégias para dar o destino adequado a esses bens. A RFFSA tinha uma planilha em que constavam mais de 50 mil imóveis. As superintendências do Iphan, em colaboração com as estações, fizeram esse levantamento de todos os imóveis para ter um panorama geral dos bens. Sobre isso já foi concluído, mas em outros, como São Paulo, foram contabilizados

1,8 mil imóveis, mas esse número não está fechado. Nessa varredura também estamos colhendo informações sobre os bens móveis”, informa Cavalcanti. Até o fim do ano, o Iphan pretende, por meio de um convênio com a Universidade de Brasília (UnB), sistematizar e tabular as informações coletadas, tendo como resultado um banco de dados georreferenciado.

Ao usar o termo memória ferroviária, a Iphan traz uma ampla responsabilidade para o Iphan. “O alcance é maior do que simplesmente preservar um grupo de estações com valor histórico. Isso implica olhar esse patrimônio com uma maior abrangência, o que já está sendo feito pelo Iphan, quando se procura estabelecer a relação do patrimônio imaterial com o material”, ressalta Cavalcanti. O patrimônio material é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro Livros Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. O patrimônio imaterial



abrange as mais variadas manifestações populares que contribuem para a formação da identidade cultural de um povo.


Cavalcanti explica que o patrimônio ferroviário é ligado a uma categoria de estudos que se chama patrimônio industrial. “É um olhar diferente. Você não preserva o patrimônio industrial, ou no caso o ferroviário, pela monumentalidade ou singularidade. Não é só isso que dá valor ao patrimônio”, diz. A carta de Nizhny Tagil, do The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (Comissão Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial), é utilizada pelos técnicos do Iphan como baliza para a análise do patrimônio ferroviário.

“O patrimônio industrial representa o testemunho de atividades que tiveram e que ainda têm profundas consequências históricas. As razões que justificam a proteção do patrimônio industrial decorrem essencialmente do valor universal daquela característica, e não da singularidade de quaisquer sítios excepcionais. O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico.

Esses vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais

de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação.” (Carta de Nizhny Tagil, Rússia, 2003).

Cavalcanti explica que o Iphan tem discutido com a sociedade civil e órgãos públicos a responsabilidade compartilhada na preservação do patrimônio ferroviário. Em junho de 2009, foi organizado o I Seminário Nacional sobre o Patrimônio Cultural Ferroviário Brasileiro, em Belo Horizonte 0 (MG), com o objetivo de estabelecer um amplo fórum de discussão a respeito das atribuições, ações e objetivos das instituições envolvidas com o tema da memória ferroviária nacional.

“A sociedade como um todo tem que querer preservar o seu patrimônio. É uma premissa do nosso trabalho, principalmente durante esse processo de investigação. Se uma prefeitura manifestar interesse por uma estação, se pretende dar um uso cultural ou outro que vá promover a preservação e disseminação da cultura ferroviária, vai nos ajudar na questão da memória ferroviária. Se o município tem esse comprometimento, o Iphan tem trabalhado para fazer a cessão desse imóvel ao município”, explica Cavalcanti. 



Finep

Apoio a tecnologias sociais

A Finep, agência de inovação do Ministério da Ciência e Tecnologia, fez, neste ano, três chamadas públicas para o desenvolvimento de tecnologias sociais no Brasil. Elas se destinam às áreas de inclusão digital (R\$ 30 milhões), de saneamento e habitação de interesse social (R\$ 35 milhões), e incubadoras de cooperativas de empreendimentos populares.

A Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social e a Superintendência de Tecnologias para o Desenvolvimento Social da Finep buscam desenvolver tecnologias para aplicação na área social, inclusão digital e economia solidária.

Inovação

Compromisso da indústria

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) lançou no mês passado, durante o 3º Congresso Brasileiro de Inovação na Indústria, o Manifesto pela Inovação nas Empresas, com a meta de duplicar o número de empresas que investem em inovação, em quatro anos. Atualmente, segundo a entidade, apenas seis mil empresas

investem em pesquisa e 30 mil incorporam inovações em seus produtos e processos. “Mobilizaremos nossos melhores recursos para cumpri-la (a meta). Vamos disseminar a cultura da inovação, impregná-la na indústria, mostrar que o futuro depende de nossa capacidade de inovar”, afirma o manifesto.

A ação compreende núcleos

de inovação em todas as federações das indústrias, e o envolvimento de diversas instituições, como o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). O documento reafirma a importância da agregação de qualidade, incorporação de tecnologia e inovação como requisito para uma economia competitiva.

Inovação 2

IBGE inicia pesquisa com empresas

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) iniciou a coleta de dados para a quarta edição da Pesquisa de Inovação Tecnológica (Pintec). Serão ouvidas 16 mil empresas brasileiras sobre iniciativas inovadoras no período de 2006 a 2008. A Pintec será concluída no próximo ano. A pesquisa, feita com apoio da Finep, tem como objetivo traçar um diagnóstico

da inovação no Brasil, que servirá de base para a elaboração de políticas públicas. “O governo utiliza a Pintec como uma referência para os indicadores de inovação e de P&D [Pesquisa & Desenvolvimento]”, explica Fernanda Vilhena, responsável pela pesquisa.

A Pintec investiga se as empresas lançaram produtos novos no mercado (com uma tecnolo-

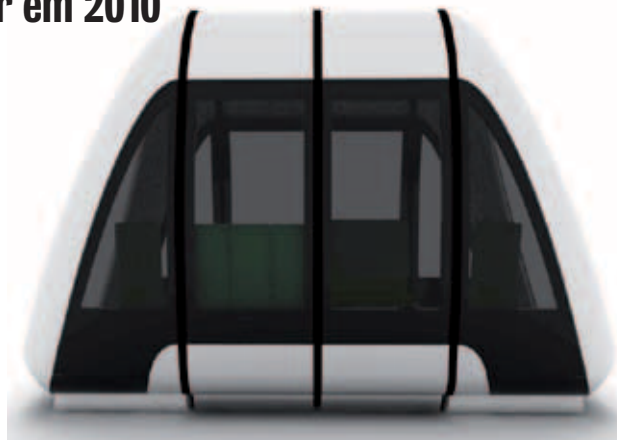
gia inovadora) ou se utilizaram processos novos na produção. As questões incluem também os gastos efetuados no esforço inovador, pessoal ocupado em P&D, impactos da inovação, além de fontes de financiamento públicas e privadas; formas de proteção, como registro de patentes; cooperação e parceria; e obstáculos enfrentados no processo inovador.

Levitação

Trem MagLev deve começar a funcionar em 2010

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) promete colocar em funcionamento, até março de 2010, o primeiro protótipo de um trem de levitação, propulsado por forças magnéticas. O sistema do trem, conhecido por MagLev, foi desenvolvido pelo engenheiro Eduardo David, do Laboratório

de Aplicações de Supercondutores do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia (COPPE/UFRJ), e pelo chefe da área de desenho industrial do Instituto Nacional de Tecnologia (INT), Álvaro Guimarães, responsável pelo design e o protótipo final da carroceria.



Divulgação

Hipertensão e diabetes no foco das pesquisas

Diversas instituições vão trabalhar juntas numa pesquisa para identificar os fatores relacionados com hipertensão e diabetes. Os recursos virão do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Atualmente, o Brasil estabelece as ações

preventivas a essas doenças a partir de dados dos países desenvolvidos, porque não dispõe de estudos próprios.

As doenças do aparelho circulatório representam a principal causa de morte no país. Segundo o Ministério da Saúde, ocorrem 300 mil mortes e mais de um milhão de internações por ano. Acredita-se que a hiperten-

são arterial e o diabetes mellitus, quinta causa de morte no Brasil, são os principais fatores de risco. A hipertensão acomete aproximadamente 35% da população acima dos 40 anos e diabetes, 11%. O gasto anual com essas doenças chega a R\$ 684 milhões: R\$ 475 milhões com internações e R\$ 209 milhões na compra de medicamentos.

CNPq

Mais grupos de pesquisa no Brasil

O censo Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, realizado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), constatou que em 2008 estavam em desenvolvimento mais de 86 mil linhas de pesquisa nas instituições brasileiras, quase 10 mil a mais do que no censo anterior, de 2006. De acordo com o estudo, as áreas de medicina, educação e agronomia continuam sendo as três maiores em número de linhas de pesquisa. O estudo destaca crescimento significativo dos grupos de pesquisa das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o que, segundo o CNPq, caracteriza uma descentralização regional da pesquisa no Brasil. A pesquisa

abrange 422 instituições, 22 mil grupos de pesquisa e cerca de 104 mil pesquisadores.

Petróleo

Parceria para aperfeiçoar tecnologia

A Petrobras e a empresa norte-americana FMC Technologies fizeram acordo de cooperação tecnológica para implantar um sistema de separação submarina água-óleo, a ser utilizado para a extração de óleo pesado em águas profundas. Segun-

do a estatal brasileira, o sistema de separação vai possibilitar “uma significativa redução da quantidade de água que chega à plataforma”. Com a tecnologia, a expectativa é que aumente a capacidade de tratamento de óleo e a produtividade.

Pesquisa

Brasil e México acertam cooperação

Brasil e México firmaram acordo de cooperação bilateral com o objetivo de formar estudantes de graduação e pós-graduação e promover pesquisas conjuntas. Assinado pelo presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Jorge Guimarães, e pelo diretor-geral do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia do México, Juan Carlos Romero Hicks, o acordo permitirá a criação de redes acadêmicas, publicação e divulgação de

conhecimentos e inovação tecnológica, além de promover a mobilidade acadêmica de curta duração.

As áreas contempladas são biotecnologia, engenharias, nanotecnologia, energia, medicina, meio ambiente, materiais, tecnologias industriais de fabricação, matemáticas aplicadas e tecnologias da informação e telecomunicações. O acordo prevê ainda a assinatura de convênios para o desenvolvimento de outros projetos conjuntos.

Recursos

Subvenção para projetos inovadores

O governo investiu, desde 2005, R\$ 1,6 bilhão em programas de subvenção econômica, por meio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Os recursos foram destinados a projetos em áreas estratégicas para o desenvolvimento do País. Já o Programa Primeira Empresa Inovadora (Prime), que disponibiliza recursos não reembolsáveis para empresas que desenvolvem produtos ou serviços de conteúdo inovador, financiará 1.750 empresas. O apoio permite o desenvolvimento para empresas de base tecnológica, com menos de dois anos de existência. Os dados foram apresentados a um grupo de empresários pelo ministro da Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende, no mês passado. “A consolidação das políticas de ciência e tecnologia como políticas de estado darão outro ritmo ao desenvolvimento econômico e social do país, melhorando de forma significativa a qualidade de vida de todos os brasileiros”, disse Rezende.

Banco Palmas: a serviço da comunidade

O real é a moeda oficial do Brasil, mas no Conjunto Palmeira, um bairro popular de Fortaleza (CE), o que faz sucesso é o palma, moeda alternativa e de uso exclusivo do Banco Palmas. Onde 80% da população ganha de dois a três salários mínimos, o real é curto, mas o palma é farto. Com ele os moradores compram, vendem e movimentam a economia local

Suelen Menezes — de Brasília



Robson P. Almeida



Moeda social é aceita normalmente pelo comércio...

A iniciativa de criar um banco de crédito comunitário, o Banco Palmas, partiu da Associação dos Moradores do Conjunto Palmeira (Asmoconp) em parceria com organizações não governamentais (ONG). O modelo surgiu em 1997, com a criação do Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária, uma forma de organização social em que membros de uma mesma comunidade se auxiliam mutuamente, gerando emprego e renda.

O trabalho do instituto começou pelo mapeamento da produção e do consumo local. O segundo passo foi criar um balcão de empregos para identificar os trabalhadores desempregados e buscar a recolocação profissional por meio do Sistema Nacional de Emprego (Sine). Simultaneamente, foi criado o que se chamou de Incubadora Feminina, um espaço na sede da Associação onde são ministrados cursos profissionalizantes. Desde a criação do instituto mais de doze mil empregos foram gerados na comunidade.

O Banco Palmas implementou ações complementares, como a Academia de Moda da Periferia (escola de capacitação em moda e estilismo); o Projeto Bate Palmas (banda de música, estúdio e confecção de instrumentos musicais); o Projeto Bairro Escola de Trabalho (comércio, indústria e serviços do bairro capacitam e empregam jovens da comunidade).

“Por que nós somos pobres? Porque não temos dinheiro. Mas não era essa a verdade. Nós perdíamos a poupança interna, a base monetária local. Fizemos o mapa do consumo. Descobrimos que mais de um milhão de reais ia para fora do Conjunto Palmeira. Tudo o que a população comprava vinha de fora. O grande segredo era criar um projeto que estimulasse a produção e consumo local. Resolvemos montar o nosso próprio banco. Fizemos um empréstimo de R\$ 2 mil com uma ONG e começamos com dois produtos: o cartão de crédito Palmacard e uma linha de crédito para estimular a produção”, conta o coordenador do Banco Palmas, João Joaquim de Melo Neto.

Ele lembra que em 2001 se fazia uma crítica ao cartão de crédito porque não existia circulação de dinheiro. “O dinheiro ficava preso no banco durante um mês. Era preciso uma moeda local. Tivemos a ideia de criar uma moeda social circulante, o Palma, lastreado e indexado em real e com permissão de câmbio. No início os comerciantes duvidavam. Só quatro aceitaram a moeda social. Hoje temos 240 empresas cadastradas. Há um estímulo para que as pequenas empresas paguem um percentual do salário em palmas. O Banco Palmas, por exemplo, tem 15 funcionários e eles recebem 30% do salário em palmas”.

Melo Neto conta que, inicialmente, teve problemas com o Banco Central do Brasil (Bacen). “Explicamos que não se tratava de nenhuma irregularidade e o juiz nos absolveu. Inclusive hoje o Bacen é nosso amigo e temos permissão para funcionar”, diz. O Banco Central informa que as chamadas moedas sociais não são utilizadas por instituições financeiras, portanto, fogem de sua esfera de ação.

O palma possui cinco elementos de segurança: papel moeda, numeração seriada, código de barras, tarja holográfica e infravermelho. Quem opta por fazer um empréstimo em palmas não paga juros, já o empréstimo em reais tem juros que variam 1,5 a 3%. Também há um convênio com a Associação Comercial do Bairro: quem compra com palma tem 5% desconto. “Crio uma poupança em reais e injeto palmas no mercado, então eu giro a economia local”, comenta Melo Neto.

O Banco Palmas também atua como correspondente bancário do Banco do Brasil no Conjunto Palmeira e conta com a instituição como parceira estratégica em sua carteira de crédito.

PRÊMIO ODM BRASIL – Na 2ª edição do Prêmio ODM Brasil, em 2007, o Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária foi uma das doze organizações premiadas pelas práticas que contribuem para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). O instituto colabora com a erradicação da extrema pobreza e da fome e com o estabelecimento de uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Criado em 2004, o prêmio é um projeto pioneiro e conta com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e de empresas e associações do setor privado. A iniciativa visa desenvolver um banco de práticas bem sucedidas que se torne referência de políticas públicas, a fim de cumprir as metas do milênio até 2015: 1- Erradicar a extrema pobreza e a fome; 2- Atingir o ensino básico universal; 3- Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4- Reduzir a mortalidade infantil; 5- Melhorar a saúde materna; 6- Combater o HIV, a malária e outras doenças; 7- Garantir a sustentabilidade ambiental; 8- Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

“O prêmio foi um grande orgulho porque mostrou que essa tecnologia social - o banco comunitário - resolve o problema



... que a aproveita em campanhas de promoção

dos mais pobres com muita rapidez. Ajudamos a implantar bancos comunitários em comunidades quilombolas, indígenas e distritos afastados onde nenhum banco tem interesse. Noventa por cento das comunidades onde os bancos comunitários estão instalados nem sequer tinham um correspondente bancário, quem dirá acesso a crédito. O nosso orgulho é que o Banco Palmas surgiu nos grotões do Nordeste, numa favela de Fortaleza, sem ajuda de economista. Orgulho de dizer que os pobres podem desenvolver conhecimento e encontrar soluções concretas para os problemas sociais”, afirma Melo Neto.

Em 2008, o Ministério do Trabalho contratou a Universidade Federal do Ceará para fazer um estudo de avaliação e impacto do Banco Palmas no Conjunto Palmeira e o resultado não podia ser melhor: 90% das pessoas entrevistadas disseram que melhoraram sua qualidade de vida após a implantação do Banco Palmas. Dessas, 25% conseguiram emprego no bairro, 23% abriram seu próprio negócio e 20% conseguiram trabalho por meio das ações do Banco Palmas.

O Instituto ajudou a criar 47 bancos, em nove estados brasileiros, com a mesma metodologia do Banco Palmas, que integra a Rede Brasileira de Bancos Comunitários. “Muitos não acreditavam, mas hoje

estamos aqui e assinamos até um termo de cooperação para implantar bancos comunitários na Venezuela. Já foram criados naquele país 3,6 mil bancos nesses moldes”, completa.

CONJUNTO PALMEIRA – O Conjunto Palmeira é uma favela com 32 mil habitantes situada na região sul de Fortaleza. Em 1973 chegaram os primeiros moradores vindos de despejos realizados na região litorânea da cidade. A maioria da população era composta de pescadores que se viram obrigados a morar a 20 quilômetros da praia.

Melo Neto conta que cada morador recebeu um pedaço de terra 10 por 20 e uma barraca de lona. “Só tinha mato no local. Em 1981, criamos a Associação de Moradores para reivindicar água encanada, energia elétrica e saneamento básico”, lembra. Ele conta que, em janeiro de 1991, a Associação organizou o primeiro seminário “Habitando o Inabitável”, momento em que foi firmado o primeiro pacto social com a comunidade, o Plano de Desenvolvimento Comunitário Integrado, que tinha como objetivo urbanizar o conjunto em 10 anos. “Reunidos em mutirão, construímos ruas, praças, escolas, rede de esgoto. Depois de cumprida a meta da urbanização, um segundo seminário foi organizado. Surgiria assim o Banco Palmas.”

Um prêmio à evolução da humanidade

Desde 1900, Fundação Nobel premia anualmente experiências que contribuem para o avanço das ciências e iniciativas pela paz mundial. Durante as guerras mundiais, a instituição suspendeu a premiação

Pedro Barreto — de Brasília

Há mais de um século, o Prêmio Nobel mantém-se como o mais importante do planeta na homenagem a personalidades que tenham se destacado com trabalhos inovadores nas áreas de física, química, medicina, literatura e paz. Assim como o Oscar é a glória para o cinema, o Prêmio Nobel é para as grandes contribuições ao desenvolvimento da humanidade. Foi criado por iniciativa do industrial sueco Alfred Nobel, que, em testamento, destinou parte de sua fortuna para homenagear personalidades com trabalhos importantes na área da ciência e em prol da paz. Criada em junho de 1900, a Fundação Nobel é a responsável pelo prêmio.

Alfred Nobel, nascido em 1833, em Estocolmo, Suécia, tornou-se milionário por suas descobertas na área de explosivos, principalmente a dinamite, comercializada em larga escala na segunda metade do século XIX. Registrou mais de 350 patentes e fundou companhias e laboratórios em cerca de 20 países. Consciente dos perigos de seus inventos, Alfred Nobel ficou conhecido também pela defesa de causas pacifistas. Quando ele faleceu, em 1896, sua fortuna passou a financiar a Fundação Nobel.

A cerimônia de premiação acontece anualmente em Esto-



colmo, Suécia, sempre em 10 de dezembro, data em que Alfred Nobel faleceu, exceção feita ao da Paz, escolhido em outubro e entregue em Oslo, Noruega. O vencedor recebe uma medalha de ouro, diploma e uma quantia em torno de 1 milhão de euros.

Várias instituições participam do processo de seleção: a Academia Real de Ciências e a Academia de Literatura da Suécia, o Instituto Karolinska, também da Suécia e uma das maiores universidades médicas da Europa, e o Comitê Nobel da Noruega. As entidades enviam convites aos meios científicos e acadêmicos

de diversos países, solicitando a indicação de candidatos. Especialistas analisam os nomes, e as instituições fazem o processo de votação. A Fundação Nobel não tem participação na escolha dos agraciados.

A primeira cerimônia de premiação aconteceu em 1901. A partir do ano seguinte, a entrega passou a ser feita pelo rei da Suécia. Já o Nobel da Paz vem das mãos do rei da Noruega. Este prêmio, diferente dos outros, pode ser concedido também a organizações e entidades. Em sua história, o Prêmio Nobel passou por dois períodos de interrupção: durante a Primeira e a Segunda Guerra Mundial (1914-1918 e 1940-1945, respectivamente). Em 1937, um fato curioso:

O Nobel da Economia

Excluída pela Fundação Nobel, as ciências econômicas criaram uma espécie de Prêmio Nobel paralelo, o Prêmio Sveriges Riksbank de Ciências Econômicas, mais conhecido como Nobel de Economia, concedido pelo Banco Central da Suécia. É entregue anualmente desde 1969.

No ano passado, o vencedor foi o norte-americano Paul Krugman, de 55 anos, por suas análises sobre os padrões de comércio internacional. Ele é professor na Princeton University, nos Estados Unidos, e autor de mais de 20 livros. É também colunista no jornal New York Times e um dos expoentes de uma nova teoria de mercado, que une comércio internacional e geografia econômica.

Para 2009, já há uma espécie de “bolsa de apostas” para ver que área econômica ganhará o prêmio. O professor do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Puc-RJ), Cláudio Ferraz, aponta quais saem na frente. “A Teoria de Leilões vem sendo bastante debatida. Por outro lado, em um ano de crise econômica mundial, poderemos ter a macroeconomia recebendo o Nobel. Um dos autores importantes nesse campo é Thomas Sargent, da New York University. Finanças Públicas e Economia Política, por exemplo, nunca foram homenageadas e podem chegar lá”, afirma.

Vencedores do Prêmio Nobel, em 2008:

Nobel da Paz: Martii Ahtisaari, Finlândia, por sua contribuição durante mais de três décadas para a solução de conflitos internacionais em vários continentes.

Nobel de Física: Yoichiro Nambu, Makoto Kobayashi e Toshihide Maskawa, Japão, por trabalhos relativos ao mecanismo da quebra espontânea da simetria no campo da física sub-atômica.

Nobel de Química: Osamu Shimomura, Japão, Roger Yonchien Tsien e Martin Chalfie, Estados Unidos, pelos trabalhos de isolamento com a proteína

verde fluorescente.

Nobel de Medicina: Harald zur Hausen, Alemanha, pela descoberta do vírus do papiloma humano, causador do câncer cervical, e Françoise Barré-Sinoussi, França, pelas descobertas acerca do vírus da imunodeficiência humana (HIV).

Nobel de Literatura: Jean-Marie Gustave Le Clézio, França. Nas palavras da Academia Sueca, “um escritor da ruptura, da aventura poética e do êxtase sensual. É um explorador da humanidade além e por baixo da civilização reinante”.

Vencedores do Prêmio Sveriges Riksbank, o Nobel de Economia:

1969 Ragnar Anton Kittel Frisch (Noruega) e Jan Tinbergen (Países Baixos)
1970 Paul Anthony Samuelson (Estados Unidos)
1971 Simon Smith Kuznets (Estados Unidos)
1972 Kenneth Joseph Arrow (Estados Unidos) e John Richard Hicks (Grã-Bretanha)
1973 Wassily W. Leontief (Estados Unidos)
1974 Friedrich August von Hayek (Grã-Bretanha) e Gunnar Myrdal (Suécia)
1975 Leonid Vitaliyevich Kantorovich (União Soviética) e Tjalling C. Koopmans (Estados Unidos)
1976 Milton Friedmann (Estados Unidos)
1977 Bertil Gotthard Ohlin (Suécia) e James Edward Meade (Grã-Bretanha)
1978 Herbert Alexander Simon (Estados Unidos)
1979 Theodore William Schultz (Estados Unidos) e Sir Arthur Lewis (Estados Unidos)
1980 Lawrence Robert Klein (Estados Unidos)
1981 James Tobin (Estados Unidos)

1982 George Joseph Stigler (Estados Unidos)
1983 Gerard Debreu (Estados Unidos)
1984 Sir Richard Stone (Grã-Bretanha)
1985 Franco Modigliani (Estados Unidos)
1986 James McGill Buchanan (Estados Unidos)
1987 Robert Merton Solow (Estados Unidos)
1988 Maurice Allais (França)
1989 Trygve Magnus Haavelmo (Noruega)
1990 Harry Max Markowitz, Merton Howard Miller e William Forsyth Sharpe (Estados Unidos)
1991 Ronald Harry Coase (Grã-Bretanha)
1992 Gary Stanley Becker (Estados Unidos)
1993 Robert William Fogel e Douglas Cecil North (Estados Unidos)
1994 John Charles Harsanyi e John Forbes Nash (Estados Unidos) e Reinhard Selten (Alemanha)
1995 Robert Emerson Lucas (Estados Unidos)
1996 James Alexander Mirrlees (Estados Unidos)

e William Spencer Vickrey (Canadá)
1997 Robert C. Merton e Myron S. Scholes (Estados Unidos)
1998 Amartya K. Sen (Índia)
1999 Robert A. Mundell (Canadá)
2000 James Heckman e Daniel Leigh McFadden (Estados Unidos)
2001 George A. Akerlof, A. Michael Spence e Joseph E. Stiglitz (Estados Unidos)
2002 Daniel Kahneman e Vernon L. Smith (Estados Unidos)
2003 Robert F. Engle (Estados Unidos) e Clive W. J. Granger (Grã-Bretanha)
2004 Finn E. Kydland (Noruega) e Edward C. Prescott (Estados Unidos)
2005 Robert J. Aumann (Estados Unidos/Israel) e Thomas C. Schelling (Estados Unidos)
2006 Edmund S. Phelps (Estados Unidos)
2007 Leonid Hurwicz, Eric Maskin e Roger Myerson (Estados Unidos)
2008 Paul Krugman (Estados Unidos) **1**

Segurança

Gastos com armas provocam tensão

O acordo militar da Colômbia com os Estados Unidos continua gerando preocupação entre os 11 países membros da União Sul-Americana de Nações (Unasul). Os países querem garantia de que o acordo, que permite aos militares dos Estados Unidos utilizarem sete bases em território colombiano para operação contra o tráfico de drogas e o terrorismo, não representa perigo à segurança coletiva da América do Sul. Para o presidente venezuelano, Hugo Chávez, o tratado é uma ameaça à revolução bolivariana e um passo a mais na intenção dos EUA de invadir a Venezuela. O Equador e a Bolívia também veem o acordo como ameaça. Pressionadas pelos outros países, as autoridades colombianas chegaram a aventar a possibilidade de o país deixar a Unasul. Mas o presidente Álvaro Uribe negou a intenção de sair do bloco.

O Brasil, embora tenha manifesta-

do preocupação com o acordo, trabalha para diminuir as tensões na região. Mas a reunião de líderes da Unasul, em Bariloche, Argentina, no final de agosto, não acalmou os ânimos. Resultou apenas na assinatura de um documento reafirmando os princípios de não ingerência em assuntos nacionais, a inviolabilidade dos territórios e que a América do Sul é uma região de paz.

Apesar da declaração, os países estão aumentando os investimentos em defesa: a Venezuela anunciou a compra de dez sistemas de mísseis e outros equipamentos produzidos pela Rússia, um negócio de US\$ 2,2 bilhões. A Colômbia e os Estados Unidos manifestaram preocupação. Antes, a Venezuela já tinha investido US\$ 4 bilhões na

compra de armamentos russos. O Brasil também avançou em sua Estratégia Nacional de Defesa ao fechar acordo com a França, no início de setembro, para aquisição de submarinos nucleares e helicópteros. O programa de reequipamento das Forças Armadas compreende ainda a compra de caças, e está estimado em R\$ 22 bilhões.



COMÉRCIO EXTERIOR

Exportações têm o pior resultado desde 1937

O volume das exportações dos países da América Latina e Caribe cairão 11%, neste ano, o pior resultado desde 1937. As importações vão cair 14%, segundo o informe Panorama da Inserção Internacional da América Latina e Caribe 2008-2009: Crises e Espaços de Cooperação Regional, da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal). A corrente de comércio (importações mais exportações) deve ter redução de 13%, um resultado pior do que os 10% de retração previstos para o

comércio mundial. Apesar da expectativa negativa, o informe considera que a região resistiu melhor do que no passado ao efeito da atual crise.

Há quatro fatores que levaram a economia da região a ser atingida pela econômica mundial, de acordo com o informe: o investimento estrangeiro direto, as remessas de dinheiro dos migrantes, os preços dos produtos básicos e o comércio exterior. O documento aponta ainda sete áreas com as maiores oportunidades de integração re-

gional em um contexto pós-crise: investir em infraestrutura, estimular o comércio entre os países da região, fomentar a cooperação em inovação e competitividade, reduzir os desequilíbrios, fortalecer a coesão social, aproveitar o relacionamento com a Ásia e enfrentar os desafios de meio ambiente e a mudança climática. A Cepal propõe também a criação de um programa de cooperação de estímulo ao comércio entre os países da região para facilitar a mobilização de recursos financeiros.

SOCIAL

Jovens não acreditam na escola

Mais da metade dos jovens latino-americanos de 20 a 24 anos não completam 12 anos de estudo, o mínimo de escolaridade necessária para evitar a pobreza e, apesar da massificação do ensino secundário, a capacidade de retenção escolar continua insuficiente. É o que revela o artigo Juventude e Sentidos de Pertencimento na América Latina: causas e riscos da fragmentação social, do pesquisador Gonzalo Saraví, do Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social (CIESAS), do México. Na avaliação do Saraví, os jovens latino-americanos de segmentos sociais mais vulneráveis valorizam cada vez menos a escola como mecanismo para a mobilidade social.

CRISE

Economia da região terá seqüelas permanentes

Mais desemprego, menor crescimento econômico, retração comercial e um déficit fiscal difícil de ser superado. Estas são algumas das seqüelas que a crise econômica mundial de 2008 deixará na América Latina e no Caribe, na opinião da secretária executiva da Cepal, Alicia Bárcena, que explica que os efeitos da crise na região se propagaram por quatro caminhos: o contágio financeiro, a queda nas remessas, a queda da demanda externa e as mudanças de preços relativos dos produtos dos países exportadores. Para a Cepal, a competitividade internacional dos países latino-americanos ficou limitada aos setores de uso intensivo de recursos naturais.

ESTATÍSTICA

Governos elaboram código de boas práticas

“A credibilidade da estatística oficial é um ativo fundamental para o desenvolvimento democrático”, enfatizou a secretária executiva da Cepal, Alicia Bárcena, durante a Conferência Estatística das Américas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEA-Cepal), realizada em agosto, com a participação de mais de 50 delegados de 21 países latino-americanos e mais de 30 representantes de 15 organismos internacionais.

Durante o evento, ficou decidido que os países latino-americanos vão elaborar

um código de boas práticas estatísticas com indicadores confiáveis e adequados, a partir de modelos internacionais. O código será aprovado em 2011, na próxima conferência da CEA-Cepal. Até lá, grupos de trabalho vão desenvolver uma proposta capaz de integrar indicadores sobre recursos naturais da região aos sistemas estatísticos nacionais, além de avançar na adequação das informações sobre a pobreza, abordando o impacto da crise econômica no emprego feminino e na cobertura dos programas sociais.

COMÉRCIO

China é o principal parceiro da América Latina

Não é só para o Brasil que a China se tornou o principal parceiro comercial. Ela é também o principal destino das exportações do Chile, e está em segundo lugar nas compras da Argentina, Costa Rica, Cuba e Peru, países favorecidos pela alta demanda chinesa por alimentos, energia, metais e minerais. No primeiro semestre deste ano, as exportações para a China caíram 4,1%, mas para a União Européia a redução foi de 36,3% e, para os Estados Unidos, 35,3%.

“De certo modo, o mercado interno da

China saiu em resgate das exportações latino-americanas”, admite o documento O Panorama da Inserção Internacional da América Latina e o Caribe 2008-2009: Crises e espaços para a cooperação regional”, da Cepal. “É o momento para definir um vínculo estratégico com a China”, alerta a Cepal, propondo um estímulo aos investimentos asiáticos. “Os países latino-americanos devem ficar atentos à integração produtiva que está se formando na Ásia em torno dos chineses para participar das novas cadeias de valor que estão surgindo”.

ECONOMIA

Países latino-americanos promovem abertura e exportações para sair da crise

Ao contrário de diversos países que adotaram medidas protecionistas na indústria automotiva, serviços financeiros e na agricultura para enfrentar a crise econômica, os países latino-americanos e do Caribe apostaram em ações para promover a abertura econômica e as exportações e facilitar

o comércio exterior de bens e serviços. “Na região, não há uma tendência generalizada de restrição ao intercâmbio comercial”, acentua a Cepal. Os países industrializados recorreram a medidas restritivas às importações e também contra a migração de trabalhadores.

Brasil em Desenvolvimento
Estado, Planejamento e Políticas Públicas
Ipea – 4 Volumes
José Celso Pereira Cardoso Júnior, Organizador

O livro pode ser baixado gratuitamente
no site www.ipea.gov.br



O Ipea e a reflexão sobre o desenvolvimento nacional

Por meio de processo interno de planejamento estratégico, a temática do desenvolvimento brasileiro, em algumas de suas dimensões de análise mais relevantes, foi eleita como o mote principal de atividades e projetos do **Ipea** ao longo do triênio 2008/2010. Inscrito como missão institucional – produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro – este mote pretende realizar-se no cotidiano da instituição por meio de iniciativas várias.

A mais significativa delas diz respeito ao projeto *Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro*, que tem por objetivo servir como plataforma de reflexão acerca das oportunidades e dos entraves que se apresentam ao desenvolvimento nacional. Trata-se, sabidamente, de projeto ambicioso, mas indispensável para um órgão que pretende contribuir de forma efetiva com o país na produção de conhecimento crítico à tomada de posição frente aos desafios da contemporaneidade mundial.

Inserida neste grande projeto, o **Ipea** acaba de lançar o *Brasil em Desenvolvimento*:

Estado, Planejamento e Políticas Públicas, publicação de caráter institucional que pretende promover e refletir, anualmente, um balanço crítico sobre o papel e os limites da atuação do Estado brasileiro sobre o desenvolvimento do país, tendo como objeto diferentes iniciativas do governo federal implementadas no período recente. Planos de ação, políticas, programas e outras ações nas áreas regional, urbana, ambiental, produtiva, social e de promoção de direitos são examinadas no que tange ao seu desenho, alcance, implementação, resultados recentes, desafios e perspectivas futuras.

Para alinhar essas análises, a publicação recorre a informações geradas pela atividade cotidiana de assessoramento técnico e pesquisa aplicada praticada pelos servidores do **Ipea** junto a seus parceiros em ministérios e outros órgãos e instâncias de governo. Paralelamente, faz uso também do conhecimento acumulado pelo órgão por meio de atividades permanentes de acompanhamento, análise, avaliação e prospecção das ações do governo federal em cada um dos campos de atuação e conhecimento das diretorias do **Ipea**.

Assim, ao reforçar sua vocação em associar-se a órgãos e instâncias governamentais para o acompanhamento e avaliação de políticas públicas, bem como para a produção de estudos e pesquisas aplicadas nas mais variadas áreas do conhecimento nas quais atua, o **Ipea** logra não apenas fornecer subsídios técnicos aos processos governamentais de tomada de decisão, como também gerar análises de caráter mais amplo sobre os rumos e os desafios do desenvolvimento nacional.

É com satisfação, portanto, que se traz a público este *Brasil em Desenvolvimento: Estado, Planejamento e Políticas Públicas*, na crença de que possa produzir, por meio de suas edições anuais, incremento analítico gradual de compreensão acerca dos diversos temas e assuntos em pauta na agenda pública brasileira e, com isso se obter, ao longo dos anos, capacitação técnica e visão institucional abrangente e aprofundada acerca dos problemas nacionais e da capacidade do Estado, do planejamento e das políticas públicas de enfrentá-los adequadamente. **U**

O mundo desigual

Eliminar os flagelos da pobreza, da desigualdade e da ameaça de um colapso ambiental decorrente do aquecimento global é o maior desafio a ser enfrentado pelas sociedades contemporâneas. Atualmente, uma em cada seis pessoas no mundo sofre os efeitos perniciosos da fome, da miséria, da doença e da ansiedade gerada por um futuro incerto e sombrio. A renda dos 500 bilionários mais ricos do mundo supera a dos 416 milhões de pessoas mais pobres do planeta. Dito de outra forma, a economia globalizada produz, anualmente, um PIB per capita da ordem de US\$ 9.543, valor 25 vezes maior do que os US\$ 365 por ano que definem a “extrema pobreza” de um bilhão de seres humanos: ou seja, recursos não faltam, o problema reside na sua desigual distribuição. Muito para poucos e quase nada para muitos. Além disso, segundo dados da Oxfam, os pobres serão as principais vítimas do efeito estufa: o número de pessoas vítimas de catástrofes naturais devido às mudanças climáticas chegará a 375 milhões em 2015.

As desigualdades também são gritantes dentro dos países. Crianças nascidas nos domicílios mais pobres de Gana ou Senegal correm um risco duas ou três vezes maior de morrer antes de completar cinco anos de idade do que crianças que vêm ao mundo nas famílias mais abastadas desses países. A desigualdade potencializa a discriminação de gênero, raça, etnia ou casta e, geralmente, tem sua origem na própria

discriminação. No Brasil, dois terços dos pobres são negros. E mais: os jovens negros têm duas vezes e meia mais chance de ser assassinados do que jovens brancos.

Da pobreza ao poder, de autoria de Duncan Green e publicado no Brasil como resultado de uma parceria entre Oxfam Internacional e a Editora Cortez, busca contribuir para um debate que se faz cada vez mais urgente, o do desenvolvimento com inclusão sócio-ambiental. Sua análise baseia-se na experiência da Oxfam e de seus parceiros e aliados em mais de 100 países, bem como de acaloradas discussões com acadêmicos e profissionais da área de desenvolvimento. O livro transmite a mensagem de que é preciso construir um novo pacto global que possibilite a redistribuição mais justa de poder, participação, oportunidade e ativos. Para que esse pacto seja bem sucedido faz-se necessário combinar cidadãos ativos com Estados efetivos. Conforme destaca Amartya Sen, que escreve o Prefácio da obra, “O livro cita, apresenta e in-




Da pobreza ao poder – como cidadãos ativos e Estados efetivos podem mudar o mundo”

Duncan Green, Chefe do Departamento de Estudos e Pesquisas de Oxfam
Cortez Editora e Oxfam Internacional – 648 páginas – 59 Reais
Já nas livrarias

vestiga um estudo de caso após o outro para mostrar como esforços deliberados e organizados provocam mudanças”.

Para o Embaixador Rubens Ricupero, que apresenta a edição brasileira do livro, sua publicação é extremamente oportuna no meio a uma crise econômico-financeira devastadora que agrava em todo o mundo o número de pobres e seu sofrimento: “A coincidência serve para pôr em realce a ligação que existe entre as crises e os valores morais e humanos, assim como o perigo fatal de considerar a economia ou os mercados como neutros ou indiferentes à ética e à justiça”.

Para Duncan Green, a luta contra as mazes da fome, da pobreza, da desigualdade e do aquecimento global definirá o século XXI como a luta contra a escravidão ou pelo sufrágio universal definiu eras progressas. Se falharmos, as gerações futuras não nos perdoarão. Se formos bem sucedidos nesse esforço, elas se perguntarão como o mundo tolerou essa injustiça absurda e sofreu seus efeitos por tantos anos. 

Cenário de estabilidade da inflação

Os principais índices de preços no Brasil vêm desacelerando ao longo dos últimos meses, construindo um ambiente de estabilidade inflacionária, de acordo com o boletim Conjuntura em Foco, publicado em agosto pelo Ipea. De fato, o quadro de aceleração das taxas de variação dos preços delineado nos três primeiros trimestres do ano passado começou a dar sinais de arrefecimento com o agravamento da crise financeira internacional, a partir de outubro.

A retração da demanda mundial, especialmente a asiática, por commodities agrícolas e metálicas, aliada a uma diminuição do fator especulativo, gerou uma expressiva desaceleração nos preços desses produtos, de modo que os principais índices de preços no atacado já apresentavam deflação em dezembro. A incerteza quanto à duração e à intensidade da crise, conjugada com a apreciação recente da taxa de câmbio, fez com que os preços dessas commodities caíssem ainda mais no mercado interno. Como consequência dessa forte queda de preços por atacado, os Índices Gerais de Preços (IGP), nos quais a participação do Índice de Preços por Atacado (IPA) corresponde a 60%, vêm registrando sucessivas deflações.

De acordo com os dados da Fundação Getulio Vargas (FGV), o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) apresentou em agosto a sexta retração seguida (-0,36%). Com este resultado, o índice acumula no ano queda de 2%, ficando bem abaixo da variação ob-

servada no mesmo período do ano anterior (8,3%). Isolando apenas o componente de preços por atacado, verifica-se que, nos oito primeiros meses de 2009, o IPA aponta deflação de 4,6%. Essa desaceleração recente dos preços por atacado gerou uma forte reversão da sua curva de variação acumulada em 12 meses (gráfico 1). Em agosto de 2008, o Índice de Preços por Atacado do Mercado (IPA-M) total acumulava alta próxima a 17% nos últimos 12 meses; um ano depois, nessa mesma base de comparação, o resultado mostra uma deflação de 3,5%. No caso dos produtos agrícolas, a trajetória de queda é ainda mais surpreendente, uma vez que, em 2008, a taxa acumulada era de 28,4%, ao passo que em 2009 está em -4,9%. Os preços industriais apresentam comportamento semelhante, porém, com menor intensidade: recuo de 13,1% para -2,9%.

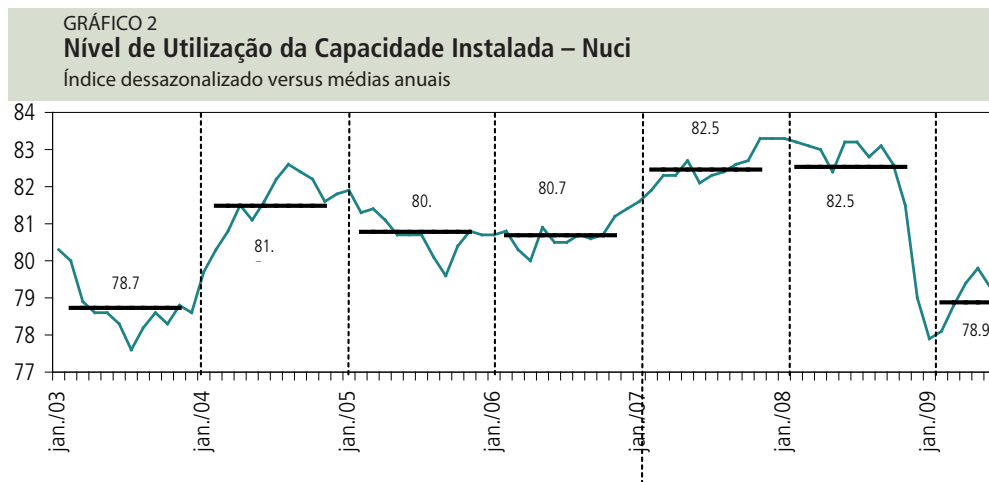
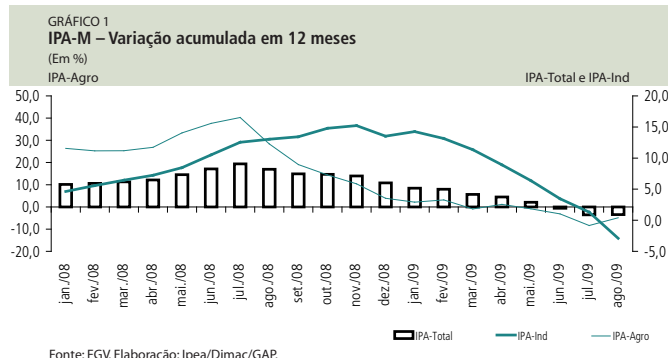
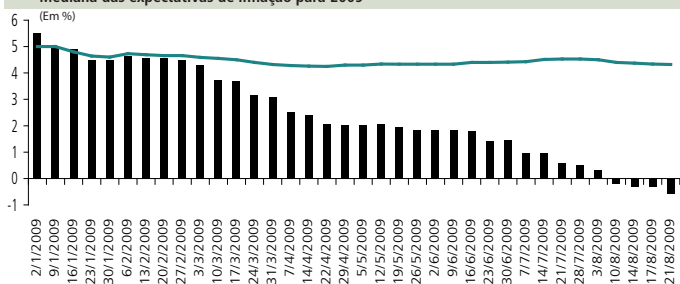


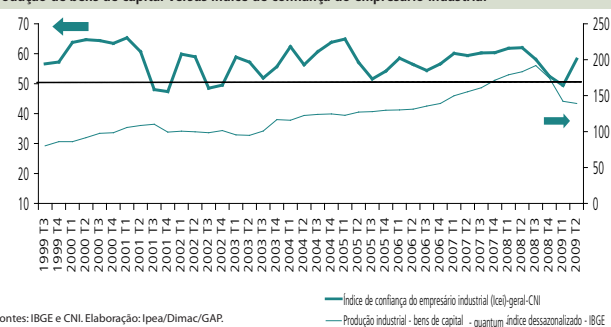
GRÁFICO 3
Mediana das expectativas de inflação para 2009



Fonte: BCB/Focus. Elaboração: Ipea/Dimac/GAP.

■ IGP-DI — IPCA

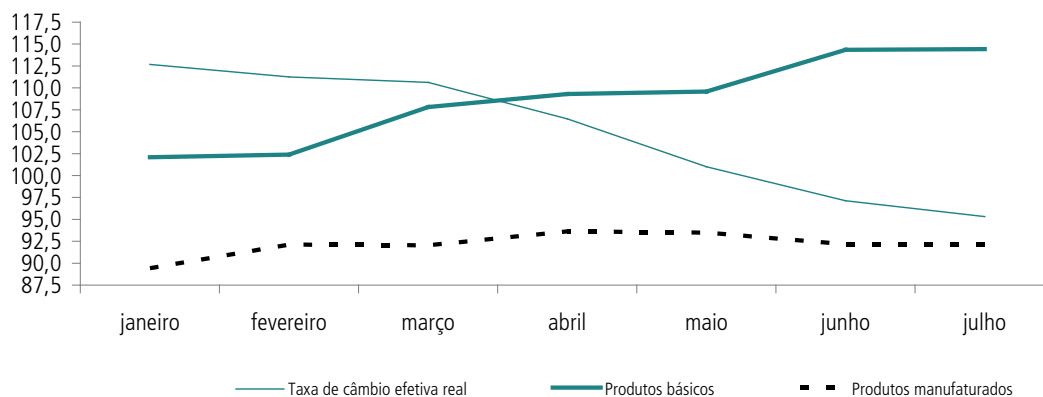
GRÁFICO 4
Produção de bens de capital versus índice de confiança do empresário industrial



Fontes: IBGE e CNI. Elaboração: Ipea/Dimac/GAP.

— Índice de confiança do empresário industrial (IcEI)-geral-CNI
— Produção industrial - bens de capital - quantum índice dessazonalizado - IBGE

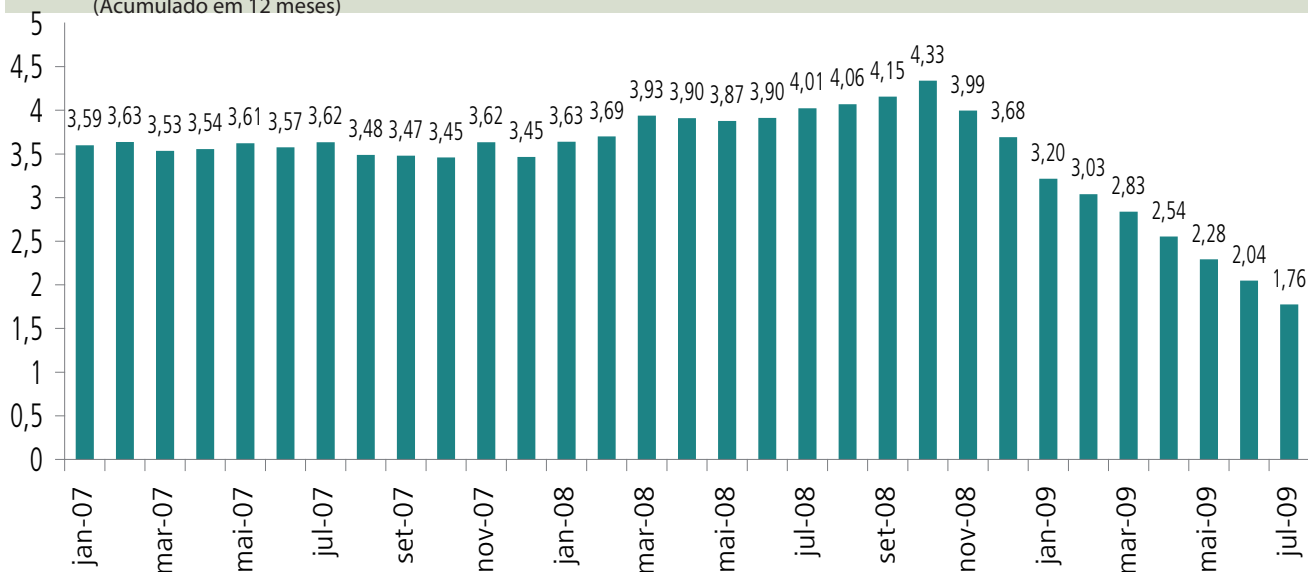
GRÁFICO 5
Taxa de câmbio real e termos de troca das exportações
(1995 = 100)



Fonte: Funcex. Elaboração: Ipea/Dimac/GAP.

GRÁFICO 6
Superávit primário

(Acumulado em 12 meses)



Fonte: Secretaria Tesouro Nacional. Elaboração: Ipea/Dimac/GAP.

Desafios do Desenvolvimento

A partir de setembro, mês em que o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) completa 45 anos, uma série de eventos marca suas comemorações. Como o lançamento do livro *Brasil em Desenvolvimento*, da série *Brasil: Estado de uma Nação*, dia 14, ou a apresentação da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Claudio Santoro, no dia 15. A cerimônia oficial, com a presença do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 16, a primeira visita de um presidente ao Instituto. A solenidade contou com a presença do ministro interino da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Daniel Vargas, além do presidente do Ipea, Marcio Pochmann e diversas autoridades. Os ex-presidentes do Ipea, Antônio Nilson Holanda, Glauco Arbix, Liscio Fábio Camargo, Luiz Henrique Soares, Ricardo Luiz Santiago e Roberto Macedo também participaram da cerimônia oficial.

No mês de outubro, as comemorações se estendem com debates a serem realizados, por cada diretoria, em várias capitais do país: Recife, Salvador, Belém, Brasília, Aracaju e São Paulo. Nestes encontros, denominados *Brasil Ipea 45 anos: Um Novo Ciclo de Pensamento Nacional*, o objetivo é debater o futuro do Brasil no âmbito de cada diretoria. Confira abaixo a programação deste e de outros eventos. A programação e a cobertura das comemorações dos 45 anos do Ipea podem ser acessados no blog: <http://Ipea45anos.wordpress.com>.

Encontros Brasil Ipea 45 anos: **Um Novo Ciclo de Pensamento Nacional**

Dia 6/10 – Recife

Diretoria de Estudos, Cooperação Técnica e Políticas Internacionais- Dicot

Dia 8/10 – Salvador

Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas- Dimac

Dia 14/10 – Belém

Diretoria de Estudos e Políticas Sociais – Disoc

Dia 20/10 – Brasília

Diretoria de Estudos do Estado, das Instituições e da Democracia – Diest

Dia 22/10 – Aracaju

Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanos e Ambientais – Dirur

Dia 27/10 – Brasília

Diretoria de Desenvolvimento Institucional - Dides

Dia 29/10 – São Paulo

Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais, Inovação, Produção e Infraestrutura - Diset

Dia 09/10

Oficinas do livro *Estado, Instituições e Democracia* – **oficina 1**

Mediadores: Alexandre Cunha, Luseni Aquino (Ipea), Abriel Cohn (USP), Antônio Lassance (Ipea), Fernando Abrucio (FGV/SP), Maria Rita Loureiro (FGV/SP), Paula Montagner (Enap) e Marcelo Brito (Ipea)

Horário: das 9h às 18h

Local: Auditório Ipea – SBS, Qd. 1 Bl. J. edifício BNDES, Brasília

Informações: Jose Carlos (jose.carlos@Ipea.gov.br)

Realização: Presidência do Ipea

Dia 16/10

Oficinas do livro *Estado, Instituições e Democracia* – **oficina 2**

Mediadores: Sebastião Cruz (CEDEC)/ Jorge Leiva, Fernando Rezende, Antônio Ramalho (SAE), Almir Jr. (Ipea) e Gilberto Bercovici (USP)

Horário: das 9h às 18h

Local: Auditório Ipea – SBS, Qd. 1 Bl. J. edifício BNDES, Brasília

Realização: Presidência do Ipea

Dia 21/10

Ciclo de Seminários: **“Repensando a Riqueza”**

Mediadores: Aduino Novaes Laymert Garcia dos Santos (Unicamp), Boaventura de Sousa Santos (Universidade de Coimbra) e Luiz Pinguelli Rosa (Tecnociências e Humanidades)

Horário: das 9h às 18h

Local: Auditório Ipea – SBS, Qd. 1, Bl. J. Edifício Ipea/BNDES, Subsolo, Brasília

Informações: José Celso (josecelso.cardoso@Ipea.gov.br)

Realização: Presidência do Ipea

Dia 22/10

Ciclo de Seminários - **“Agendas e Temas Emergentes: As novas arenas políticas e atores sociais no cenário pós crise”**

Mediadores: Luiz Pinguelli, Rosa Aduino Novaes e

Laymert Garcia dos Santos

Horário: das 9h às 18h

Local: Auditório Ipea – SBS, Qd. 1, Bl. J. Edifício Ipea/BNDES, Subsolo, Brasília

Informações: Rosane (Rosane.silveira@Ipea.gov.br)

Realização: Presidência do Ipea

Dia 23/10

Oficinas do livro *Estado, Instituições e Democracia* – **Oficina 3**

Mediadores: Fabrício Oliveira (FJP)/ Bráulio Santiago (STN)/ Cristiane Kercher (USP)/ Marco Antônio Teixeira (FGV/SP)/ Murilo Barella (DEST/MPOG)/ Franco de Matos (USP) e Marcos Cintra (Ipea).

Horário: das 9h às 18h

Local: Auditório do Ipea, SBS, Qd. 1, Bl. J. Edifício Ipea/BNDES, Subsolo, Brasília

Informações: José Carlos (Jose.carlos@Ipea.gov.br)

Realização: Presidência do Ipea

Dia 30/10

Oficinas do livro *Estado, Instituições e Democracia* – **Oficina 4**

Mediadores: Rachel Meneguelo (UNICAMP)/ Lúcio Rennó (UNB)/ Leonardo Avrtzer (UFMG)/ Carlos Henrique Romão de Siqueira (Ipea)/ Adrian Gurza Lavalle (CEBRAP/USP)/ Maria Aparecida Abreu (Ipea)/ Fábio Sá e Luseni Aquino (Ipea) e Francisco Fonseca (FGV/SP)

Horário: das 9h às 18h

Local: Auditório do Ipea, SBS, Qd. 1, Bl. J. Edifício Ipea/BNDES, Subsolo, Brasília

Informações: José Carlos (Jose.carlos@Ipea.gov.br) Realização: Presidência do Ipea

CONGRATULAÇÕES

Caro editor-chefe,
Parabéns pela revista. Recebi a edição 53, recheada de assuntos atuais e com matérias bem embasadas, com números e com articulistas de primeira linha. Recentemente, realizamos o II Congresso Internacional de Software Livre e Governo Eletrônico. Tivemos a participação de 12 países da América Latina, Europa, África e Ásia, mais de 3.500 inscritos e um debate com foco no compartilhamento de conhecimento e no software livre. Tivemos também a presença do presidente Lula, que declarou seu apoio ao software livre como uma política de governo; tivemos vários acordos assinados com

os países, e que podem materializar resultados concretos para os signatários. Estas foram apenas algumas das recentes realizações do Serviço Federal de Processamento de Dados. Mais uma vez, parabéns pelo belo trabalho, um abraço,

**Sandra Sipp, Coordenação de Comunicação Social do Serpro
Brasília, (DF)**

Cumprimentamos toda a equipe da revista pela excelente qualidade e conteúdo informativo.

**Allan Kardec Ayres Ferreira
Superintendente Regional do Trabalho no Maranhão (São Luís, MA)**

Tenho em mãos um exemplar da revista nº 52, e cumprimento toda a equipe pela qualidade da publicação.

Bonifácio de Andrada,
deputado Federal (Brasília, DF)

Agradeço a gentileza da remessa da revista e felicito essa instituição pela qualidade da publicação.

**Maurício Azedo, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI)
(Rio de Janeiro, RJ)**



O CUSTO DO CAOS

Material de muitíssima valia a reportagem sobre mobilidade urbana. Assim como os artigos que a acompanham. Serve de alerta, além de dar subsídios para ampla discussão. Torço para que os governantes e os formuladores de políticas públicas tenham acesso a essa revista.

Luís Pedro Damasceno
(Rio Verde, GO)

A matéria "O Custo do Caos" reflete a situação caótica que vivemos no mundo por falta de planejamento dos governos. Está claro que os países em desenvolvimento não podem copiar o modelo dos países ditos

do "primeiro mundo"- a terra não suporta, explode. Aos governantes caberá a tarefa de educar a população para usar transportes coletivos e evitar maior poluição do planeta. Com certeza não será fácil nesse mundo em que o sucesso individual se baseia na ostentação dos bens consumo. Valores fundamentais da existência humana, como solidariedade e amor ao próximo, precisam ser resgatados urgentemente. Parabéns pelas excelentes matérias da revista que nos apontam a necessidade de construir um futuro mais fraterno.

Aloísa Gomes da Silva
(Petrolina, PE)

BIOCOMBUSTÍVEIS

Se o pré-sal é uma dádiva ou uma maldição o Brasil ainda verá, mas nossa matriz energética calcada nos biocombustíveis é modelar, mesmo com pontos a serem melhorados, incluída aí o trabalho nos canaviais. Mas não se pode abrir mão dessa matriz. Podemos partir na frente para um futuro sustentável.

Cassiano Ayres
(Patrocínio, MG)

CANDIDO MENDES

Não concordo com alguns pontos da entrevista do professor Candido Mendes, mas não há dúvidas de que pesquisa, investimento na docência e uma revolução na educação são pontos básicos para verdadeira mudança social.

Paula Carvalho
(Rio de Janeiro, RJ)

Aos leitores,

Desafios do Desenvolvimento agradece as pautas sugeridas por diversos leitores que escreveram. Todas aquelas que atenderem à linha editorial da revista serão analisadas e apuradas pela equipe de reportagem no devido tempo.



Acesse o conteúdo da revista Desafios do Desenvolvimento no endereço:
www.desafios.ipea.gov.br



Humanizando o Desenvolvimento IPC Photo/Lawrence Liang

MULHERES VENDENDO VERDURAS NO NOVO MERCADO. Este é um novo mercado aberto com a ajuda de uma empresa. As mulheres podem vender mais verduras do que vendiam antes. IPCPhoto/Lawrence Liang

Como você vê o desenvolvimento? Como retratar a face humana do desenvolvimento? Como os programas e iniciativas de desenvolvimento melhoram a vida das pessoas? A Campanha Mundial de Fotografia “Humanizando o Desenvolvimento” busca mostrar exemplos de pessoas vencendo a luta contra a pobreza, a exclusão social e a marginalização. Pretende-se chamar a atenção para os sucessos obtidos no processo de desenvolvimento. A campanha pretende, contrabalancear as imagens frequentemente mostradas de desolação e desespero. Uma galeria de fotos será permanentemente localizada no escritório do IPC-IG e será aberta para a visitação pública. Uma série de exposições fotográficas também será organizada em diversas cidades ao redor do mundo.

A Campanha Mundial “Humanizando o Desenvolvimento” foi lançada em junho de 2009 pelo Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG) em colaboração com mais de 30 instituições parceiras em todo o mundo, promovendo iniciativas de desenvolvimento através de novas lentes.

Mostramos exemplos de pessoas vencendo a batalha contra a pobreza, a

exclusão social e a marginalização em detrimento das imagens de desolação e desespero frequentemente veiculadas na mídia. A campanha pretende chamar atenção para a esperança e sucesso dos processos de desenvolvimento das pessoas!

Dentre os resultados da campanha, uma galeria fotográfica será permanen-

temente localizada no escritório do IPC-IG e será aberta à visitação pública; uma série de exposições fotográficas também será organizada em diversas cidades ao redor do mundo; e as fotografias selecionadas comporão um banco de dados e serão promovidas entre os parceiros da campanha e as várias agências e departamentos da ONU.

Visite o site e veja algumas das fotografias da campanha: <http://www.ipc-undp.org/photo/>

